



CMI - CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS - CMI

SUMÁRIO

CMI - Conselho Mundial de Igrejas - CMI	1
O Conselho Mundial de Igrejas	3
Centro Ecumênico Reconciliação Figueira da Foz.....	3
A Afirmação de Edimburgo, 1937.....	10
«AMSTERDÃ, 1948»	12
«Toronto, 1950»	13
O Significado Eclesiológico do CMI	13
Lund, 1952.....	15
«Uma Palavra às Igrejas»	15
«St. Andrews, Escócia, 1960».....	16
«NOVA DELI, 1961».....	17
«Upsala, 1968».....	18
«Texto de Lima, 1982»	19
(Batismo, Eucaristia, Ministério)	19
Texto de Lima, 1982:.....	20
«Convergência da Fé» (Batismo, Eucaristia, Ministério), 1982.....	20
Texto de Lima, 1982:.....	28
«Convergência da Fé» (Batismo, Eucaristia, Ministério)	28
Texto de Lima, 1982:.....	33
«Convergência da Fé» (Batismo, Eucaristia, Ministério)	33
Comissão «Fé e Constituição» do Conselho Mundial de Igrejas, 1982.....	42
Texto de Lima, 1982:.....	42
«Convergência da Fé» (Batismo, Eucaristia, Ministério)	42
«Basiléia, 1989»	60
«Canberra, 1991».....	62
Graz (Áustria), 23 - 29 de Junho de 1997	63
Compromissos pela Reconciliação:	63
Graz (Áustria), 23 - 29 de Junho de 1997	68
Mensagem Final:	68

Graz (Áustria), 23 - 29 de Junho de 1997	81
Recomendações:	81
«Projeto de Carta Ecumênica para a cooperação das igrejas na Europa»	88
Introdução	88
I. É o próprio Deus que nos chama à unidade	88
II. No caminho para a comunhão visível entre as igrejas na Europa	89
III. A comunidade ecumênica ao serviço da Europa	91

O CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS

Centro Ecumênico Reconciliação Figueira da Foz

O CMI colabora com as suas mais de 330 igrejas-membro em 100 países diferentes, apoiando a suas iniciativas a nível local. Responde aos apelos por ação e informação, provenientes das suas igrejas-membro e outras organizações interessadas. Através de ações de solidariedade presta ajuda em casos de catástrofes naturais e crises inesperadas.

Como está organizado o CMI?

A cada sete anos, o CMI realiza uma assembleia internacional, da qual participam milhares de delegados das igrejas-membro e representantes de outras igrejas e organizações ecumênicas assim como visitantes de todas as partes do mundo. Os delegados reunidos estabelecem políticas para o trabalho do CMI nos próximos anos, tomando em conta a situação mundial e eclesiástica contemporânea.

A última Assembleia Geral - a oitava do CMI - teve lugar em Harare / Zimbabwe, em Dezembro de 1998. No culto de Ação de Graças pelo 50.º aniversário da fundação do Conselho, os representantes das igrejas-membro renovaram o seu compromisso com a visão que tinha servido de base para a fundação do Conselho Mundial de Igrejas em 1948.

O pessoal do Conselho Mundial de Igrejas trabalha a partir dos seus escritórios centrais em Genebra, Suíça, para realizar, apoiar e coordenar as atividades ecumênicas pedidas pelas igrejas-membro. Todo o trabalho do CMI é supervisionado pelos 150 membros do Comitê Central, nomeados de entre os delegados pela Assembleia Geral, e pelos seus três subcomitês (Comitê Executivo, Comitê de Programas e Comitê de Finanças). Uma série de órgãos consultivos assim como a colaboração regular com outras organizações e grupos ecumênicos permitem ampliar a participação em atividades que assim ganham uma maior pertinência e eficácia.

A responsabilidade cristã num mundo em evolução

Desde o seu início, o Conselho Mundial de Igrejas dedicou tempo e recursos ao estudo profundo de problemas que afetam os cristãos que vivem em contextos culturais diferentes e frequentemente em situações difíceis. O CMI fá-lo não para já reunir informações, mas para motivar as Igrejas a determinarem em conjunto objetivos e áreas de entendimento e para exortar os cristãos a assumirem as suas responsabilidades.

Também questões referentes à doutrina e à ordem eclesiástica foram objeto de estudo minucioso. Acordos significativos foram alcançados quanto à compreensão e à prática do Batismo, da Eucaristia e do Ministério.

Além disso, o CMI realizou vários estudos sobre assuntos atuais, como o HIV/SIDA, a globalização e as alterações climáticas que ocorrem em todo o mundo. Cada um destes assuntos, e outros ainda, que estão na ordem do dia do CMI, representam desafios aos quais os cristãos são chamados a responder com criatividade e amor.

Frequentemente, os estudos do CMI servem de base para posicionamentos oficiais dos seus órgãos diretivos ou de suas Igrejas-membro.

Tais estudos ajudam as igrejas na sua tarefa de proporcionar os meios às suas congregações, pastores, sacerdotes e dirigentes para o cumprimento da sua missão no mundo.

A Igreja é um instrumento poderoso para a realização da esperança que Deus traz ao mundo. Por meio do CMI, as igrejas levam esta mensagem de esperança a um mundo marcado por deslumbrantes avanços tecnológicos e constantes mudanças políticas.

Edificar «uma família humana»

A constituição do Conselho Mundial de Igrejas conclama para que seja promovida "uma família humana que viva em justiça e paz". O CMI acredita que as guerras são contra a vontade de Deus, e por isso empenha-se pela paz e pela justiça. Acredita também no valor e dignidade de cada pessoa humana e combate, portanto, o racismo e o sexismo e promove os direitos humanos.

Pronunciamentos públicos ocasionalmente feitos pelo Conselho Mundial de Igrejas dirigem a atenção das Igrejas e da comunidade internacional a assuntos, eventos e movimentos contemporâneos que, por vezes, são negligenciados. Em outras ocasiões, o CMI aplica a diplomacia discreta para intervir em situações de crise. Quando necessário, o CMI empenha-se em mediar conflitos e reconciliar as partes envolvidas.

Todos os pronunciamentos públicos do CMI e sua mediação têm uma intenção pastoral - de despertar confiança, consolo e esperança, baseados num profundo compromisso com a palavra redentora de Deus.

Levar a carga uns dos outros

Desde os primeiros momentos de sua existência, logo após a Segunda Guerra Mundial, o CMI vem oferecendo ajuda a refugiados e deslocados, apoiando-os materialmente na reconstrução de comunidades e de países afetados por conflitos. Catástrofes naturais e outros desastres levaram o CMI a ampliar a sua ajuda para aliviar os sofrimentos e necessidades dos seres humanos.

Em vez de realizar os programas de ajuda e desenvolvimento por sua conta, o Conselho Mundial de igrejas canaliza a ajuda ecumênica através das igrejas e outros. O CMI dá prioridade total a esquemas em que os mais diretamente afetados por estas situações podem participar no estabelecimento de prioridades e na tomada de decisões assim como ao apoio aos menos favorecidos.

As décadas de envolvimento do CMI no serviço cristão têm demonstrado o poder do mandamento bíblico de levar a carga uns dos outros. As igrejas que estão em condições de ajudar materialmente aos necessitados, também têm suas próprias necessidades. E as igrejas economicamente pobres têm muito a dar em outras áreas de modo que se pode estabelecer assim um intercâmbio muito valioso.

A Igreja una de Cristo

O Conselho Mundial de Igrejas exorta cada igreja a reconhecer os dons, as necessidades e as responsabilidades de cada um dos seus membros. Afirmando a igualdade entre todos os membros do povo de Deus, encoraja a colaboração entre homens e mulheres na Igreja. Pede às igrejas que cuidem das crianças e ouçam a voz dos jovens, que juntos não só representam a Igreja de amanhã, mas são parte essencial da Igreja de hoje. Convencido de que Deus prometeu um lugar para cada um na comunidade, o CMI apela às igrejas a acolherem os marginalizados e os excluídos, sejam quais forem os motivos da sua exclusão - raça, identidade étnica, pobreza, incapacidade ou outras razões.

Parte da mensagem final da 8ª Assembleia Geral do Conselho Mundial de Igrejas, Harare, Zimbábue, Dezembro de 1998.

Desejamos intensamente a unidade visível do corpo de Cristo que afirma os dons de todos, jovens e anciãos, mulheres e homens, laicos e ordenados.

Temos esperança na cura da comunidade humana, a plenitude de toda a criação de Deus.

Cremos no poder libertador do perdão que transforma a hostilidade em amizade e rompe a espiral da violência.

Estamos estimulados por uma visão de uma igreja que chega a todos e a cada um, que compartilha, está ao serviço de todos, proclama a boa nova da redenção de Deus e é ao mesmo tempo sinal do reino e serva do mundo.

Estamos interpelados por uma visão da igreja, povo de Deus que avança pelo caminho, que enfrenta todas as divisões de raça, sexo, idade e cultura e luta pela realização da justiça e da paz assim como pela integridade da criação.

Caminhamos juntos como povo que tem fé na ressurreição. No meio da exclusão e do desespero, cremos com alegria e esperança na promessa da plenitude de vida.

Caminhamos juntos como povo em oração. No meio da desorientação e da perda de identidade, discernimos sinais do cumprimento da vontade de Deus e esperamos a vinda do seu Reino.

Programa e administração do CMI

Secretaria Geral e Instituto Ecumênico Bossey

- Setor de Estudo e Ação:
- Fé e Ordem;
- Missão e Evangelização
- Justiça, Paz e Criação;
- Educação e Formação Ecumênica.

Setor de Relações: Relações com as igrejas e a comunidade ecumênica; Relações Regionais e Compartilha Ecumênica; Relações e diálogo inter-religiosos; Relações internacionais; ACT (Action Churches Together) Internacional: escritório de coordenação da ação em casos de urgência, em colaboração com a Federação Luterana Mundial).

Setor de Comunicação: Informação; Publicações e Documentação.

Setor de Finanças, Serviços e Administração: Finanças; Mobilização e Controle de Receitas; Recursos Humanos; Serviços Gerais; Serviços Informáticos.

Notas financeiras:

As atividades do Conselho Mundial de Igrejas são mantidas, financeiramente, mediante contribuições de suas igrejas-membro e doações de particulares, organizações e governos. O Conselho também tem rendimentos provenientes de investimentos, da renda de salas no Centro Ecumênico, em Genebra, dos cursos que oferece no Instituto Ecumênico e de publicações. Nos últimos anos, o orçamento anual girou em torno de 75 milhões de francos suíços (aproximadamente US\$ 53,6 milhões). O esboço que segue indica como o Conselho Mundial de Igrejas aplica os fundos recebidos nos seus programas de testemunho cristão e nas outras tarefas, e de que regiões do mundo tais recursos são obtidos.

Despesas - Contribuições por regiões

- Relações: 47,69%
- Europa: 82,56%
- Estudo e Ação: 24,17%
- América do Norte: 15,43%

- Finanças, Serviços e Administração: 11,77%
- Ásia: 1,11%
- Comunicação: 8,25%
- Outras Regiões: 0,66%
- Instituto Ecumênico Bossey: 4,56%
- África: 0,15%
- Secretaria Geral: 3,56%
- Pacífico: 0,04%
- América Latina: 0,03%
- Caribe: 0,01%
- Médio Oriente: 0,01%

CELEBRAÇÃO ECUMÊNICA DO 50.º ANIVERSÁRIO DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS - CMI

"Voltai-vos para Deus, alegrai-vos na esperança"

Este foi o lema escolhido para a celebração do 50.º aniversário do Conselho Mundial de Igrejas, realizada no dia 19 de Setembro de 1998, no Centro Ecumênico Reconciliação, na Figueira da Foz. Estiveram presentes neste acontecimento de suma importância ecumênica representantes oficiais da Igreja Católica Romana (ICR), entre eles o Secretário da Comissão da Doutrina da Fé da Conferência Episcopal Portuguesa, Padre Manuel da Rocha Felício, e o delegado para Assuntos Ecumênicos da Diocese de Coimbra, Frei Eliseu. Da parte do Conselho Presbiteriano Regional do Centro fez-se presente a sua Comissão Executiva, composta pela D. Eunice Leite, Sr. Fernando Matos e Pastor Manuel Pedro Cardoso. Para além destes irmãos participaram neste evento também irmãs e irmãos das comunidades presbiterianas do Bebedouro, das Alhadas, da Granja do Ulmeiro e da Figueira da Foz.

O presidente da IEPP, Pastor José Manuel Leite, iniciando esta celebração, falou sobre "Os 50 anos do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e os 33 anos do Grupo Unido de Trabalho (GUT)". Ele disse: "... não posso deixar de manifestar a minha alegria por estarmos na presença do único grupo existente em Portugal onde o diálogo ecumênico se processa a nível de uma região, completando deste modo o que já existe, infelizmente pouco, a nível local e nacional", dizendo ainda que a ideia de organizar este encontro era "feliz e atual". "A ideia é já por si muito significativa e mais ainda quando soube que a iniciativa partiu do lado católico romano."

Na sua intervenção falou das hostilidades que o movimento ecumênico e CMI encontraram no início da sua existência, dando ênfase ao desenvolvimento da cooperação entre o CMI e a Igreja Católica Romana desde então até hoje:

"A participação formal da ICR com o CMI inicia-se na Assembleia de Nova Deli (1961) sob a forma de uma delegação de cinco observadores à mesma. Dois anos depois é o CMI que envia os seus observadores ao Concílio Vaticano II. A partir deste momento a ICR passará a estar presente, com estatuto de convidada, observadora ou conselheira em todas as reuniões do Comitê Central do CMI e em quase todas as suas grandes reuniões ou conferências.

A participação mais sistemática e permanente passa-se, entretanto, a nível da Comissão de Fé e Ordem, da qual a ICR é membro de pleno direito e também na Comissão Mundial de Missão e Evangelização da qual faz parte através de várias ordens religiosas missionárias... não se pode ignorar o processo que de há longos anos vem sendo desenvolvido na programação da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos e dos estudos sobre o Batismo, a Eucaristia e o Ministério (BEM) e sobre a Confissão da Fé Apostólica hoje.

Nos últimos anos, desde a Assembleia de Vancouver (1983) a ICR tem sido uma parceira indispensável no chamado processo conciliar "Paz, Justiça e Integridade da Criação", e ainda que não tenha aceito ser coorganizadora da Assembleia Mundial de Seul (1990), nela participou a vários títulos...

Se do lado do CMI o grande interlocutor tem sido a Comissão de Fé e Ordem, do lado do Vaticano as relações são estabelecidas com o Conselho Pontifício para a Unidade dos Cristãos...

Visitas dos Secretários Gerais do CMI a Roma e visitas dos papas Paulo VI e João Paulo II a Genebra (onde se situa a sede do CMI), as sessões conjuntas de trabalho e a presença de observadores no decorrer das sessões plenárias das Comissões e Secretariados, são exemplos de uma colaboração cada vez mais ativa entre os dois parceiros."

Desde 1965, a ICR e o CMI dispõem de um instrumento de trabalho ecumênico comum, o Grupo Unido de Trabalho (GUT), composto por 8 elementos do lado do CMI e 6 do lado da ICR. Entre outros assuntos, o GUT estudou a questão da filiação da ICR no CMI. "Rapidamente se deu conta de alguns dos obstáculos que teriam de ser ultrapassados, dos quais saliento dois: a) a ICR, diferentemente do que sucede com as Igrejas membros do CMI, é uma Igreja com uma missão universal e o seu governo e estrutura de ensino constituem um elemento essencial da sua identidade. Ela considera-se uma família de Igrejas particulares (locais) com e sob o bispo de Roma e as suas estruturas de decisão a níveis mundial e nacional (Conferências Episcopais) diferem muito das Igrejas membros do CMI; b) a questão do número de membros e as suas consequências nos critérios de representatividade e poder de decisão nos órgãos do Conselho.

Embora estes e outros obstáculos não tenham sido considerados insuperáveis, a ICR ao avaliar o estudo feito sobre as vantagens e desvantagens da sua entrada no CMI, decidiu, em 1972, não pedir a sua adesão «num futuro imediato». Simultaneamente disse ser a sua convicção que através do GUT «a

colaboração entre a ICR e o CMI deve não só ser continuada, mas sim intensificada»."

O trabalho do GUT vem-se realmente intensificando, até ao momento em que, depois da Assembleia Geral do CMI em Vancouver (1983), ambos os parceiros declaram que "tanto a ICR como o CMI aceitam o princípio comum da unidade na diversidade". Mas o GUT também levanta "duas importantes questões que ainda hoje estão longe de ser resolvidas: Até onde a diversidade na doutrina, no ensino moral e no testemunho pode ser compatível com a confissão de uma fé apostólica comum da Igreja una. E para além disto: Qual é a autoridade da e na Igreja?"

"Em 1990 a ICR já é membro de 35 Conselhos nacionais de Igrejas". O GUT conta hoje com 9 representantes do CMI e 8 da ICR e continua o seu trabalho intensivo da aproximação entre estas duas grandes organizações da Igreja Una. O Pastor Leite terminou a sua palestra, falando das questões atuais que estão a ser refletidas e que exigem respostas de ambas as partes:

- As consequências eclesiais do batismo comum;
- O papel ecumênico dos casamentos intereclesiais;
- Os Conselhos Nacionais de Igrejas locais, nacionais e regionais com a participação da ICR;
- A Igreja e a lei eclesiástica;
- As posições dos Evangélicos conservadores e dos - Carismáticos Pentecostais ao movimento ecumênico;
- Como - estabelecer o diálogo?
- O fundamentalismo cristão: um desafio ecumênico?
- O lugar das mulheres na Igreja;
- Educação ecumênica.

Depois de tudo isto fica a pergunta mais importante e existencial: como traduzir o que o GUT está fazendo e planeando na nossa situação portuguesa?"

Depois desta exposição, tomou a palavra o Padre Manuel da Rocha Felício: "Quero antes de mais e em nome da Comissão da Doutrina da Fé que represento na qualidade de seu secretário, manifestar a minha profunda satisfação por estar hoje aqui presente a celebrar as Bodas de Ouro do Conselho Mundial de Igrejas... Estou contente porque esta efeméride não se celebra só na cidade de Harare, capital de um país longínquo..., mas está-se a celebrar entre nós, em Portugal, com a presença das Igrejas que lhe estão diretamente vinculadas e também de uma outra Igreja Irmã, a Igreja Católica que, não integrando o Conselho Mundial de Igrejas, se sente muito bem nesta celebração festiva. Demos graças a Deus também pelo que significa de caminhada ecumênica este ato de estarmos juntos a celebrar acontecimento de transcendente importância para a presença cristã no mundo e em particular no nosso mundo europeu e português. Há alguns anos - poucos - isso seria impensável."

No decorrer da sua intervenção, o Padre Felício falou da história e da organização do Conselho Mundial de Igrejas e do seu "peso moral e institucional" que "é hoje uma realidade incontestável com o qual contam os atores sociais", para depois frisar duas experiências ecumênicas pessoais mais ligadas a Portugal: um encontro internacional, realizado em 1994 em Lisboa, para a preparação da Semana da Oração pela Unidade dos Cristãos, e da 2ª Assembleia Ecumênica Europeia, "realizado no passado ano de 1997, na Áustria, na cidade de Graz. Aí sentimos todos os participantes, incluindo o significativo grupo de portugueses, a força da esperança de que o único Evangelho de Jesus Cristo, vivido, é certo, de formas diferentes, transmite a todos os cristãos, a todas as comunidades cristãs e mesmo a todos os ambientes onde a fé cristã chega, ainda que apenas como fermento na massa. Há experiências que abrem de fato clareiras de esperança na vida das pessoas e das comunidades. E esta foi uma delas."

Durante este encontro falaram ainda dois leigos, do lado católico romano o Sr. Luís Lima, e do lado presbiteriano a D. Zulmira Cardoso, da sua experiência ecumênica pessoal, abrindo horizontes de esperança para uma caminhada ecumênica mais intensiva e mais unida.

O encontro terminou com uma celebração ecumênica de ação de graças pelo 50.º Aniversário do Conselho Mundial de Igrejas, dirigida pela D. Eunice Leite, o leigo católico romano Sr. Francisco, Padre Manuel da Rocha Felício, Frei Eliseu e Pastor Pedro Manuel Cardoso, e ainda um piquenique "ecumênico" em que a alimentação espiritual foi completada pela física.

A Afirmação de Edimburgo, 1937

«Estamos unidos na fé em nosso Senhor Jesus Cristo, a Palavra incarnada de Deus. Estamos unidos na lealdade a Ele, como cabeça da Igreja, Rei dos reis e Senhor dos senhores. Estamos unidos reconhecendo que esta lealdade é prioritária a qualquer outra que possa ter direitos sobre nós.

Esta unidade não consiste num acordo entre os nossos modos de pensar nem no consentimento das nossas vontades. Está fundada no próprio Jesus Cristo, que viveu, morreu e ressuscitou para nos levar ao Pai, e que por meio do Espírito Santo habita na sua Igreja. Somos uma só coisa porque todos somos objetos do amor de Deus e da sua Graça, e fomos chamados a dar testemunho em todo o mundo do seu glorioso Evangelho.

A nossa unidade é de coração e de espírito. Estamos divididos de modos diferentes na nossa vida em Jesus Cristo, porque entendemos de maneiras diferentes a sua vontade para a sua Igreja. Cremos, contudo, que uma compreensão mais profunda levar-nos-á a apreender de maneira unida a verdade, tal como ela se nos manifesta em Jesus Cristo.

Reconhecemos humildemente que as nossas divisões são contrárias à vontade de Cristo, e rogamos a Deus que, na sua misericórdia, abrevie os dias

da nossa separação e nos conduza, mediante o seu Espírito, à plenitude da unidade...

Também desejamos declarar, a todos os homens e em todos os lugares, a nossa certeza de que Cristo é a única esperança para o mundo... Sabemos que o nosso testemunho se enfraquece por causa das nossas divisões. Apesar de tudo somos um em Cristo e na comunhão do seu Espírito. Imploramos a Deus que em todos os lugares, num mundo dividido e perplexo, os homens possam voltar-se para Cristo, nosso Senhor, que nos une uns aos outros, apesar das nossas divisões...»

MENSAGEM DA ASSEMBLEIA DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS - CMI

«AMSTERDÃ, 1948»

«Bendizemos a Deus, nosso Pai e a nosso Senhor Jesus Cristo, que reúne em unidade os filhos de Deus espalhados pelos quatro cantos do mundo.

Ele nos reuniu aqui, em Amsterdã. Reconhecemo-Lo, todos juntos, como nosso Senhor e Salvador.

Estamos divididos entre nós, não somente por razões que dizem respeito à fé, à ordem eclesiástica e à tradição, mas também pelo orgulho nacionalista, de classe e de raça.

Mas Cristo nos fez seus, e Ele não está dividido.

Ao buscá-Lo encontramos-nos uns com os outros.

Aqui, em Amsterdã, consagramo-nos novamente a Ele, e concordamos juntos constituir este Conselho Mundial de Igrejas.

É nosso propósito permanecermos juntos.

Pedimos às congregações cristãs de todo o mundo que aprovelem e cumpram este pacto, nas suas relações umas com as outras.

Com gratidão, comprometemos o nosso futuro a Jesus Cristo»...

COMITÊ CENTRAL DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS

«TORONTO, 1950»

O Significado Eclesiológico do CMI

I. Introdução

A primeira Assembleia, em Amsterdã, adotou uma resolução sobre "a autoridade do Conselho" que diz: O CMI é composto por igrejas que reconhecem Jesus Cristo como Deus e Salvador. É n'Ele que encontram a sua unidade. Não têm de criar a sua unidade: ela é uma dádiva de Deus.

Mas as igrejas estão conscientes ser seu dever procurarem em conjunto a expressão dessa unidade na sua vida e ação. O Conselho deseja servir as suas igrejas membros como um instrumento... mas não deseja usurpar nenhuma das funções que já lhes pertencem, ou controlá-las, ou legislar em seu nome, o que, aliás, a sua própria constituição não o autoriza. Mais ainda, enquanto procura denodadamente a comunhão de pensamento e de ação, o Conselho rejeita qualquer ideia de se tornar uma única estrutura eclesiológica unificada independente das igrejas que se juntaram para o constituir, ou uma estrutura dominada por uma autoridade administrativa centralizada.

A finalidade do Conselho é a de expressar a sua unidade de outro modo. A unidade provém do amor de Deus em Jesus Cristo, o qual, unindo as igrejas constituintes a Ele, une-as umas às outras...

(...)

III. O que o CMI não é

1. O CMI não é, e nunca deverá vir a ser, uma super-igreja. Não é a Igreja mundial. Não é a Una Sancta de que fala o Credo...

2. O propósito do CMI não é o de negociar uniões entre as igrejas, o que só pode ser feito pelas próprias igrejas e de acordo com as suas iniciativas, mas sim o de pôr as igrejas em contacto e promover o estudo e a discussão dos assuntos referentes à unidade da Igreja.

3. O CMI não pode, e não deve, basear-se em qualquer conceito particular de Igreja. Ele não faz qualquer julgamento sobre o problema eclesiológico.

4. A filiação no CMI não implica que uma igreja considera a sua própria concepção de Igreja como relativa. 5. A filiação no CMI não implica a aceitação de qualquer doutrina específica sobre a natureza da unidade da Igreja.

IV. As suposições subjacentes ao CMI

1. As igrejas membros do CMI creem que o diálogo, a cooperação e o testemunho comuns das igrejas devem estar fundados no reconhecimento comum de que Cristo é a Cabeça Divina do Corpo.

2. As igrejas membros do CMI acreditam, baseadas no Novo Testamento, que a Igreja de Cristo é uma.

3. As igrejas membros reconhecem que ser membro da Igreja de Cristo é mais abrangente que pertencer ao seu próprio corpo eclesiástico...

4. As igrejas membros do CMI consideram a relação das outras igrejas com a Igreja Una e Santa da qual os Credos dão testemunho como um assunto de mútua consideração. Contudo, a filiação não implica que cada igreja deva olhar as outras igrejas membros como igrejas no sentido verdadeiro e pleno da palavra.

5. As igrejas membros do CMI reconhecem nas outras igrejas elementos da Igreja verdadeira. Consideram que este reconhecimento mútuo obriga-as a entrarem num diálogo sério umas com as outras na esperança que esses elementos da verdade as levará ao conhecimento da verdade plena e à unidade baseada nessa verdade plena.

6. As igrejas membros do Conselho estão prontas a procurar juntas e a aprender do Senhor Jesus Cristo qual o testemunho que ele quer que dêem no mundo em seu nome.

7. Uma outra implicação prática da filiação comum no CMI é que as igrejas membros devem reconhecer a sua solidariedade mútua, prestar assistência umas às outras em caso de necessidade e absterem-se de todos os gestos incompatíveis com uma relação fraternal.

8. As igrejas membros estabelecem relações espirituais pelas quais procuram aprender e auxiliarem-se mutuamente de modo a que o Corpo de Cristo se desenvolva e a vida das igrejas se renove."

(...)

3ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DE FÉ E ORDEM

LUND, 1952

«Uma Palavra às Igrejas»

Chegamos a um ponto crucial nas nossas discussões ecumênicas. Ao chegar a conhecermo-nos melhor, os nossos olhos abriram-se para a profundidade e dor das nossas divisões e também para a natureza essencial da nossa unidade. A medida de unidade que foi dada às igrejas, para que reconheçam os laços que as unem entre si, deve agora expressar-se sob formas mais concretas. A fé na unidade da Igreja de Cristo que não encontra a sua expressão concreta em atos de obediência ao conteúdo dessa fé, é uma fé morta. Existem verdades respeitantes à natureza de Deus e à sua Igreja que jamais conheceremos a menos que atuemos de acordo e em obediência à unidade que já reconhecemos como nossa. Pediríamos, portanto, a todas as nossas igrejas que considerem seriamente se estão fazendo tudo o que lhes é possível para manifestar a unidade do povo de Deus. Não deveriam as nossas igrejas perguntar-se da sua obrigação de agir como um só corpo em todos os assuntos onde seja possível alcançar-se um acordo, deixando para a ação separada as coisas nas quais seja impossível, devido a profundas diferenças de convicção, agir de comum acordo com os outros cristãos?

... Vemos claramente que não podemos dar passos concretos para a unidade se ficarmos só na comparação das nossas variadas concepções da natureza da Igreja e das tradições a que elas pertencem. Mas, mais uma vez, constatamos que na medida em que nos aproximamos mais de Cristo, mais nos aproximamos uns dos outros. Precisamos, portanto, alcançar uma mais profunda e rica compreensão do mistério divino da união de Cristo com a sua Igreja. Temos de compreender cada vez mais que as histórias separadas das nossas igrejas só alcançam o seu verdadeiro e pleno sentido quando vistas na perspectiva das relações de Deus com todo o seu povo.

... Concordamos que não existem duas Igrejas, uma visível e a outra invisível, mas uma só Igreja que tem de manifestar a sua visibilidade na terra, mas diferimos na nossa crença quanto a certas formas doutrinárias, sacramentais e ministeriais serem da essência da própria Igreja. Consequentemente, o nosso entendimento do caráter da unidade da Igreja na terra é diferente, embora nenhum de nós pense em termos de uma instituição com uma estrutura de governo rígida e uniforme e todos ansiemos o momento em que todos os cristãos possam participar sem restrições no Sacramento e na comunhão uns com os outros."

COMITÊ CENTRAL DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS

«ST. ANDREWS, ESCÓCIA, 1960»

«Cremos que a unidade, que é simultaneamente dádiva e vontade de Deus para a sua Igreja, se torna visível quando, num mesmo lugar, aqueles que são batizados em Jesus Cristo e o confessam como Senhor e Salvador, são conduzidos pelo Espírito Santo a formar uma comunidade plenamente comprometida, confessando a mesma fé apostólica, pregando o mesmo Evangelho, partindo o mesmo pão, unindo-se numa oração comum e vivendo uma vida comunitária no testemunho e serviço de todos; e quando, por outro lado, se encontram em comunhão com o conjunto da comunidade cristã em todos os tempos e lugares, de tal modo que o mistério e a qualidade de membros são reconhecidos por todos, todos podem, conforme as circunstâncias o exigirem, agir e falar de comum acordo perante as tarefas para as quais Deus chama o seu povo.

É por esta unidade que cremos dever orar e trabalhar.»

MENSAGEM DA ASSEMBLEIA DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS

«NOVA DELI, 1961»

«Cristo é o caminho e por isso devemos caminhar juntos, dando testemunho dele e servindo a todos os homens. Este é o seu mandamento. Não há serviço maior que possamos prestar aos outros do que falar-lhes de Jesus Cristo, e não há testemunho mais efetivo do que uma vida oferecida em serviço aos demais...

Necessitamos pensar juntos, em termos concretos, as formas de serviço cristão para os nossos dias, e atuar em conformidade, também juntos. Em nenhum outro campo a cooperação cristã tem tido mais peso e sido mais efetiva que no do serviço às pessoas que padecem de todo o tipo de necessidades. Não existe trabalho mais urgente para os cristãos do que atuarem juntos em favor da comunidade, dentro de cada nação, e em favor da paz na justiça e liberdade entre as nações, de maneira que as causas da enorme miséria contemporânea possam ser eliminadas ...

Devemos buscar juntos a plenitude da unidade cristã. Para isto necessitamos de cada um dos membros da família cristã, quer da tradição ocidental quer da oriental, tanto das igrejas mais velhas como das igrejas mais jovens, quer sejam homens ou mulheres, jovens ou velhos, de todas as raças e de todas as nações. Os nossos irmãos em Cristo foram-nos dados, não fomos nós que os escolhemos. Em algumas coisas, as nossas convicções mais profundas ainda não nos permitem atuar juntos, mas temos progredido no propósito de dar significado à unidade que procuramos.

Encontremos, portanto, as coisas que podemos fazer juntos, em cada situação local e agora. E façamo-las, com fidelidade, orando e trabalhando sempre por essa unidade mais plena que Jesus Cristo deseja para a sua Igreja».

MENSAGEM DA ASSEMBLEIA DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS – CMI

«UPSALA, 1968»

«Todos os homens converteram-se em próximos de todos os seus semelhantes. Todavia, devido às nossas diferenças e tensões, não sabemos viver juntos. Mas Deus faz novas todas as coisas! (Era este o tema central da 4ª Assembleia do CMI) Cristo quer que a sua Igreja antecipe uma comunidade humana renovada».

Por isso nós, os cristãos, manifestaremos a nossa unidade em Cristo construindo uma fraternidade plena com aqueles que são de outras raças, classes, grupos etários, religiões e convicções políticas, no lugar onde vivemos...

... reafirmamos o nosso pacto de nos ajudarmos e corrigirmos mutuamente. Os planos da unidade eclesial atualmente em curso exigem a tomada de decisões, e procuramos uma comunhão mais sólida com aquelas igrejas que não estão ainda em comunhão conosco. Sabemos que nunca vivemos a plenitude do que professamos e aguardamos com esperança o momento em que Deus assuma o governo das nossas vidas...»

«TEXTO DE LIMA, 1982»

(Batismo, Eucaristia, Ministério)

6. «Celebrado em obediência ao nosso Senhor, o batismo é um sinal e um selo do nosso empenho comum de discípulos.

Através do seu próprio batismo, os cristãos são conduzidos à união com Cristo, com cada um dos outros cristãos e com a Igreja de todos os tempos e de todos os lugares.

O nosso batismo comum, que nos une ao Cristo na fé, é assim um vínculo fundamental de unidade. Somos um só povo e somos chamados a confessar e a servir um só Senhor, em cada lugar e no mundo inteiro.

A união com Cristo que partilhamos pelo batismo tem implicações importantes para a unidade cristã: "Há ... um só batismo, um só Deus e Pai de todos..." (Ef. 4: 4-6).

Quando a unidade batismal se realiza na Igreja una, santa, católica e apostólica, um testemunho cristão autêntico pode ser prestado ao amor de Deus que cura e reconcilia.

É por isso que o nosso único batismo em Cristo constitui um apelo dirigido às Igrejas, para ultrapassarem as suas divisões e manifestarem visivelmente a sua comunhão.»

COMISSÃO «FÉ E CONSTITUIÇÃO» DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS

TEXTO DE LIMA, 1982:

«Convergência da Fé» (Batismo, Eucaristia,
Ministério), 1982

II - O BATISMO

I. A instituição do Batismo

1. O batismo cristão tem o seu fundamento no ministério de Jesus de Nazaré, na sua morte e ressurreição. É incorporação em Cristo, o Senhor crucificado e ressuscitado; é entrada na Aliança nova entre Deus e o seu povo. O batismo é um dom de Deus, e é conferido no nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. O evangelho de S. Mateus conta que o Senhor ressuscitado, ao enviar os seus discípulos ao mundo, ordenou-lhes que batizassem (Mat. 28:18-20). A prática universal do batismo pela Igreja apostólica, desde os primeiros dias, é atestada nas cartas do Novo Testamento, nos Atos dos apóstolos e nos escritos patrísticos. As Igrejas, hoje, continuam esta prática como um rito de empenho para com o Senhor, que espalha a sua graça sobre o seu povo.

II. A significação do Batismo

2. O batismo é o sinal da vida nova em Jesus Cristo. Une o batizado com Cristo e o seu povo. As Escrituras do Novo Testamento e a liturgia da Igreja desenvolvem a significação do batismo, utilizando imagens variadas, exprimindo as riquezas de Cristo e os dons da sua salvação. Estas imagens estão algumas vezes em relação com os usos simbólicos da água no Antigo Testamento. O batismo é participação na morte e na ressurreição de Cristo (Rom 6:3-5; Col 2:12); purificação do pecado (1 Cor 6:11); novo nascimento (João 3:5); iluminação por Cristo (Ef. 5:14); mudança de vestuário em Cristo (Gal 3:27); renovação pelo Espírito (Tit 3:5); experiência de livramento através das águas do dilúvio (1 Ped 3: 20,21); salda da escravatura (1 Cor 10: 1,2); libertação em vista de uma nova humanidade na qual são ultrapassadas as barreiras entre os sexos, as raças e as situações sociais (Gal. 3: 27, 28; 1 Cor 12:13). As imagens são numerosas, mas a realidade é uma.

a - Participação na Morte e na Ressurreição de Cristo

3. O batismo significa uma participação na vida, na morte e na ressurreição de Jesus Cristo. Jesus desceu ao Jordão e foi batizado, em solidariedade com os pecadores, a fim de cumprir toda a justiça (Mat 3:15). Este

batismo conduziu Jesus no caminho do Servo sofredor, manifestado pela sua paixão, morte e ressurreição (Mc 10: 38-40, 45). Pelo batismo os cristãos são imersos na morte libertadora de Cristo, onde os seus pecados são sepultados, onde o "velho Adão" é crucificado com Cristo, e onde o poder do pecado é quebrado. Deste modo, os batizados não são mais escravos do pecado, mas livres. Totalmente assimilados à morte de Cristo, eles são sepultados com ele e ressuscitam, aqui e agora, para uma vida nova no poder da ressurreição de Jesus Cristo, confiantes de que um dia serão também unidos a ele numa ressurreição semelhante à sua (Rom 6:3-11; Col 2:13; 3:1; Ef 2:5,6).

b - Conversão, perdão, purificação

4. O batismo, que faz dos cristãos participantes no mistério da morte e da ressurreição de Cristo, implica a confissão do pecado e a conversão do coração. Já o batismo administrado por João era um batismo de conversão em vista do perdão dos pecados (Mc 1:4). O Novo Testamento sublinha as implicações éticas do batismo, representando-o como uma ablução que lava o corpo com uma água pura, uma purificação do coração de todo o pecado, e um ato de justificação (Heb 10:22, 1 Ped 3:21; Act 22:16; 1 Cor 6:11). Assim, os batizados são perdoados, purificados e santificados por Cristo; recebem uma nova orientação ética, sob a conduta do Espírito Santo, que faz parte da sua experiência batismal.

c - Dom do Espírito

5. O Espírito Santo opera nas vidas antes, durante e depois do batismo. É o mesmo Espírito que revelou Jesus como o Filho (Mc 1:10,11) e que deu o seu poder aos discípulos, assim como a unidade, no Pentecostes (Act 2). Deus derrama sobre cada batizado a unção do Espírito Santo prometido, marca-o com o seu selo e põe no seu coração a garantia da sua herança como Filho de Deus. O Espírito Santo alimenta a vida da fé no seu coração, até à libertação final, altura em que tomarão posse da sua herança, para louvor da glória de Deus (2 Cor 1:21,22; Ef 1:13,14).

d - Incorporação no Corpo de Cristo

6. Celebrado em obediência ao nosso Senhor, o batismo é um sinal e um selo do nosso empenho comum de discípulos. Através do seu próprio batismo, os cristãos são conduzidos à união com Cristo, com cada um dos outros cristãos e com a Igreja de todos os tempos e de todos os lugares. O nosso batismo comum, que nos une ao Cristo na fé, é assim um vínculo fundamental de unidade. Somos um só povo e somos chamados a confessar e a servir um só Senhor, em cada lugar e no mundo inteiro. A união com Cristo que partilhamos pelo batismo tem implicações importantes para a unidade cristã: "Há... um só batismo, um só Deus e Pai de todos..." (Ef. 4:4-6). Quando a unidade batismal se realiza na Igreja una, santa, católica e apostólica, um testemunho cristão autêntico pode ser prestado ao amor de Deus que cura e reconcilia. É por isso

que o nosso único batismo em Cristo constitui um apelo dirigido às Igrejas, para ultrapassarem as suas divisões e manifestarem visivelmente a sua comunhão.

Comentário:

Quando as Igrejas são incapazes de reconhecer que as suas diversas práticas do batismo são uma participação no único batismo, e quando elas permanecem divididas não obstante o seu reconhecimento mútuo do batismo, dão a imagem dramática de um testemunho dividido da Igreja. Quando as Igrejas aceitam, em certos lugares e tempos, que as diferenças de sexo, de raça, de situações sociais, dividam o Corpo de Cristo, estão a pôr em causa a autenticidade da unidade batismal da comunidade cristã (Gal. 3:27,28) e comprometem seriamente o seu testemunho. A necessidade de reencontrar a unidade batismal situa-se no coração do trabalho ecumênico; é igualmente central para viver uma autêntica comunhão no seio das comunidades cristãs.

e - Sinal do Reino

7. O batismo abre à realidade da vida nova dada neste mundo. Faz participar na comunidade do Espírito Santo. É um sinal do Reino de Deus e da vida do mundo futuro. Graças aos dons da fé, da esperança e do amor, o batismo possui uma dinâmica que atinge toda a vida, estende-se a todas as nações e antecipa o dia quando toda a língua confessará que Jesus Cristo é o Senhor, para a glória de Deus o Pai.

III. O Batismo e a fé

8. O batismo é simultaneamente o dom de Deus e a nossa resposta humana a este dom. Tende a um crescimento em direção ao estado de adulto, à estatura de Cristo na sua plenitude (Ef. 4:13). Todas as Igrejas reconhecem a necessidade da fé para receber a salvação implicada e manifestada no batismo. O empenho pessoal é necessário para se ser um membro responsável no corpo de Cristo.

9. O batismo não consiste somente numa experiência momentânea, mas tem que ver com o crescimento de toda uma vida na comunhão de Cristo. Os batizados são chamados a refletir a glória do Senhor, a ser transfigurados nesta mesma imagem, com uma glória cada vez maior, pelo poder do Espírito Santo (2 Cor 3:18). A vida do cristão é necessariamente um combate contínuo, mas também uma contínua experiência da graça. Nesta relação nova, os batizados vivem para Cristo, para a sua Igreja e para o mundo que ele ama, aguardando na esperança a manifestação da nova criação de Deus e do tempo em que Deus será tudo em todos (Rom 8:18-24; 1 Cor 15: 22-28, 49-57).

10. Crescendo na vida da fé, os crentes batizados manifestam que a humanidade pode ser regenerada e libertada. Eles têm a responsabilidade

comum de, aqui e agora, prestarem testemunho conjunto ao Evangelho de Cristo, o libertador de todos os seres humanos. O contexto deste testemunho comum é a Igreja e o mundo. Nesta comunhão de testemunho e de serviço, os cristãos descobrem a plena significação do único batismo como dom de Deus a todo o seu povo. Do mesmo modo, reconhecem que o batismo na morte de Cristo tem implicações éticas, que não somente chamam à santificação pessoal, como também empenham os cristãos na luta para que se realize a vontade de Deus em todos os sectores da vida (Rom 6:9 ss; Gal 3:26-28; 1 Ped 2:21 - 1 Ped 4:6).

IV. A Prática do Batismo

a - Batismo dos adultos e Batismo das crianças

11. É possível que o batismo das crianças tenha sido praticado no período apostólico, mas o batismo depois de uma profissão de fé pessoal é a forma mais claramente atestada nos documentos do Novo Testamento. No decurso da história, a prática do batismo desenvolveu-se segundo formas variadas. Certas Igrejas batizam crianças apresentadas por pais ou por responsáveis dispostos a criá-las, na e com a Igreja, segundo a fé cristã. Outras Igrejas praticam exclusivamente o batismo dos crentes capazes de fazer uma confissão de fé pessoal. Entre estas Igrejas há as que recomendam que os recém-nascidos ou as crianças sejam apresentados e abençoados no decurso de um serviço que compreende habitualmente uma ação de graças pelo dom da criança, assim como a manifestação do empenho da mãe e do pai em serem pais cristãos. As Igrejas batizam crentes que, provenientes de outras religiões ou da descrença, aceitam a fé cristã e participam numa instrução catequética.

12. O batismo dos adultos e o batismo das crianças têm lugar, um e o outro, no seio da Igreja como comunidade de fé. Quando um crente responsável é batizado, uma confissão de fé pessoal fará parte integrante do serviço batismal. Quando uma criança é batizada, a resposta pessoal ocorrerá mais tarde na sua vida. Nos dois casos, o batizado terá que crescer na compreensão da fé. No caso dos batizados que confessam pessoalmente a fé, há sempre a exigência de um crescimento contínuo da resposta pessoal na fé. No caso das crianças, espera-se para mais tarde uma confissão pessoal; a educação cristã é orientada tendo em vista o desenvolvimento dessa confissão.

Todo o batismo é fundado na fidelidade de Cristo até à morte, e proclama essa fidelidade. Está situado no coração da vida e da fé da Igreja, e revela a fidelidade de Deus, fundamento de toda a vida na fé. Em cada batismo, a comunidade inteira reafirma a sua fé em Deus e empenha-se para proporcionar ao batizado um ambiente de testemunho e de serviço. O batismo deveria, pois, ser sempre celebrado e desenvolvido no contexto da comunidade cristã.

Comentário:

Quando se utilizam as expressões "batismo das crianças" e "batismo dos adultos", é preciso ter presente que a distinção verdadeira é entre aqueles que batizam em qualquer idade e aqueles que batizam somente os crentes capazes de pronunciarem por eles próprios a confissão de fé. Há uma diferença menor entre o batismo das crianças e o batismo dos adultos, se se reconhece que as duas formas de batismo implicam a iniciativa de Deus em Cristo e exprimem uma resposta da fé no seio da comunidade crente.

A prática do batismo das crianças insiste na fé comunitária e na fé que a criança partilha com os seus pais. A criança nasceu num mundo dividido e partilha essa ruptura. Pelo batismo, a promessa e o apelo do Evangelho pousam sobre a criança. A fé pessoal do batizado e a sua participação fiel na vida da Igreja são essenciais para que o batismo produza todos os seus frutos.

A prática do batismo dos adultos sublinha a confissão explícita da pessoa que responde à graça de Deus, na e através da comunidade de fé, pedindo o batismo. As duas formas de batismo exigem uma atitude responsável idêntica no tocante à educação cristã. Uma redescoberta do caráter permanente da formação cristã pode facilitar a aceitação mútua de diferentes práticas de iniciação.

Em certas Igrejas que reúnem as duas tradições, a do batismo das crianças e a do batismo dos adultos, foi possível considerar como alternativas equivalentes para a entrada na Igreja, por um lado a forma em que o batismo na infância é seguido mais tarde por uma profissão de fé, e por outro lado a forma em que o batismo de adultos vem na seqüência de uma apresentação e bênção na infância. Este exemplo convida outras Igrejas a decidirem se, igualmente, não poderiam reconhecer alternativas equivalentes nas suas relações recíprocas e nas negociações de união entre Igrejas.

13. O batismo é um ato que não pode ser repetido. Deve-se evitar toda e qualquer prática que possa ser interpretada como um "re-batismo".

Comentário:

Algumas Igrejas que têm insistido numa forma particular do batismo, ou que têm levantado sérias questões a propósito da autenticidade dos sacramentos e dos ministérios de outras Igrejas, têm por vezes pedido a pessoas vindas de outras tradições eclesiais para serem batizadas antes de se tornarem plenamente membros comungantes. Em virtude de as Igrejas não só chegarem a uma compreensão mútua maior ao aceitarem-se umas às outras, mas também entrarem assim em relações mais estreitas de testemunho e de serviço, abster-se-ão de toda a prática que possa pôr em questão a integridade sacramental de outras Igrejas ou atenuar o fato de que o sacramento do batismo não pode ser repetido.

b - Batismo - Crisma - Confirmação

14. Na obra de Deus para a salvação, o mistério pascal da morte e da ressurreição de Cristo está inseparavelmente ligado ao dom pentecostal do Espírito Santo. Do mesmo modo, a participação na morte e na ressurreição de Cristo está inseparavelmente ligada à recepção do Espírito. O batismo no seu sentido pleno significa e cumpre ambas as coisas.

Os cristãos diferem na sua compreensão do lugar do sinal do dom do Espírito. A transmissão do Espírito tem sido associada a gestos diferentes. Para alguns é o próprio rito da água. Para outros, é a unção com o crisma e/ ou a imposição das mãos a que em muitas Igrejas chamam confirmação. Para outros ainda são os três, pois consideram que o Espírito age através de todo o rito. Todos estão de acordo para dizer que o batismo cristão é um batismo na água e no Espírito Santo.

Comentário:

(a) Em certas tradições explicam que, assim como o batismo nos conforma ao Cristo crucificado, sepultado e ressuscitado, assim também, pelo crisma, os cristãos recebem o dom do Espírito do Pentecostes da parte do Filho que recebeu a unção.

(b) Se o batismo, como incorporação no Corpo de Cristo, tende, pela sua própria natureza, à comunhão eucarística no corpo e no sangue de Cristo, levanta-se a questão de saber por quê ajuntar um rito separado entre batismo e admissão à comunhão. As Igrejas que batizam crianças, mas recusam-lhes a comunhão na eucaristia antes de um tal rito, deveriam interrogar-se se terão ou não assaltado e aceite plenamente as conseqüências do batismo.

(c) O batismo deve ser sem cessar reafirmado. A forma mais natural de uma tal reafirmação é a celebração da eucaristia. A renovação dos votos do batismo poderá assim ocorrer em certas ocasiões, como por exemplo na celebração anual do mistério pascal ou na altura do batismo de outras pessoas.

c - Para um reconhecimento mútuo do Batismo.

15. As Igrejas são cada vez mais capazes de reconhecer o batismo umas das outras como o único batismo de Cristo, na medida em que Jesus Cristo é confessado como Senhor pelo candidato, ou, no caso de um batismo de criança, quando essa confissão é feita pela Igreja (os pais, responsáveis, padrinhos, madrinhas, e a comunidade) e afirmada mais tarde na fé pessoal e no compromisso. O reconhecimento mútuo do batismo é evidentemente um sinal importante e um meio de exprimir a unidade batismal dada em Cristo. Em toda a parte onde tal é possível, as Igrejas deveriam exprimir de maneira explícita o reconhecimento mútuo dos seus batismos.

16. Com o fim de superar as suas diferenças, os que praticam o batismo dos adultos e os que batizam as crianças deveriam reconsiderar certos aspectos dos seus modos de agir. Os primeiros deveriam procurar exprimir mais visivelmente o fato de que as crianças estão colocadas sob a proteção da graça de Deus. Os segundos deveriam guardar-se contra a prática de batismos aparentemente sem julgamento prévio, e tomar mais a sério a sua responsabilidade na educação das crianças batizadas tendo em vista um compromisso adulto por Cristo.

V. A celebração do Batismo

17. O batismo é celebrado com água, no nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

18. Na celebração do batismo, o valor simbólico da água deveria ser tomado a sério e não reduzido. O ato da imersão pode exprimir de maneira concreta o fato que, no batismo, o cristão participa na morte, na sepultura e na ressurreição de Cristo.

Comentário:

Em certas tradições teológicas, o uso da água, todas as suas associações positivas com a vida e a bênção, significam a continuidade entre a antiga e a nova criação, manifestando desse modo a significação do batismo não somente para os seres humanos mas também para todo o cosmos. Ao mesmo tempo, o uso da água representa uma purificação da criação, uma morte para tudo o que é negativo e destruidor no mundo: os que são batizados no Corpo de Cristo são feitos participantes de uma nova existência.

19. Como acontecia nos primeiros séculos, o dom do Espírito no batismo pode ser significado de maneiras diversas: por exemplo, pelo sinal da imposição das mãos e pela unção ou crisma. O sinal da cruz evoca a marca do selo do Espírito prometido, sinal escatológico e garantia da herança final no Reino de Deus (Ef. I: 13,14). A redescoberta de tais sinais concretos pode aprofundar a liturgia.

20. Numa liturgia completa do batismo, dever-se-iam encontrar pelo menos os elementos seguintes: uma invocação do Espírito Santo; uma renúncia ao mal; uma profissão de fé em Cristo e na Trindade; o uso da água; uma declaração de que as pessoas batizadas adquiriram uma nova identidade como filhos e filhas de Deus, e como membros da Igreja, chamados a dar testemunho do Evangelho. Certas Igrejas consideram que a iniciação cristã não é completa sem o selo do Espírito Santo dado ao batizado, e a participação na comunhão.

21. Convém que, no contexto do serviço batismal, se dê uma explicação do sentido do batismo, conforme à Escritura: participação na morte e na ressurreição de Cristo, conversão, perdão e purificação, dom do Espírito, incorporação no corpo de Cristo e sinal do Reino.

Comentário:

Algumas discussões recentes têm mostrado que conviria dar mais atenção a mal-entendidos alimentados pelo contexto sociocultural no qual se situa o batismo.

(a) Em certas partes do mundo, o uso de dar um nome ao batizado no decurso da liturgia batismal conduziu à confusão entre batismo e costumes locais da atribuição de um nome. Esta confusão torna-se particularmente lamentável se, em culturas predominantemente não cristãs, aos batizados são dados nomes cristãos não enraizados na sua tradição cultural. Ao elaborarem as suas disciplinas do batismo, as Igrejas deveriam ter todo o cuidado no acento a pôr na verdadeira significação do batismo, para evitar que os batizados sejam inutilmente afastados da sua cultura local pela imposição de nomes estrangeiros. Um nome recebido da sua própria cultura de origem enraíza o batizado nessa cultura e, ao mesmo tempo, manifesta a universalidade do batismo, incorporação na Igreja una, santa, católica e apostólica, que se estende sobre todas as nações da terra.

(b) Em muitas Igrejas multitudinárias europeias e norte-americanas, pratica-se frequentemente o batismo das crianças aparentemente sem nenhuma discriminação. Uma tal prática contribui para que as Igrejas que praticam o batismo dos adultos se sintam pouco motivadas para reconhecer a validade daquele batismo; este fato deveria conduzir a uma reflexão mais crítica sobre a significação do batismo no seio das próprias igrejas multitudinárias.

(c) Certas Igrejas africanas praticam o batismo do Espírito Santo, sem água, pela imposição das mãos, reconhecendo, contudo, o batismo das outras Igrejas. Torna-se necessário um estudo no respeitante a esta prática e à sua relação com o batismo de água.

22. O batismo é normalmente celebrado por um ministro ordenado, ainda que em certas circunstâncias outros sejam autorizados a batizar.

23. Visto o batismo estar estreitamente ligado à vida comunitária e ao culto da Igreja, deveria ser celebrado durante um serviço litúrgico público. Assim os membros da comunidade poderiam evocar o seu próprio batismo, acolhendo os batizados na sua comunhão fraterna e comprometendo-se a formá-los na fé cristã. Como era prática na Igreja antiga, as grandes festas da Páscoa, do Pentecostes e da Epifania são muito adequadas para a celebração do batismo.

COMISSÃO «FÉ E CONSTITUIÇÃO» DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS

TEXTO DE LIMA, 1982:

«Convergência da Fé» (Batismo, Eucaristia, Ministério)

I - Prefácio

O Conselho Mundial de Igrejas é "uma comunidade fraterna de Igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador segundo as Escrituras, e se esforçam por responder em conjunto à sua vocação comum para a glória do único Deus, Pai, Filho e Espírito Santo" (constituição).

Nessas palavras temos uma definição clara do que é o Conselho Mundial. Ele não é uma autoridade universal fiscalizadora do que os cristãos deveriam crer e fazer. Mas, volvidos somente três decênios, ele é já uma comunidade notável de aproximadamente trezentas Igrejas, que representam uma rica diversidade de culturas, de tradições, de liturgia em numerosas línguas, de existência sob todas as espécies de sistemas políticos. Todas elas, contudo, comprometidas numa estreita colaboração de testemunho cristão e de serviço.

Ao mesmo tempo, todas, também, lutando em conjunto para atingir o fim da unidade visível da Igreja.

A Comissão de Fé e Constituição do Conselho Mundial assegura apoio teológico aos esforços das Igrejas que tenham em vista a unidade. Com efeito, a Comissão foi encarregue, pelos membros do Conselho, de lhes lembrar continuamente a obrigação livremente aceite por elas de trabalharem de modo mais visível para a manifestação do dom de Deus, a unidade da Igreja. Por isso, o objetivo claramente estabelecido pela Comissão é o de "proclamar a unidade da Igreja de Jesus Cristo e exortar as Igrejas a tornarem visível esta unidade numa só fé e numa só comunidade eucarística, com expressão no culto e na vida comum em Cristo, a fim de que o mundo creia".

Se as Igrejas divididas devem chegar à unidade visível que procuram, então uma questão prévia essencial é que se ponham fundamentalmente de acordo sobre o batismo, a eucaristia e o ministério. É compreensível, pois, que a Comissão de Fé e Constituição tenha consagrado muita atenção à ultrapassagem da divisão doutrinária sobre estes três temas. Durante os últimos cinquenta anos, a maior parte dos seus encontros e conferências tiveram quer um quer outro destes temas no centro das suas discussões.

Os três textos são fruto de um processo de pesquisa de cinquenta anos que remonta à primeira Conferência de Fé e Constituição, em Lausana, em 1927. O material foi discutido e revisto pela Comissão de Fé e Constituição, em Accra (1974), em Bangalore (1978) e em Lima (1982). Entre os encontros da Comissão plenária, a Comissão permanente e o seu comitê de trabalho sobre o batismo, a eucaristia e o ministério, sob a presidência do irmão Max Thurian, da Comunidade de Taizé, prosseguiram o trabalho e a redação.

Estes textos ecumênicos refletem igualmente as consultas sucessivas e a colaboração contínua estabelecidos entre os membros da Comissão (aprovados pelas Igrejas) e as próprias Igrejas particulares. A 5.ª Assembleia do Conselho Mundial (Nairobi 1975) permitiu o envio às Igrejas de um primeiro texto impresso para estudo (série Faith and Order N.º 73). É muito significativo que mais de cem Igrejas, de todas as regiões e de todas as tradições, tenham enviado comentários pormenorizados. Estes foram cuidadosamente analisados durante uma consulta em Crêt-Bérard, em 1977 (série Faith and Order N.º 84).

Conjuntamente, certos problemas particularmente difíceis foram igualmente analisados na altura de consultas ecumênicas especiais realizadas sobre os seguintes temas: "Batismo das crianças e dos adultos", em Louisville, em 1978 (série Faith and Order N.º 97), "Episcopado e episcopado", em Genebra, em 1979 (série Faith and Order N.º 102). O texto foi igualmente revisto por representantes das Igrejas ortodoxas, em Chambéry, 1979. Finalmente, a Comissão de Fé e Constituição foi novamente autorizada pelo Comitê central do Conselho Mundial, em Dresden (1981), a enviar o documento revisto (o texto de Lima de 1982) às Igrejas, pedindo-lhes uma resposta oficial, como uma etapa vital em todo este processo ecumênico.

Este trabalho não foi realizado somente por Fé e Constituição. Os três temas batismo, eucaristia e ministério têm sido objeto de pesquisa em muitos diálogos ecumênicos. Os dois principais tipos de conversações entre Igrejas, o tipo bilateral e o tipo multilateral, provaram ser complementares e mutuamente benéficos. Os três relatórios do Fórum sobre as conversações bilaterais mostram-no claramente: "Concepções da unidade" (1978), "Consenso sobre textos de acordo" (1979), "Autoridade e recepção" (1980) (série Faith and Order N.º 107). Em consequência, a Comissão de Fé e Constituição, na sua própria pesquisa multilateral respeitante aos três temas, tentou estabelecer, tanto quanto possível sobre descobrimentos particulares, conversações bilaterais. Com efeito, uma das tarefas da comissão é avaliar o resultado de todos estes esforços particulares em proveito do movimento ecumênico no seu conjunto.

O testemunho das Igrejas locais que passaram já pelo processo da união, superando assim as divisões confessionais, foi igualmente preponderante para o desenvolvimento deste texto. É importante reconhecer que tanto a procura da união das Igrejas locais, como a busca de um consenso universal, estão intimamente ligadas.

Talvez ainda mais influentes que os estudos oficiais sejam as mudanças que ocorrem na vida das próprias Igrejas. Vivemos num momento crucial na história da humanidade. No seu caminhar para a unidade, as Igrejas interrogam-se acerca da relação existente entre as suas compreensões e práticas do batismo, da eucaristia e do ministério, e a sua missão na e para a renovação da comunidade humana, ao procurarem promover a justiça, a paz e a reconciliação. Este texto não pode, pois, ser dissociado da missão redentora e libertadora de Cristo por intermédio das Igrejas no mundo moderno.

Como resultado dos estudos bíblicos e patrísticos, da renovação litúrgica e da necessidade de um testemunho comum, surgiu uma comunhão fraterna ecumênica que transcende frequentemente as fronteiras confessionais e na qual as antigas diferenças passam a ser vistas a uma nova luz. Assim, não obstante a linguagem deste texto ser ainda muito clássica no seu esforço de reconciliação das controvérsias históricas, ele tem uma intenção claramente contemporânea e inserida nos contextos modernos. Este espírito estimulará certamente muitas reformulações do texto nas linguagens variadas do nosso tempo. Até onde nos conduziram estes esforços? Como é manifesto no texto de Lima, atingimos já um notável grau de acordo. Certamente, não chegamos ainda completamente a um "consenso" (consentire), compreendido aqui como a experiência de vida e de expressão da fé, necessário para realizar e manter a unidade visível da Igreja. Um tal consenso está enraizado na comunhão fundada em Cristo e no testemunho dos apóstolos. Sendo dom do Espírito, alcança-se como experiência partilhada antes de poder ser expresso por palavras, num esforço concertado. Um consenso completo não pode ser proclamado senão depois de as Igrejas terem atingido o ponto em que podem viver e agir em conjunto na unidade.

No caminho que tem como meta a unidade visível, as Igrejas terão, contudo, de passar por diversas etapas. Elas têm sido abençoadas de novo pela escuta mútua e pelo retorno, em conjunto, às fontes originais, isto é, à "Tradição do Evangelho atestada na Escritura, transmitida na e pela Igreja, pelo poder do Espírito Santo" (Conferência Mundial de Fé e Constituição, 1963).

Ao abandonarem as oposições do passado, as Igrejas começaram a descobrir numerosas convergências plenas de promessas em convicções e perspectivas que elas partilham. Estas convergências asseguram-nos de que, não obstante toda a diversidade na expressão teológica, as Igrejas têm muito em comum na sua compreensão da fé. O texto que daí resulta tende a tornar-se parte do reflexo fiel e suficiente da Tradição cristã sobre elementos essenciais da comunhão cristã. No processo do crescimento comum, com confiança mútua, as Igrejas devem desenvolver essas convergências doutrinárias, etapa por etapa, até serem capazes finalmente de declarar em conjunto que vivem em comunhão umas com as outras, na continuidade dos apóstolos e dos ensinamentos da Igreja universal.

Este texto de Lima representa as convergências teológicas significativas que Fé e Constituição discerniu e formulou. Aqueles que sabem quanto as

Igrejas têm divergido na doutrina e prática do batismo, da eucaristia e do ministério, podem aperceber-se da importância da medida do acordo aqui registrada. Praticamente, todas as confissões tradicionais estão representadas na Comissão. Que teólogos de tradições tão vincadamente diferentes possam ser capazes de falar com uma tal harmonia sobre o batismo, a eucaristia e o ministério - eis um fato sem precedentes no movimento ecumênico moderno. Note-se com particular atenção, o fato de a Comissão incluir igualmente entre os seus membros de pleno direito, teólogos da Igreja católica romana e de outras Igrejas que não pertencem ao Conselho Mundial de Igrejas.

No decurso de uma avaliação crítica, a intenção primeira deste texto ecumênico deve estar bem presente no espírito. O leitor não deve esperar encontrar nele uma exposição teológica completa sobre o batismo, a eucaristia e o ministério. Não seria nem apropriada nem desejável. O texto de acordo concentra-se intencionalmente nos aspectos do tema que estão diretamente ou indiretamente relacionados com os problemas do reconhecimento mútuo conducente à unidade. O texto principal mostra os domínios de convergência teológica mais importante; os comentários que a ele se juntam indicam quer diferenças históricas ultrapassadas, quer pontos controversos a exigir ainda pesquisa e reconciliação.

À luz de todos estes desenvolvimentos, a Comissão de Fé e Constituição, apresenta agora este texto de Lima 1982 às Igrejas. Fazemo-lo com uma convicção profunda, pois temo-nos tornado cada vez mais conscientes da nossa unidade no Corpo de Cristo. Encontramos motivos para nos alegrarmos ao descobrirmos as riquezas da nossa herança comum no Evangelho. Cremos que o Espírito Santo nos conduziu até este tempo, Kairós do movimento ecumênico, em que as Igrejas infelizmente divididas se sentiram capazes de chegar a acordos teológicos substanciais. Cremos que numerosos progressos significativos são possíveis se, nas nossas Igrejas, tivermos suficiente coragem e imaginação para acolher o dom da unidade que Deus nos concede. Como sinal do seu empenho ecumênico, espera-se que as Igrejas promovam o mais amplo empenho do povo de Deus, a todos os níveis da vida da Igreja, no processo espiritual de recepção deste texto. Em apêndice, dão-se algumas sugestões particulares em relação com o uso deste texto no culto, no testemunho e na reflexão das Igrejas. A Comissão de Fé e Constituição convida agora respeitosamente todas as Igrejas a prepararem uma resposta oficial a este texto, ao mais elevado nível de autoridade apropriado, seja um Conselho, seja um Sínodo, seja uma Conferência, seja uma Assembleia ou qualquer outra instituição. Para ajudar no processo de recepção, a Comissão gostaria de conhecer tão precisamente quanto possível: - até que ponto a vossa Igreja pode reconhecer neste texto a fé da Igreja através dos séculos;

As consequências que a vossa Igreja pode tirar deste texto para as suas relações e diálogos com outras Igrejas, particularmente com as Igrejas que reconhecem também o texto como uma expressão da fé apostólica; - as indicações que a vossa Igreja pode receber deste texto no que respeita à sua

vida e ao seu testemunho ao nível do culto, da educação, da ética e da espiritualidade;

As sugestões que a vossa Igreja pode dar para a continuidade do trabalho de Fé e Constituição, no respeitante à relação entre o material deste texto sobre o batismo, a eucaristia e o ministério e o seu projeto de pesquisa a longo termo sobre "A expressão comum da fé apostólica hoje".

A nossa intenção é, na altura de uma futura Conferência mundial de Fé e Constituição, comparar todas as respostas oficiais recebidas, publicar os resultados e analisar as implicações ecumênicas para as Igrejas.

Todas as respostas a estas questões deverão ser enviadas até 31 de Dezembro de 1984 ao secretariado de Fé e Constituição, Conselho Mundial de Igrejas, 150 route de Ferney, 1211 Genève 20, Suisse.

William H. Lazareth, Diretor do Secretariado de Fé e Constituição

Nikos Nissiotis, Moderador da Comissão de Fé e Constituição

COMISSÃO «FÉ E CONSTITUIÇÃO» DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS

TEXTO DE LIMA, 1982:

«Convergência da Fé» (Batismo, Eucaristia, Ministério)

III - Eucaristia

I. A Instituição da Eucaristia

1. A Igreja recebe a eucaristia como um dom da parte do Senhor. S. Paulo escreveu: "Eis o que eu recebi do Senhor, e o que vos transmiti: o Senhor Jesus, na noite em que foi entregue, tomou o pão, e, depois de ter dado graças, partiu-o e disse: "Isto é o meu corpo, que é por vós, fazei isso em memorial (*anamnesis*) de mim". Fez o mesmo com o cálice, depois de ter ceado, dizendo: "Este cálice é a nova aliança no meu sangue; fazei isto todas as vezes que dele beberdes, em memorial de mim." (1 Cor 11:23-25; cf. Mat. 26;26-29; Marc 14:22-25; Luc 22: 14-20).

As refeições que Jesus partilhou durante o seu ministério terrestre, e das quais temos notícia, proclamam e representam a proximidade do Reino: a multiplicação dos pães é disso um sinal. Quando da sua última refeição, a comunhão do Reino foi posta em relação com a perspectiva dos sofrimentos de Jesus. Depois da sua ressurreição, o Senhor manifestou a sua presença e deu-se a conhecer aos seus discípulos na fração do pão. A eucaristia encontra-se, assim, na linha de continuidade dessas refeições de Jesus durante a sua vida terrestre e depois da sua ressurreição, sinais contínuos do Reino. Os cristãos consideram que a eucaristia é prefigurada pelo memorial do livramento, na Páscoa de Israel, libertação do país da servidão, e pela refeição da Aliança no monte Sinai (Êxodo 24). Ela é a nova refeição pascal da Igreja, a refeição da Nova Aliança que Cristo deu aos seus discípulos como o memorial (*anamnesis*) da sua morte e da sua ressurreição, como a antecipação do banquete do Cordeiro (Ap. 19:9); Cristo ordenou aos seus discípulos que fizessem memória dele, encontrando-o assim, nesta refeição sacramental, como povo de Deus peregrino, até à sua volta.

A última refeição celebrada por Jesus foi uma refeição litúrgica que utilizava palavras e gestos simbólicos. Consequentemente, a eucaristia é uma refeição sacramental que, através de sinais visíveis, nos comunica o amor de Deus em Jesus Cristo, o amor com que Jesus amou os seus "até ao fim" (João 13:1). Têm-lhe sido dados diversos nomes, por exemplo: refeição do Senhor,

fração do pão, santa ceia, santa comunhão, divina liturgia, missa. A sua celebração é sempre o ato central do culto da Igreja.

II. A significação da Eucaristia

2. A eucaristia é essencialmente o sacramento do dom que Deus nos faz em Cristo pelo poder do Espírito Santo. Cada cristão recebe este dom da salvação pela comunhão no corpo e no sangue de Cristo. Na refeição eucarística, no ato de comer o pão e de beber o vinho, Cristo concede a comunhão com ele. Deus mesmo age na eucaristia dando vida ao corpo de Cristo e renovando cada membro deste corpo. Segundo a promessa de Cristo, cada batizado, membro do corpo de Cristo, recebe na eucaristia a segurança da remissão dos pecados (Mat. 26:28) e a garantia da vida eterna (João 6:51-58). Ainda que a eucaristia seja essencialmente um todo, ela será considerada aqui sob os seguintes aspectos: ação de graças ao Pai, memorial e Cristo, invocação do Espírito, comunhão dos fiéis, refeição do Reino.

a - A Eucaristia como Ação de Graças ao Pai

3. A eucaristia, que contém sempre simultaneamente palavra e sacramento, é uma proclamação e uma celebração da obra de Deus. A eucaristia é a grande ação de graças ao Pai por tudo o que ele cumpriu na criação, na redenção e na santificação, por tudo o que ele cumpre agora na Igreja e no mundo não obstante o pecado dos seres humanos, por tudo o que ele cumprirá conduzindo o seu Reino até à plenitude. Deste modo, a eucaristia é a bênção (berakah) pela qual a Igreja exprime o seu reconhecimento para com Deus por todos os seus benefícios.

4. A eucaristia é o grande sacrifício de louvor, pelo qual a Igreja fala no nome de toda a criação. Com efeito, o mundo que Deus reconciliou com ele mesmo está presente em cada eucaristia: no pão e no vinho, na pessoa dos fiéis e nas orações que eles oferecem por eles próprios e por todo os humanos. Cristo une os fiéis à sua pessoa e as orações deles à sua própria intercessão, de modo que os fiéis são transfigurados e as suas orações aceites. Este sacrifício de louvor só é possível por Cristo, com ele e nele. O pão e o vinho, frutos da terra e do trabalho dos homens, são apresentados ao Pai na fé e na ação de graças. Deste modo, a eucaristia revela ao mundo aquilo em que ele se deve tornar: uma oferta e um louvor ao Criador, uma comunhão universal no Corpo de Cristo, um reino de justiça, de amor e de paz no Espírito Santo.

b - A Eucaristia como "anamnese" ou Memorial de Cristo

5. A eucaristia é o memorial de Cristo crucificado e ressuscitado, isto é, o sinal vivo e eficaz do seu sacrifício, cumprido uma vez por todas sobre a cruz, e continuamente agindo a favor de toda a humanidade. A concepção bíblica do memorial aplicada à eucaristia exprime esta eficácia atual da obra de Deus quando ela é celebrada pelo seu povo sob a forma de liturgia.

6. O próprio Cristo, com tudo o que ele cumpriu por nós e pela criação inteira (na sua encarnação, condição de servo, ministério, ensino, sofrimento, sacrifício, ressurreição, ascensão e envio do Espírito Santo) está presente neste memorial: ele concede-nos a comunhão com ele. A eucaristia é deste modo o antegosto da sua volta e do reino eterno.

7. O memorial, onde Cristo age através da celebração jubilosa da sua Igreja, é, pois, simultaneamente representação e antecipação. O memorial não é somente uma lembrança do passado ou da sua significação; é a proclamação eficaz feita pela Igreja da grande obra de Deus e das suas promessas.

8. O memorial, como representação e antecipação, cumpre-se sob a forma de ação de graças e de intercessão. Proclamando diante de Deus, na ação de graças, a grande obra de redenção, a Igreja intercede junto dele para que ele conceda a todos os seres os benefícios desta libertação. Nesta ação de graças e intercessão, a Igreja está unida com o Filho, seu Sumo Sacerdote e seu intercessor (Rom 8:34; Hb 7:25). A eucaristia é o sacramento do sacrifício único de Cristo, continuamente vivo para interceder em nosso favor. Ela é o memorial de tudo o que Deus faz pela salvação do mundo. "O que Deus quis cumprir na encarnação, vida, morte, ressurreição e ascensão de Cristo, não volta a fazê-lo; esses acontecimentos são únicos, não podem ser nem repetidos nem prolongados. No memorial da eucaristia, porém, a Igreja oferece a sua intercessão, na comunhão de Cristo, nosso Sumo Sacerdote.

Comentário:

É à luz desta significação da eucaristia como intercessão que se podem compreender as referências à eucaristia como "sacrifício propiciatório" na teologia católica. Só há uma expiação, a do sacrifício único da Cruz, atuante na eucaristia e apresentado ao Pai na intercessão de Cristo e da Igreja por toda a humanidade. À luz da concepção bíblica do memorial, todas as Igrejas poderiam rever as velhas controvérsias a propósito da noção de "sacrifício", e aprofundar a sua compreensão das razões pelas quais outras tradições utilizaram ou rejeitaram este termo.

9. O memorial de Cristo é o fundamento e a fonte de toda a oração cristã. A nossa oração apoia-se na intercessão contínua do Senhor ressuscitado, está unida a esta intercessão. Na eucaristia, Cristo dá-nos a força para vivermos com ele, sofrermos com ele e orarmos por intermédio dele, como pecadores justificados que cumprem livre e alegremente a sua vontade.

10. Em Cristo oferecemo-nos a nós mesmos em sacrifício vivo e santo em toda a nossa vida quotidiana (Rom 12:1; 1 Pd 2:5); este culto espiritual agradável a Deus alimenta-se na eucaristia, onde somos santificados e reconciliados no amor para sermos servidores da reconciliação no mundo.

11. Unidos a nosso Senhor e em comunhão com todos os santos e mártires, somos renovados na aliança selada pelo sangue de Cristo.

12. Visto a "anamnese" de Cristo ser o verdadeiro conteúdo da Palavra proclamada, bem como a essência da refeição eucarística, uma reforça a outra. A celebração da eucaristia implica normalmente a proclamação da Palavra.

13. As palavras e gestos de Cristo na instituição da eucaristia estão no coração da celebração: a refeição é o sacramento do corpo e do sangue de Cristo, o sacramento da sua presença real. Cristo cumpre de modos múltiplos a sua promessa de estar com os seus para sempre até ao fim do mundo. Mas o modo da presença de Cristo na eucaristia é único. Jesus disse sobre o pão e o vinho da eucaristia: "Isto é o meu corpo... Isto é o meu sangue..." O que Cristo disse é a verdade e cumpre-se todas as vezes que a eucaristia é celebrada. A Igreja confessa a presença real, viva e ativa de Cristo na eucaristia. Ainda que a presença real de Cristo na eucaristia não dependa da fé dos indivíduos, todos estão de acordo para dizer que o discernimento do corpo e do sangue de Cristo exige a fé.

Comentário:

Muitas Igrejas creem que, pelas palavras de Jesus e pelo poder do Espírito Santo, o pão e o vinho da eucaristia se tornam, de uma maneira real e no mistério, o corpo e o sangue de Cristo ressuscitado, isto é, do Cristo vivo presente em toda a sua plenitude. Sob os sinais do pão e do vinho, a realidade profunda é o ser total de Cristo, que vem a nós para nos alimentar e transformar todo o nosso ser. Outras Igrejas, afirmando embora a presença real de Cristo na eucaristia, não vinculam essa presença de um modo tão definido aos sinais do pão e do vinho. As Igrejas deverão decidir se essa diferença pode coexistir com a convergência formulada no próprio texto.

c - A Eucaristia como invocação do ESPÍRITO

14. O Espírito Santo faz com que Cristo crucificado e ressuscitado esteja realmente presente para nós na refeição eucarística, cumprindo assim a promessa contida nas palavras da instituição. É evidente que a eucaristia está centrada na presença de Cristo e, por conseguinte, que a promessa contida nas palavras da instituição é fundamental para a celebração. O Pai é, contudo, a origem primeira e o cumprimento final do acontecimento eucarístico. O Filho de Deus feito homem, por quem, com quem e em quem esse acontecimento se cumpre, é o seu centro vivo. O Espírito Santo é a incomensurável força de amor que torna tal possível, tornando-o eficaz. Este vínculo da celebração eucarística com o mistério do Deus-Trindade, situa o papel do Espírito Santo como o que atualiza e vivifica as palavras históricas de Cristo. Na certeza de ser atendida em virtude da promessa de Jesus contida nas palavras da instituição, a Igreja pede ao Pai o Espírito Santo para que ele cumpra o acontecimento eucarístico: a presença real de Cristo crucificado e ressuscitado que dá a sua vida por toda a humanidade.

Comentário:

Não se trata de uma espiritualização da presença eucarística de Cristo, mas da afirmação de uma união indissolúvel entre o Filho e o Espírito. Esta união manifesta que a eucaristia não é um ato mágico e automático, mas sim uma oração que se dirige ao Pai, sublinhando a total dependência da Igreja em relação a ele. As palavras da instituição, promessa de Cristo, e a *epiclese*, invocação do Espírito, estão, pois, em estreita relação na liturgia. A *epiclese* aparece situada de modo diferente em relação às palavras da instituição nas diversas tradições litúrgicas. Nas liturgias primitivas, toda a "oração eucarística" era concebida como portadora da realidade prometida por Cristo. A invocação do Espírito era feita simultaneamente sobre a comunidade e sobre os elementos do pão e do vinho. Reencontrando esta concepção, poderíamos superar as nossas dificuldades relativas a um momento particular da consagração.

15. É em virtude da palavra viva de Cristo, e pelo poder do Espírito Santo, que o pão e o vinho se tornam os sinais sacramentais do corpo e do sangue de Cristo. Eles continuam a sê-lo em vista da comunhão.

Comentário:

Na história da Igreja houve diversas tentativas para compreender o mistério da presença real única de Cristo na eucaristia. Alguns limitam-se à afirmação pura e simples dessa presença, sem querer explicá-la. Outros consideram como necessária a afirmação de uma mudança realizada pelo Espírito Santo e pelas palavras de Cristo, que faz com que não haja mais um pão e um vinho ordinários mas o corpo e o sangue de Cristo. Outros, ainda, elaboraram uma explicação da presença real que não pretende esgotar a significação do mistério, mas quer protegê-la contra as interpretações nocivas.

16. Toda a celebração da eucaristia tem um caráter "*epiclético*", isto é, está dependente da ação do Espírito Santo. Este aspecto da eucaristia encontra uma expressão variada nas palavras da liturgia.

17. A Igreja, como comunidade da nova aliança, invoca o Espírito com confiança, a fim de ser santificada e renovada, conduzido em toda a justiça, verdade e unidade, e fortalecida para cumprir a sua missão no mundo.

18. O Espírito Santo, através da eucaristia, dá um antegosto do Reino de Deus: a Igreja recebe a vida da nova criação e a segurança da volta do Senhor.

d - A Eucaristia como comunhão dos fiéis

19. A comunhão eucarística com o Cristo presente, que alimenta a vida da Igreja, é ao mesmo tempo comunhão no Corpo de Cristo que é a Igreja. A partilha do mesmo pão e do cálice comum, num dado lugar, manifesta e cumpre a unidade dos participantes com Cristo e com todos os comungantes,

em todos os tempos e em todos os lugares. É na eucaristia que a comunidade do povo de Deus é plenamente manifestada. As celebrações eucarísticas estão sempre em relação com a Igreja inteira, e toda a Igreja está implicado em cada celebração eucarística. Na medida em que uma Igreja pretende ser uma manifestação da Igreja universal, deveria preocupar-se com ordenar a sua própria vida segunda vias que tomassem a sério os interesses e preocupações das Igrejas irmãs.

Comentário:

Desde os princípios, o batismo foi concebido como o sacramento pelo qual os crentes são incorporados no Corpo de Cristo e cheios do Espírito Santo. Se, pois, uma Igreja, os seus ministros e os seus fiéis, contestam a outras Igrejas, aos seus batizados e aos seus ministros, o direito de participar na eucaristia ou de a ela presidir, a catolicidade da eucaristia é menos manifesta. Em muitas Igrejas hoje discute-se a questão da admissão das crianças batizadas como comungantes na eucaristia.

20. A eucaristia abarca todos os aspectos da vida. É um ato representativo de ação de graças e de oferta no nome do mundo inteiro. A celebração eucarística pressupõe a reconciliação e a partilha com todos, olhados como irmãos e irmãs na única família de Deus; ela é um constante desafio na busca de relações normais no seio da vida social, econômica e política (Mt 5:23ss; 1 Cor 10:16ss; 1 Cor 11:20-22; Gal 3:28). Quando partilhamos o corpo e o sangue de Cristo, há um desafio radical que é lançado a todas as formas de injustiça, de racismo, de separação e de ausência de liberdade. Através da eucaristia, a graça de Deus que renova tudo penetra e restaura a pessoa humana e a sua dignidade. A eucaristia envolve o crente no acontecimento central da história do mundo. Como participantes na eucaristia, pois, mostramo-nos inconsequentes se não participamos ativamente nesta restauração contínua da situação do mundo e da condição humana. A eucaristia mostra-nos que o nosso comportamento é inconsistente em face da presença reconciliadora de Deus na história humana: estamos colocados sob um julgamento contínuo pela persistência de todas as espécies de relações injustas na nossa sociedade, pelas numerosas divisões devidas ao orgulho humano, ao interesse material e às políticas do poder, e enfim pela obstinação assumida nas oposições confessionais injustificáveis no seio do Corpo de Cristo.

21. A solidariedade no Corpo de Cristo, afirmada pela comunhão eucarística, e a responsabilidade dos cristãos entre si e para com o mundo, encontram uma expressão particular nas liturgias: o perdão mútuo dos pecados, o sinal da paz, a intercessão por todos, comer e beber juntos, levar os elementos eucarísticos aos doentes e aos prisioneiros ou celebrar a eucaristia com eles. Todos estes sinais de amor fraterno na eucaristia estão diretamente ligados ao próprio testemunho do Cristo servo: os cristãos participam, eles mesmos, na sua condição de servo. Deus, em Cristo, entrou na condição

humana; a liturgia eucarística está, assim, próxima das situações concretas e particulares dos homens e das mulheres. Na Igreja primitiva, ao ministério dos diáconos e das diaconisas incumbia a responsabilidade específica de manifestar este aspecto da eucaristia. O exercício de um tal ministério entre a Mesa e a miséria humana exprime concretamente a presença libertadora de Cristo no mundo.

e - A Eucaristia como refeição do Reino

22. A eucaristia abre a visão do Reino de Deus, prometido com a renovação final da criação, ela é um antegosto dessa nova ordem de coisas. Sinais dessa renovação estão presentes no mundo por toda a parte onde a graça de Deus se manifesta, e onde os seres humanos trabalham pela justiça, pelo amor e pela paz. A eucaristia é a festa na qual a Igreja dá graças a Deus por esses sinais, celebra e antecipa na alegria a vinda do Reino em Cristo (1 Cor 11:26; Mt 26:29).

23. O mundo prometido à renovação está presente em toda a celebração eucarística.

O mundo está presente na ação de graças ao Pai, quando a Igreja fala no nome da criação inteira; o mundo está presente durante o memorial de Cristo, quando a Igreja está unida ao seu Sumo Sacerdote e intercessor, na sua oração por toda a humanidade; o mundo está presente no momento da invocação do dom do Espírito, quando a Igreja aspira à santificação e à nova criação.

24. Reconciliados na eucaristia, os membros do corpo de Cristo são chamados a ser servidores da reconciliação no meio dos homens e das mulheres, e testemunhas da alegria de que a fonte é a ressurreição. Tal como Jesus ia ao encontro dos publicanos e dos pecadores e comia com eles, durante o seu ministério terrestre, assim também os cristãos são chamados, na eucaristia, a serem solidários dos marginais, a tornarem-se sinais do amor de Cristo, que viveu e se sacrificou por todos, que se dá agora a si mesmo na eucaristia.

25. A celebração da eucaristia é um momento em que a Igreja participa na missão de Deus no mundo. Esta participação toma forma quotidianamente na proclamação do Evangelho, no serviço do próximo e na presença constante no mundo.

26. Dom total de Deus, a eucaristia oferece a realidade nova que transforma a vida dos cristãos, a fim de fazer deles imagem de Cristo e suas testemunhas eficazes. A eucaristia é deste modo um precioso alimento para os missionários, o pão e o vinho dos peregrinos, em vista do seu êxodo apostólico no mundo. A comunidade eucarística é alimentada de maneira a poder confessar por palavras e ações que Jesus Cristo é o Senhor que ofereceu a sua vida pela salvação do mundo. Convertendo-se num povo único em torno de

uma refeição única, a assembleia eucarística deve inevitavelmente preocupar-se com a reunião daqueles que estão para além dos seus limites visíveis, pois é Cristo quem convidou para o seu banquete todos aqueles pelos quais ele morreu. O fato de os cristãos não poderem reunir-se numa plena comunhão à mesma mesa, para comerem o mesmo pão e beberem o mesmo cálice, constitui um enfraquecimento do seu testemunho missionário individual e comum.

III. A celebração da Eucaristia

27. A liturgia eucarística é essencialmente um todo, implicando historicamente os seguintes elementos que podem apresentar-se numa ordem diferente e cuja importância não é igual:

- *Canto de louvor;*
- *Ato de arrependimento;*
- *Declaração de perdão;*
- *Proclamação de diversos modos da Palavra de Deus; confissão de fé (credo);*
- *Intercessão por toda a Igreja e pelo mundo;*
- *Preparação do pão e do vinho;*
- *Ação de graças ao Pai pelas maravilhas da criação, da redenção e da santificação (de que a origem é a berakah da tradição judaica);*
- *Palavras de Cristo para a instituição do sacramento, segundo a tradição neotestamentária;*
- *"Anamnese" ou memorial dos grandes atos da redenção: paixão, morte, ressurreição, ascensão de Cristo e pentecostes que deu existência à Igreja;*
- *Invocação do Espírito Santo sobre a comunidade e sobre os elementos do pão e do vinho (epiclese, seja antes das palavras da instituição, seja depois do memorial, ou antes e depois, ou uma outra referência ao Espírito Santo que exprima adequadamente o caráter "epiclético" da eucaristia);*
- *Consagração dos fiéis a Deus;*
- *Lembrança da comunhão dos santos;*
- *Oração pela vinda do Senhor e pela manifestação definitiva do seu Reino;*
- *Amém de toda a comunidade;*
- *Oração dominical;*
- *Sinal de reconciliação e de paz;*
- *Fração do pão;*
- *Comer e beber em comunhão com Cristo e com cada membro da Igreja;*
- *Louvor final;*
- *Bênção e envio em missão.*

28. O melhor caminho para a unidade na celebração eucarística e na comunhão, reside na própria renovação da eucaristia nas diversas Igrejas, no plano do ensino e d liturgia. As Igrejas deveriam examinar de novo as suas

liturgias à luz do crescente acordo eucarístico. O movimento de reforma litúrgica aproximou as Igrejas na sua maneira de celebrar a eucaristia.

Reconhece-se, contudo, que uma certa diversidade litúrgica, compatível com a nossa fé eucarística comum, é uma realidade sã e enriquecedora. A afirmação de uma fé comum a propósito da eucaristia, não implica a uniformidade na liturgia e na prática.

Comentário:

Desde a época do Novo Testamento que a Igreja atribui uma grande importância ao uso contínuo dos elementos do pão e do vinho que Jesus empregou na Santa Ceia. Em certas partes do mundo, onde o pão e o vinho não podem ser facilmente obtidos, pretende-se por vezes hoje que o alimento e a bebida locais servem melhor para enraizar a eucaristia na vida de todos os dias. Impõe-se um estudo ulterior onde se aborde a questão de saber que aspectos da Santa Ceia são imutáveis por força da instituição de Jesus, e que aspectos podem depender da competência e da decisão da Igreja.

29. Na celebração da eucaristia, Cristo congrega, ensina e alimenta a Igreja. É Cristo quem convida à refeição e a ela preside. Ele é o Pastor que conduz o Povo de Deus, o Profeta que anuncia a Palavra de Deus, o Sacerdote que celebra o Mistério de Deus. Na maior parte das Igrejas, esta presidência de Cristo tem por sinal a de um ministro ordenado. O que preside à celebração eucarística no nome de Cristo, manifesta que a assembleia não é proprietária do gesto que cumpre, que ela não é dona da eucaristia: ela recebe-a como um dom do Cristo vivo na sua Igreja. O ministro da eucaristia é o enviado que representa a iniciativa de Deus e exprime a ligação da comunidade local com as outras comunidades na Igreja universal.

30. A fé cristã aprofunda-se na celebração da eucaristia. Por isso a eucaristia deveria ser celebrada frequentemente. Muitas diferenças de teologia, de liturgia e de prática estão ligadas à frequência da celebração eucarística.

31. Visto a eucaristia celebrar a ressurreição de Cristo, seria normal ela ter lugar pelo menos todos os domingos. Visto ser ela a nova refeição sacramental do povo de Deus, dever-se-ia encorajar cada cristão a receber a comunhão frequentemente.

32. Certas Igrejas insistem na duração da presença de Cristo nos elementos consagrados da eucaristia, depois da celebração; outras sublinham antes o ato da celebração em si mesmo e o consumo dos elementos na comunhão. A maneira de tratar os elementos reclama uma atenção particular. No que respeita à reserva dos elementos, cada Igreja deveria respeitar as práticas e a piedade das outras. Dada a diversidade entre as Igrejas, e tida em conta também a situação presente no desenvolvimento das convergências, é útil sugerir:

que, por um lado, se lembre, nomeadamente na catequese e na pregação, que a intenção primeira da reserva dos elementos é a sua distribuição aos doentes e aos ausentes;

e que, por outro lado, se reconheça que a melhor maneira de testemunhar o respeito devido aos elementos que serviram à celebração eucarística é o seu consumo, sem excluir o seu uso para a comunhão dos doentes.

33. A crescente compreensão mútua expressa no presente documento pode permitir a certas Igrejas atingirem uma maior medida de comunhão eucarística entre elas, e deste modo tornarem mais próximo o dia em que o povo de Cristo dividido será reunido visivelmente à volta da Mesa do Senhor.

Comissão «Fé e Constituição» do Conselho Mundial de Igrejas, 1982.

TEXTO DE LIMA, 1982:

«Convergência da Fé» (Batismo, Eucaristia, Ministério)

IV - Ministério

I. A Vocação de Todo o Povo de Deus

1. Num mundo dilacerado, Deus chama toda a humanidade a tornar-se seu povo. Para isso escolheu Israel, em seguida falou de uma maneira única e decisiva em Jesus Cristo. Filho de Deus, Jesus fez suas a natureza, a condição e a causa de todo o gênero humano dando-se a si mesmo em sacrifício por todos. A sua vida de serviço, a sua morte e a sua ressurreição são os fundamentos de uma nova comunidade que é edificada continuamente pela boa nova do Evangelho e pelo dom dos sacramentos. O Espírito Santo une em um só corpo aqueles que seguem Jesus Cristo, e envia-nos como testemunhas ao mundo. Pertencer à Igreja significa viver em comunhão com Deus por Jesus Cristo no Espírito Santo.

2. A vida da Igreja tem como fundamento a vitória de Cristo contra os poderes do mal e da morte, cumprida uma vez por todas. Cristo oferece o perdão, convida ao arrependimento e livra da destruição. Torna-nos capazes de nos voltarmos para Deus no louvor e para o próximo no serviço. É a fonte da vida nova na liberdade, no perdão mútuo e no amor. Dirige os corações e os espíritos para o cumprimento do Reino onde a sua vitória se tornará manifesta e onde todas as coisas serão feitas novas. O propósito de Deus é que, em Jesus Cristo, todos possam partilhar desta comunhão.

3. A Igreja vive pelo poder libertador e regenerador do Espírito Santo. Jesus recebeu a unção do Espírito Santo na altura do seu batismo e, depois da sua ressurreição, este mesmo Espírito foi dado àqueles que criam no Senhor ressuscitado, para fazer deles o Corpo de Cristo. O Espírito chama à fé, santifica pelos seus numerosos dons e concede a força para testemunharmos o Evangelho e servirmos na esperança e no amor. Guarda a Igreja na verdade e a conduz não obstante a fraqueza dos seus membros.

4. A Igreja é chamada a proclamar e a prefigurar o Reino de Deus, anunciando o Evangelho ao mundo e vivendo como Corpo de Cristo. Em Jesus, o Reino de Deus surgiu entre nós. Ele ofereceu a salvação aos pecadores. Anunciou a boa nova aos pobres, aos cativos a libertação, aos cegos a vista, aos oprimidos o livramento (Lc 4:18). Cristo abriu um novo acesso para o Pai.

Ao viverem esta comunhão com Deus, todos os membros da Igreja são chamados a confessarem a sua fé e a exporem a sua esperança. Eles partilham com todos as alegrias e os sofrimentos, procurando testemunhar a cada um, um amor cheio de compaixão. Os membros do Corpo de Cristo lutarão ao lado dos que são oprimidos, tendo em vista a liberdade e a dignidade prometidas com a vinda do Reino. Esta missão deve ser cumprida nos diversos contextos políticos, sociais e culturais. A fim de cumprirem a sua missão fielmente, procurarão as formas adaptadas ao testemunho e ao serviço em cada situação concreta. Deste modo, proporcionarão ao mundo uma antecipação da alegria e da glória do Reino de Deus.

5. O Espírito Santo concede à comunidade dons diversos e complementares. Eles são dados para o bem comum de todo o povo, e manifestam-se em ações de serviço no seio da comunidade e a favor do mundo. Podem ser dons de comunicação do Evangelho em palavras e em atos, dons de cura, de oração, de ensino e de escuta, dons de serviço, de direção e de obediência, de inspiração e de visão. Todos os membros são chamados a descobrir, com a ajuda da comunidade, os dons que receberam e a utilizá-los para a edificação da Igreja e o serviço do mundo ao qual a Igreja é enviada.

6. Ainda que as Igrejas estejam de acordo na sua compreensão geral da vocação do povo de Deus, diferem nas suas concepções da estrutura da vida da Igreja. Em particular há diferenças a propósito do lugar e das formas do ministério ordenado. Ao empenharem-se no esforço para superarem as suas diferenças, é necessário que as Igrejas tomem como ponto de partida a vocação de todo o povo de Deus. As Igrejas devem procurar uma resposta comum à questão seguinte: de que modo, segundo a vontade de Deus e sob a conduta do Espírito, deve a vida da Igreja ser concebida e estruturada a fim de o Evangelho poder ser difundido e a comunidade edificada no amor?

II. A Igreja e o Ministério Ordenado

7. As diferenças na terminologia fazem parte do debate. Para evitar a confusão nas discussões sobre o ministério ordenado na Igreja, é necessário

precisar claramente em que sentido, diversos termos são utilizados no decurso dos parágrafos seguintes.

A palavra carisma refere-se aos dons concedidos pelo Espírito Santo a cada membro do Corpo de Cristo, em vista da edificação da comunidade e do cumprimento da sua vocação.

A palavra ministério, em sentido lato, refere-se ao serviço que todo o Povo de Deus é chamado a cumprir, quer por intermédio de pessoas, quer pela comunidade local, quer como Igreja universal; ministério ou ministérios podem também referir-se a formas institucionais particulares assumidas por esse serviço.

Termo ministério ordenado refere-se às pessoas que, tendo recebido o um carisma, são investidos pela Igreja - mediante ordenação, invocação do Espírito e imposição das mãos - no desempenho de um determinado serviço. Muitas Igrejas empregam a palavra sacerdote para designar certos ministros ordenados. Visto tal uso não ser universal, este documento abordará a questão fundamental no parágrafo 17.

a - O Ministério Ordenado

8. A fim de cumprir a sua missão, a Igreja necessita de pessoas que sejam responsáveis publicamente, e de maneira contínua, pela tarefa de enfatizar a sua dependência fundamental em relação a Jesus Cristo, e que constituam desse modo, dentro da multiplicidade dos dons, um foco da sua unidade. O ministério de tais pessoas que, desde tempos muito antigos, têm sido ordenadas, é constitutivo da vida e do testemunho da Igreja.

9. A Igreja nunca existiu sem pessoas que detenham uma autoridade e uma responsabilidade específicas. Jesus escolheu e enviou os discípulos para serem testemunhas do Reino (Mat. 10:1-15.16-18). Os Doze receberam a promessa de que se assentariam sobre tronos para julgarem as tribos de Israel (Luc. 22:30). Um papel particular é atribuído aos Doze nas comunidades da primeira geração. Eles são testemunhas da ressurreição do Senhor (Act.1:21-26), guias da Comunidade na oração, no ensino, na fração do pão, na proclamação e no serviço (Act. 2:42-47, 6:2-6; etc.). A própria existência dos Doze e dos outros apóstolos mostra que, desde o princípio, havia papéis diferenciados na comunidade.

Comentário:

No Novo Testamento, o termo "apóstolo" é empregue em variados sentidos. É utilizado para designar não só os Doze mas também um círculo mais largo de discípulos. É aplicado a Paulo e a outros enquanto enviados pelo Cristo ressuscitado para proclamarem o Evangelho. Os papéis desempenhados pelos apóstolos cobrem simultaneamente a fundação e a missão.

10. Jesus chamou os Doze para serem representantes do Israel renovado. Nessa altura eles representavam todo o povo de Deus, e ao mesmo tempo exerciam um papel especial no meio da comunidade. Depois da ressurreição, encontram-se entre os guias da comunidade. Pode-se, pois, dizer que os apóstolos prefiguram simultaneamente a Igreja inteira e as pessoas encarregadas de uma autoridade e de uma responsabilidade específicas na Igreja. O papel dos apóstolos como testemunhas da ressurreição de Cristo é único e não pode ser reiterado. Há, pois, uma diferença entre os apóstolos e os ministros ordenados cujos ministérios são fundados sobre os dos apóstolos.

11. Cristo, que escolheu e enviou os apóstolos, continua, mediante o Espírito Santo, a escolher e chamar pessoas para o ministério ordenado. Como arautos e embaixadores, os ministros ordenados representam Jesus Cristo para a comunidade e proclamam a sua mensagem de reconciliação. Como guias e professores, chamam a comunidade a submeter-se à autoridade de Jesus Cristo, o mestre e o profeta, em quem a lei e os profetas se cumpriram. Como pastores, sob a autoridade de Jesus Cristo o grande pastor, congregam e conduzem o povo de Deus disperso, na expectativa do Reino que vem.

Comentário:

A realidade fundamental de um ministério ordenado existia desde o princípio (ver parágrafo 8). As formas atuais da ordenação e do ministério ordenado, contudo, evoluíram no decurso de um desenvolvimento histórico complicado (ver parágrafo 19). As Igrejas devem, pois, evitar atribuir as suas formas particulares do ministério ordenado diretamente à vontade e à instituição do próprio Jesus Cristo.

12. Todos os membros da comunidade crente, ordenados e leigos, estão estreitamente ligados. Por um lado, a comunidade precisa de ministros ordenados. A sua presença lembra à comunidade a iniciativa divina e a dependência da Igreja em relação a Jesus Cristo, que é a fonte da sua missão e o fundamento da sua unidade. Eles estão ao serviço da edificação da comunidade em Cristo e do fortalecimento do seu testemunho. Neles, a Igreja procura dar um exemplo de santidade e de compaixão. Por outro lado, o ministério ordenado não pode ser considerado como isolado em relação à comunidade. Os ministros ordenados não podem cumprir a sua vocação senão na e para a comunidade. Eles não podem prescindir do reconhecimento, do amparo e do encorajamento da comunidade.

13. A função específica do ministério ordenado é a de congregar e construir o Corpo de Cristo, pela proclamação e ensino da Palavra de Deus, pela celebração dos sacramentos, e pela direção da vida da comunidade na sua liturgia, missão e diaconia.

Comentário:

Estas funções não são exercidas pelo ministro ordenado de uma maneira exclusiva. Visto o ministério ordenado e a comunidade estarem estreitamente ligados, todos os membros participam no exercício destas funções. Com efeito, todo o carisma serve para congregar e construir o Corpo de Cristo. Todo o membro do Corpo pode participar na proclamação e no ensino da Palavra de Deus, pode contribuir para a vida sacramental do Corpo. O ministério ordenado cumpre estas funções de uma maneira representativa, constituindo o foco de unidade da vida e do testemunho da comunidade.

14. É particularmente na celebração eucarística que ministério ordenado é o foco visível da comunhão profunda que une Cristo e os membros do seu Corpo, e que abarca toda a realidade. Na celebração da eucaristia, Cristo congrega, ensina e alimenta a Igreja. É Cristo quem convida à refeição e a ela preside. Na maior parte das Igrejas, esta residência de Cristo tem por sinal o de um ministro ordenado, que a representa.

Comentário:

O Novo Testamento diz poucas coisas sobre a ordem da eucaristia. Não há indicação explícita sobre a sua presidência. É evidente que, muito cedo, um ministro ordenado assumiu a função de presidir à celebração. Se é verdade que o ministério ordenado constitui um foco de unidade da vida e do testemunho da Igreja, então é natural que se dê a um ministro ordenado esta tarefa de presidência eucarística. Ela está intimamente ligada à responsabilidade de conduzir a comunidade, isto é, velar pela sua vida (episcopê) e intensificar a sua vigilância em relação à verdade da mensagem apostólica e à vinda do Reino.

b - Ministério Ordenado e Autoridade

15. A autoridade do ministro ordenado está enraizada em Jesus Cristo, que a recebeu do Pai (Mat. 28:18), e que a confere no Espírito Santo através do ato da ordenação. Este acto tem lugar numa comunidade que assim reconhece publicamente uma pessoa. Em virtude de Jesus ter vindo como aquele que serve (Marc. 10:45; Luc 22:27), ser separado para o ministério ordenado significa ser consagrado para o serviço. Em virtude de a ordenação ser essencialmente a separação de alguém com invocação do dom do Espírito Santo, a autoridade do ministério ordenado não pode ser compreendida como propriedade da pessoa ordenada, mas como um dom para a contínua edificação do Corpo no qual e para o qual o ministro foi ordenado. A autoridade tem o carácter de uma responsabilidade diante de Deus e é exercido com a participação de toda a comunidade.

16. É por isso que os ministros ordenados não devem ser nem autocratas nem funcionários impessoais. Ainda que estejam chamados a exercer uma função de direcção, na sabedoria e no amor, sobre a base da Palavra de Deus,

estão ligados aos fiéis na interdependência e na reciprocidade. É só procurando verdadeiramente a reação e o acordo da comunidade que a sua autoridade pode ser protegida dos desvios do isolamento e da dominação.

Eles manifestam e exercem a autoridade de Cristo segundo o modo pelo qual o próprio Cristo revelou a autoridade de Deus ao mundo: comprometendo a sua vida pela comunidade. A autoridade de Cristo é única. "Ele ensinava-nos como quem tem autoridade (exousia), e não como os seus escribas" (Mat 7:29). A sua é uma autoridade dominada pelo amor pelas "ovelhas que não têm pastor" (Mat 9:36). É uma autoridade confirmada pela sua vida de serviço e, de modo supremo, pela sua morte e ressurreição. A autoridade na Igreja só será autêntica se procurar conformar-se com esse modelo.

Comentário:

Dois perigos devem evitar-se aqui. Por um lado, a autoridade não pode exercer-se senão tendo em vista a comunidade. Os apóstolos mostravam-se atentos à experiência e ao julgamento dos crentes. Por outro lado, a autoridade dos ministros ordenados não deve ser reduzida a ponto de os tornar dependentes da opinião comum da comunidade. A sua autoridade repousa na responsabilidade que têm de, no seio da comunidade, recordarem a vontade de Deus.

c - Ministério Ordenado e Sacerdócio

17. Jesus Cristo é o único sacerdote da Nova Aliança. Deu a sua vida em sacrifício por todos. A partir daí, toda a Igreja pode ser descrita como um sacerdócio. Todos os membros são chamados a oferecer o seu ser "em sacrifício vivo" e a interceder pela Igreja e a salvação do mundo. Os ministros ordenados participam - como, aliás, todos os cristãos - simultaneamente no sacerdócio de Cristo e no sacerdócio da Igreja. Mas podem ser chamados propriamente sacerdotes por cumprirem um serviço sacerdotal particular ao fortalecerem e constituírem o sacerdócio real e profético dos fiéis mediante a Palavra e os sacramentos, bem como pelas suas orações de intercessão e direção pastoral da comunidade.

Comentário:

O Novo Testamento nunca utiliza os termos "sacerdócio" ou "sacerdote" (*hiereus*) para designar o ministério ordenado ou o ministro ordenado. No Novo Testamento estes termos são reservados, por um lado, para designar o único sacerdócio de Jesus Cristo e, por outro lado, para designar o sacerdócio real e profético de todos os batizados. O sacerdócio de Cristo e o sacerdócio dos batizados são, à sua maneira, uma função de sacrifício e de intercessão. Como Cristo se ofereceu a si mesmo, os cristãos oferecem o seu ser "em sacrifício vivo". Como Cristo intercede junto do Pai, os cristãos intercedem pela Igreja e

pela salvação do mundo. Contudo, as diferenças entre estas duas espécies de sacerdócio não podem ser subestimadas.

Enquanto Cristo se ofereceu a si mesmo em sacrifício único, uma vez por todas, pela salvação do mundo, os crentes têm a receber como um dom de Deus o que Cristo fez por eles.

Na Igreja antiga começou-se a utilizar os termos "sacerdócio" e "sacerdote" para designar o ministro ordenado e o ministro que presidia à eucaristia.

Tais termos sublinham o fato de que o ministério ordenado está em relação com a realidade sacerdotal de Jesus Cristo e da comunidade. Quando são utilizados em relação com o ministério ordenado têm um sentido diferente do que exprimem ao serem aplicados ao sacerdócio sacrificial do Antigo Testamento, ao único sacerdócio redentor de Cristo e ao sacerdócio comum do povo de Deus. S. Paulo caracterizava o seu ministério deste modo: "Sou um liturgo de Jesus Cristo para as nações, cumprindo uma função de sacerdote ao serviço do Evangelho de Deus, de modo que as nações sejam uma oferta aceitável, consagrada pelo Espírito Santo" (Rom 15:16).

d - O Ministério dos homens e das mulheres na Igreja

18. Onde quer que Cristo esteja presente, há um derrubar das barreiras humanas. A Igreja é chamada a apresentar ao mundo a imagem de uma nova humanidade. Em Cristo não há homem nem mulher. Homens e mulheres devem descobrir em conjunto as suas contribuições ao serviço de Cristo na Igreja. A Igreja deve descobrir os ministérios que podem ser exercidos por mulheres, bem como os que podem ser exercidos por homens. Deve-se manifestar mais amplamente na vida da Igreja uma compreensão mais profunda da amplitude do ministério que reflita a interdependência dos homens e das mulheres.

Não obstante estarem de acordo sobre a necessidade dessa reflexão, as Igrejas tiram conclusões diferentes no respeitante à admissão das mulheres ao ministério ordenado. Um número crescente de Igrejas chegou à conclusão de que não há impedimento bíblico ou teológico à ordenação das mulheres, e muitas delas praticam-na já. Contudo, muitas outras Igrejas afirmam que a tradição da Igreja sobre este assunto não deve ser alterada.

Comentário:

As Igrejas que praticam a ordenação das mulheres fazem-no motivadas pela sua compreensão do Evangelho e do ministério. Tal prática assenta para elas na convicção teológica profunda de que ao ministério ordenado da Igreja falta alguma coisa quando é limitado a um só sexo. A experiência dessas Igrejas durante os anos em que incluíram mulheres nos seus ministérios ordenados, fortaleceu uma tal convicção teológica. Elas descobriram que os dons das mulheres são tão amplos e variados como os dos homens, e que o seu

ministério é abençoado tão plenamente pelo Espírito Santo como o ministério dos homens. Nenhuma delas encontrou motivo para voltar atrás na decisão tomada.

As Igrejas que não praticam a ordenação das mulheres, consideram que a força de dezenove séculos de tradição contra esta ordenação não deve ser posta de lado. Crêem que não se pode renunciar a esta tradição como se ela fosse uma falta de respeito pelo papel da mulher na Igreja. Crêem que há problemas teológicos respeitantes à natureza humana e à cristologia que estão vinculados à essência das suas convicções e da sua compreensão do papel das mulheres na Igreja.

A discussão destas questões práticas e teológicas nas diversas Igrejas e tradições cristãs, deveria ser completada com um estudo comum e com reflexão no interior da comunhão ecumênica de todas as Igrejas.

III. As formas do Ministério Ordenado

a - Bispos, Presbíteros e Diáconos

19. O Novo Testamento não descreve uma forma única de ministério que deveria servir de paradigma ou de norma durável para todo o ministério futuro na Igreja. No Novo Testamento aparece antes uma variedade de formas que existiam em diferentes lugares e tempos. Enquanto o Espírito Santo continuava a conduzir a Igreja na sua vida, culto e missão, certos elementos desta variedade primitiva foram desenvolvidos, e em seguida fixados numa forma de ministério mais universal. Durante os séculos II e III, estabeleceu-se uma tripla forma do ministério ordenado através da Igreja, com bispo, presbítero e diácono. Nos séculos seguintes, os ministérios do bispo, do presbítero e do diácono passaram por mudanças consideráveis no seu exercício prático. Em certos momentos de crise na história da Igreja, as funções duráveis do ministério foram estabelecidas, em determinados lugares e comunidades, segundo outras estruturas que não a tripla forma predominante. Por vezes recorreu-se ao Novo Testamento para justificar estas outras formas. Em outros casos, sustentou-se que à reestruturação do ministério pertencia à competência da Igreja, no seu esforço de adaptação à mudança das circunstâncias.

20. É importante prestar atenção às mudanças que o triplo ministério experimentou na história da Igreja. As indicações mais antigas sobre o triplo ministério fazem dele a forma do ministério ordenado na comunidade eucarística local. O bispo era o chefe da comunidade. Era ordenado e instalado para proclamar a Palavra e presidir à celebração da eucaristia. Era rodeado por um colégio de presbíteros e por diáconos que o assistiam nas suas tarefas. Neste contexto, o ministério do bispo era um foco de unidade na comunidade inteira.

21. Bem cedo, contudo, as funções modificaram-se. Os bispos começaram a exercer cada vez mais a *episcopê* sobre várias comunidades locais

simultaneamente. Na primeira geração, os apóstolos tinham exercido a *episcopê* na Igreja no sentido mais lato. Posteriormente, constata-se que Timóteo e Tito desempenharam uma função de supervisão numa dada região.

Mais tarde ainda, esta tarefa apostólica é exercida de uma maneira nova pelos bispos. Constituem, então, o foco de unidade da vida e do testemunho nas regiões onde existem diversas comunidades eucarísticas. Como consequência, novos papéis são atribuídos aos presbíteros e aos diáconos. Os presbíteros convertem-se nos condutores de uma comunidade eucarística local e, na qualidade de assistentes dos bispos, os diáconos assumem responsabilidades numa região mais vasta.

Comentário:

A Igreja, desde os seus começos, conheceu simultaneamente o ministério itinerante de missionários como Paulo e o ministério local de direção nos lugares onde o Evangelho era recebido. No plano local, as formas de organização parecem ter variado segundo as circunstâncias. Os Atos dos Apóstolos mencionam em relação a Jerusalém os Doze e os Sete, mais tarde Tiago e os anciãos; em relação a Antioquia, os profetas e os *didáskaloí* (At 6:1-6 [sic!]; 15:13-21. 22-34 [sic!]; 13:1). As cartas aos Coríntios falam de apóstolos, de profetas e de *didáskaloí* (1 Cor 12:28); igualmente a carta aos Romanos, que fala também de diáconos ou assistentes (Rom 16:1). Em Filipos, os termos seculares *episkopoi* e *diakonoi* aplicavam-se aos ministros cristãos (Filip. 1:1). Vários destes ministérios são atribuídos a mulheres e a homens.

Enquanto alguns eram designados pela imposição das mãos, não existe indicação deste procedimento em outros casos. Tenha sido qual tenha o seu nome, estes ministérios tinham por finalidade proclamar a Palavra de Deus, transmitir e salvaguardar o conteúdo original do Evangelho, alimentar e fortalecer a fé, a disciplina e o serviço das comunidades cristãs, proteger e estimular a unidade dentro de cada uma dessas comunidades e entre elas. Estas tarefas do ministério têm sido constantes através da evolução e das crises da história cristã.

22. Ainda que não haja, segundo o Novo Testamento, uma só forma do ministério, ainda que o Espírito tenha frequentemente conduzido a Igreja a adaptar os seus ministérios às necessidades de um determinado contexto histórico, e ainda que outras formas do ministério ordenado tenham sido abençoadas pelos dons do Espírito Santo, o triplo ministério do bispo, do presbítero e do diácono pode servir hoje de expressão à unidade que procuramos e também de meio para lá chegar. Historicamente, é verdade que o triplo ministério se converteu na forma geralmente aceite na Igreja dos primeiros séculos, e que hoje ele é ainda conservado por muitas Igrejas. Para o cumprimento da sua missão e do seu serviço, as Igrejas têm necessidade de pessoas que, de diversos modos, exprimam e cumpram as tarefas do ministério ordenado na sua forma e função diaconal, presbiteral e episcopal.

23. A Igreja, como Corpo de Cristo e povo escatológico de Deus, é constituída pelo Espírito Santo através de uma diversidade de dons e de ministérios. Entre estes dons, o ministério da *episkopê* é necessário para exprimir e salvaguardar a unidade do Corpo. Cada Igreja precisa deste ministério de unidade, em uma certa forma, a fim de ser a Igreja de Deus, o único Corpo de Cristo, um sinal de unidade de todos no Reino.

24. A tripla forma do ministério necessita, evidentemente, de uma reforma. Em certas Igrejas, a dimensão colegial da presidência no interior da comunidade eucarística tem passado por um enfraquecimento. Em outras, a função dos diáconos tem sido reduzida a um papel de assistentes na celebração da liturgia: deixaram de cumprir qualquer função respeitante ao testemunho diaconal da Igreja. Em geral, a relação entre o presbiterato e o ministério episcopal tem sido discutida no decurso dos séculos, e o grau de participação do presbítero no ministério episcopal é ainda para muitos uma questão não resolvida e de grande importância ecumênica. Em certos casos, algumas Igrejas que não conservaram explicitamente a tripla forma do ministério, mantiveram de fato algumas das suas intenções originais.

25. A tripla forma tradicional do ministério suscita deste modo questões para todas as Igrejas. As que mantêm esta tripla forma deverão interrogar-se acerca do modo como poderão as suas potencialidades ser plenamente desenvolvidas para um testemunho mais eficaz da Igreja no mundo. As que não têm a tripla forma do ministério deveriam também participar nesta tarefa.

Em seguida, deverão interrogar-se se não haverá um apelo poderoso que lhes é dirigido para aceitarem a tripla forma do ministério assim desenvolvida.

b - Princípios orientadores para o exercício do ministério ordenado na Igreja.

26. Três considerações são importantes a este respeito. O ministério ordenado deveria ser exercido segundo um modo pessoal, colegial e comunitário. O ministério ordenado deve ser exercido segundo um modo pessoal. Uma pessoa ordenada para proclamar o Evangelho e chamar a comunidade a servir o Senhor na unidade da vida e do testemunho, manifesta com a maior efetividade a presença de Cristo no meio do seu povo. O ministério ordenado deve ser exercido segundo um modo colegial, isto é, um colégio de ministros ordenados deve partilhar a tarefa de representar as preocupações da comunidade. Finalmente, a estreita relação entre o ministério ordenado e a comunidade encontrará a sua expressão numa dimensão comunitária, isto é, o exercício do ministério ordenado deve estar enraizado na vida da comunidade e requerer a sua participação efetiva na busca da vontade de Deus e da orientação do Espírito.

Comentário:

É preciso manter conjuntamente os três aspectos. Em várias Igrejas, acontece um deles ser exageradamente desenvolvido em detrimento dos outros. Em certas Igrejas, a dimensão pessoal do ministério ordenado tende a atrofiar a dimensão colegial e a comunitária. Em outras Igrejas, as dimensões colegial e comunitária tomam um lugar tão importante que o ministério ordenado perde a sua dimensão pessoal. Cada Igreja deve interrogar-se no que o exercício do ministério ordenado no seu seio tem sido obscurecido ao longo da história.

O reconhecimento destas três dimensões está subjacente a uma recomendação feita pela primeira conferência mundial de Fé e Constituição, em Lausana, em 1927 (relatório da Comissão V, atas, Paris, 1928, p. 531): "Na constituição da Igreja primitiva, encontram-se o cargo episcopal, os Conselhos de anciãos, e a Comunidade dos fiéis. Cada um destes três sistemas de organização eclesiástica (episcopalismo, presbiterianismo, congregacionalismo) foi aceite no passado durante séculos, e é ainda praticado hoje por importantes frações da cristandade. Cada um deles é considerado pelos seus defensores como essencial à boa ordem da Igreja. Consequentemente, pensamos que, sob certas condições a precisar, eles deverão ocupar simultaneamente o seu lugar respectivo na organização da Igreja reunida".

27. O ministério ordenado deve ser organizado constitucionalmente ou canonicamente, e exercido de tal maneira na Igreja que cada uma dessas três dimensões possa encontrar uma expressão adequada. Ao nível da comunidade eucarística local, deverá haver um ministério ordenado cuja ação se desenrole colegialmente. Dever-se-ia acentuar enfaticamente a participação ativa de todos os membros na vida e nas decisões da comunidade. Ao nível de uma região, torna-se necessário também um ministério ordenado que exerça o serviço da unidade. A dimensão colegial bem como a comunitária encontrarão a sua expressão nas assembleias sinodais representativas e regulares.

c - Funções dos Bispos, dos Presbíteros e dos Diáconos

28. Quais são as funções dos bispos, dos presbíteros e dos diáconos? Uma resposta uniforme a esta pergunta não é necessária para o reconhecimento mútuo do ministério ordenado. As considerações seguintes são, pois, apresentadas como exemplos.

29. Os bispos pregam a Palavra, presidem à celebração dos sacramentos, administram a disciplina de modo a serem os ministros pastorais e representativos da supervisão, da continuidade e da unidade da Igreja. Exercem a vigilância pastoral da região para onde foram chamados. São os servidores da apostolicidade e da unidade do ensino, do culto e da vida sacramental da Igreja. Têm a responsabilidade de direção na missão da Igreja.

Estabelecem a relação entre a comunidade cristã da sua área e a Igreja no sentido mais amplo, bem como entre a Igreja universal e a sua comunidade. Em comunhão com os presbíteros, os diáconos e toda a comunidade, são responsáveis pela transmissão regular da autoridade ministerial na Igreja.

30. Os presbíteros servem como ministros pastorais da Palavra e dos sacramentos numa comunidade eucarística local. São pregadores e mestres da fé, exercem a cura das almas e têm a responsabilidade da disciplina da comunidade, a fim de que o mundo creia e todos os membros da Igreja sejam renovados, fortalecidos e equipados para o ministério. Os presbíteros têm uma responsabilidade particular na preparação dos membros da Igreja para a vida cristã e o ministério.

31. Os diáconos representam no seio da Igreja a sua vocação de serva no mundo. Sustentando em nome de Cristo um combate no meio das inúmeras necessidades da sociedade e das pessoas, os diáconos dão o exemplo da interdependência do culto e do serviço na vida da Igreja. Exercem uma responsabilidade no culto da comunidade. Por exemplo, fazem a leitura das Escrituras, pregam e conduzem os fiéis na oração... Participam no ensino da comunidade. Levam a cabo um ministério de caridade. Desempenham certas tarefas administrativas e podem ser eleitos para responsabilidades de governo.

Comentário:

Hoje, em muitas Igrejas, há uma considerável incerteza a respeito da necessidade, do sentido, do estatuto e das funções dos diáconos. Em que sentido poderá o diaconato ser considerado como uma parte do ministério ordenado? O que é que o distingue de outros ministérios na Igreja (catequistas, músicos, etc.)? Por que devem os diáconos ser ordenados, enquanto esses outros ministérios não recebem ordenação? Ao serem ordenados são-no no sentido pleno da palavra, ou a sua ordenação não é senão a primeira etapa para uma ordenação como presbíteros? Hoje, há uma forte tendência em muitas Igrejas para a restauração do diaconato como ministério ordenado com dignidade própria e concebido para ser exercido permanentemente. Agora que se registra uma aproximação entre as Igrejas, poder-se-iam reunir neste ofício diaconal os ministérios que existem atualmente sob formas e nomes diversos.

As diferenças existentes na regulamentação do ministério diaconal não deveriam ser olhadas como impedimento para um reconhecimento mútuo dos ministérios ordenados.

d - Variedades dos Carismas

32. A comunidade que vive no poder do Espírito é caracterizada por uma variedade de carismas. O Espírito é o dispensador dos diversos dons que enriquecem a vida da comunidade. A fim de os tornar mais efetivos, a comunidade reconhece alguns destes dons publicamente. Certos destes ministérios desempenham serviços permanentes da vida da comunidade,

enquanto outros serão temporários. Homens e mulheres, nas comunidades das ordens religiosas, cumprem um serviço que é de particular importância na vida da Igreja. O ministério ordenado, ele próprio um carisma, não deve tornar-se num impedimento à variedade dos carismas. Pelo contrário, deverá ajudar a comunidade a descobrir os dons derramados sobre ela pelo Espírito Santo, e terá que apetrechar os membros do Corpo para servir numa variedade de formas.

33. Na história da Igreja, tempos houve em que a verdade do Evangelho só pôde ser preservada graças a personalidades proféticas e carismáticas. Frequentemente, novos impulsos só de modo inabitual conseguiram abrir caminho na vida da Igreja. Por vezes, certas reformas exigiram um ministério especial. Os ministros ordenados, bem como toda a comunidade, deverão estar atentos ao desafio lançado por tais ministérios especiais.

IV. A sucessão na Tradição Apostólica

a - A Tradição Apostólica na Igreja

34. No Credo, a Igreja confessa ser apostólica. A Igreja vive na continuidade dos apóstolos e da sua proclamação. É o mesmo o Senhor que enviou os apóstolos em missão e que continua a estar presente na Igreja. O Espírito guarda a Igreja na tradição apostólica até ao dia em que a história se cumprir no Reino de Deus. A tradição apostólica na Igreja implica a continuidade na permanência das características da Igreja dos apóstolos: testemunho da fé apostólica, proclamação e interpretação renovada do Evangelho, celebração do batismo e da eucaristia, transmissão das responsabilidades ministeriais, comunhão na oração, no amor, na alegria e no sofrimento, serviço junto dos doentes e necessitados, unidade das Igrejas locais e partilha dos bens que o Senhor deu a cada um.

Comentário:

Os apóstolos, testemunhas da vida e da ressurreição de Cristo e enviados por ele, estão na origem da transmissão do Evangelho, da transmissão das palavras e os gestos salvadores de Jesus Cristo que constituem a vida da Igreja. Esta tradição apostólica prossegue através da história, e une a Igreja às suas origens em Cristo e no colégio dos apóstolos. No interior desta tradição apostólica, há uma sucessão apostólica do ministério, que está ao serviço da continuidade da Igreja, na sua vida em Cristo, e da sua fidelidade às palavras e aos gestos de Jesus, transmitidos pelos apóstolos. Os ministros instituídos pelos apóstolos, e posteriormente os "*episkopoi*" das Igrejas, foram os primeiros guardiões dessa transmissão da tradição apostólica; eles foram as testemunhas da sucessão apostólica do ministério que prosseguiu através dos bispos da Igreja antiga, em comunhão colegial com os presbíteros e os diáconos no seio da comunidade cristã. Convém, pois, distinguir tradição apostólica de toda a Igreja e sucessão do ministério apostólico.

b - A Sucessão do Ministério Apostólico

35. A primeira manifestação da sucessão apostólica encontra-se na tradição apostólica de toda a Igreja. A sucessão é uma expressão da permanência e, por isso, da continuidade da própria missão de Cristo na qual a Igreja participa. Na Igreja, o ministério ordenado tem uma tarefa particular de preservação e de atualização da fé apostólica. A transmissão regular do ministério ordenado é, deste modo, uma expressão poderosa da continuidade da Igreja através da história; ela sublinha igualmente a vocação do ministro ordenado como guardião da fé. Quando algumas Igrejas negligenciam a importância da transmissão regular do ministério ordenado, deverão interrogar-se se não terão que mudar a sua concepção da continuidade na tradição apostólica. Por outro lado, quando o ministério ordenado não serve devidamente a proclamação da fé apostólica, as Igrejas deverão perguntar-se se as suas estruturas ministeriais não terão necessidade de uma reforma.

36. Em virtude das circunstâncias históricas particulares da Igreja em processo de crescimento nos primeiros séculos, a sucessão dos bispos tornou-se um dos modos - juntamente com a transmissão do Evangelho e a vida da comunidade - segundo o qual se expressou a tradição apostólica da Igreja. Esta sucessão foi compreendida como serviço, símbolo e custódia da continuidade da fé e da comunhão apostólica.

Comentário:

Na Igreja antiga, o vínculo entre o episcopado e a comunidade apostólica foi compreendido de dois modos. Clemente de Roma ligava a missão do bispo ao envio de Cristo pelo Pai e ao envio dos apóstolos por Cristo (Cor. 42:44 [sic?]: 1Clem 42 - 44]). Isto fazia do bispo um sucessor dos apóstolos, assegurando a permanência da missão apostólica na Igreja. Clemente considera antes de tudo o meio pelo qual a continuidade histórica da presença de Cristo é assegurada na Igreja: a sucessão apostólica. Para Inácio de Antioquia (Magn. 6:1; 3:1,2; Tral 3:1), é Cristo rodeado pelos Doze que está presente de maneira permanente na Igreja na pessoa do bispo rodeado pelos presbíteros. Inácio vê na comunidade cristã reunida em torno do bispo, este no meio dos presbíteros e dos diáconos, a manifestação atual no Espírito da comunidade apostólica. Assim, o sinal da sucessão apostólica não põe somente em evidência a continuidade histórica, mas manifesta também uma realidade espiritual atual.

37. As Igrejas que têm a sucessão pelo episcopado reconhecem cada vez mais que uma continuidade na fé apostólica, no culto e na missão foi conservada nas Igrejas que não conservaram a forma do episcopado histórico. Este reconhecimento vê-se facilitado também pelo fato de que a realidade e a função do ministério episcopal foram mantidas em muitas dessas Igrejas, com ou sem o título de bispo. A ordenação, por exemplo, é sempre efetuada por

peças em quem a Igreja reconhece a autoridade de transmitir o mandato ministerial.

38. Estas considerações não diminuem a importância do ministério episcopal. Pelo contrário, ajudam as Igrejas que não conservaram o episcopado a considerar a sucessão episcopal como um sinal, ainda que não uma garantia, de continuidade e de unidade da Igreja. Há atualmente Igrejas, entre as comprometidas em negociações que visam a união, que expressam a sua vontade de aceitar a sucessão episcopal como um sinal de apostolicidade de toda a Igreja. Não estão dispostas, contudo, a aceitar a insinuação de que o ministério exercido na sua própria tradição teria sido inválido até ao momento da entrada na linha da sucessão episcopal. A sua aceitação da sucessão episcopal contribuirá, do modo mais positivo, para a unidade de toda a Igreja, se fizer parte de um processo mais amplo no qual as próprias Igrejas episcopais reencontrem igualmente a sua unidade perdida.

V. A ORDENAÇÃO

a - A significação da Ordenação

39. A Igreja ordena alguns dos seus membros ao ministério, no nome de Cristo, pela invocação do Espírito e imposição das mãos (1 Tim. 4:14; 2 Tim. 1:6); agindo assim, ela procura continuar a missão dos apóstolos e permanecer fiel ao seu ensino. O ato da ordenação realizado por quem tem o cargo deste ministério, atesta que a Igreja está ligada a Jesus Cristo e ao testemunho apostólico; recorda que o Senhor ressuscitado é o verdadeiro celebrante da ordenação e o outorgador do dom do ministério. Ao ordenar, a Igreja vela, sob a conduta do Espírito Santo, pela fiel proclamação do Evangelho e pelo serviço humilde no nome de Cristo. A imposição das mãos é o sinal do dom do Espírito, que torna visível o fato de o ministério ter sido instituído na revelação cumprida em Cristo, e lembra à Igreja a necessidade de olhar para ele como a fonte da sua missão. Esta ordenação pode, contudo, implicar diferentes intenções em relação com as tarefas específicas dos bispos, dos presbíteros e dos diáconos, segundo o exarado nas liturgias de ordenação.

Comentário:

É claro que as Igrejas têm diferentes práticas da ordenação, e que seria errado privilegiar uma delas como a exclusivamente válida. Por outro lado, se as Igrejas estão dispostas a reconhecerem-se mutuamente no sinal da sucessão apostólica, tal como foi descrito acima, dever-se-ia consequentemente reconhecer e observar a velha tradição segundo a qual é o bispo quem ordena, com a participação da comunidade.

40. Propriamente falando, a ordenação exprime uma ação cumprida por Deus e pela comunidade, na qual as pessoas ordenadas são fortalecidos pelo Espírito para o cumprimento da sua tarefa, e apoiadas pelo reconhecimento e pelas orações da comunidade.

Comentário:

Os termos originais do Novo Testamento para designar a ordenação são simples e descritivos. Observa-se o fato de uma designação. A imposição das mãos é indicada. Há uma oração para implorar o dom do Espírito. As diversas tradições têm edificado diferentes interpretações sobre a base destes dados.

Existe, evidentemente, uma diferença entre as situações culturais subentendidas pela palavra grega *cheirotonein* e pelas palavras latinas *ordo* e *ordinare*. O emprego neotestamentário do primeiro termo está carregado da significação secular inicial de "designação" (At 14:23; 2 Cor 8:19), que deriva, por sua vez, do sentido original de "estender a mão", seja para designar uma pessoa, seja para exprimir um voto. Alguns especialistas no assunto veem em *cheirotonein* uma referência ao ato de imposição das mãos, por causa da indicação literal desta ação em casos aparentemente paralelos como At 6:6; 8:17; 13:13 [sic?!]; 19:6; 1 Tim 4:14; 2 Tim 1:6. Por outro lado, *ordo* e *ordinare* são termos derivados da lei romana e transmitem a ideia do estatuto especial de um grupo, distinto da plebe; é assim que, por exemplo, a expressão *ordo clarissimus* designava o senado romano. O ponto de partida de toda a construção conceptual que utiliza estes termos influenciará profundamente o que, no pensamento e na ação que daí derivam, é considerado como adquirido.

b - O ato da Ordenação

41. Uma longa e antiga tradição cristã situa a ordenação no contexto do culto e especialmente da eucaristia. Um tal lugar para a celebração da ordenação põe em evidência a sua significação como ato de toda a comunidade, e não como gesto de uma certa ordem existente no interior da comunidade ou como ação do indivíduo que é ordenado. O ato da ordenação pela imposição das mãos realizado por aqueles que possuem um tal ministério, é simultaneamente: invocação do Espírito Santo (epíclese), sinal sacramental, reconhecimento dos dons e compromisso.

42. (a) A ordenação é uma invocação dirigida a Deus, a fim de que o novo ministro receba o poder do Espírito Santo, na nova relação estabelecido entre esse ministro e a comunidade cristã local, esse ministro e a Igreja universal, segundo a intenção expressa. A alteridade da iniciativa divina, de que o ministério ordenado é sinal, é aqui reconhecida no próprio ato da ordenação. "O Espírito sopra onde quer" (João 3:3): a invocação do Espírito implica que a resposta à oração da Igreja depende de modo absoluto de Deus. Quer isso dizer que o Espírito pode pôr novas forças em movimento e abrir novas possibilidades "infinidamente além de tudo o que pedimos e pensamos" (Ef. 3:20).

43. (b) A ordenação é um sinal da resposta a essa oração pelo Senhor, que concede esse dom do ministério. Ainda que a resposta à epíclese da Igreja dependa da liberdade de Deus, a Igreja ordena convencido de que Deus, fiel às suas promessas em Cristo, entra sacramentalmente nas formas contingentes e

históricas das relações humanas, e de que ele as utiliza para os seus fins. A ordenação é um sinal realizado com a fé de que a relação espiritual significada está presente em, com, e através das palavras expressas, dos gestos realizados e das formas utilizadas.

44. (c) A ordenação é o reconhecimento por parte da Igreja dos dons do Espírito naquele que é ordenado, e o compromisso simultâneo da Igreja e do que recebe a ordenação na sua nova relação. Ao receber o novo ministro, mediante o ato da ordenação, a comunidade reconhece os dons desse ministro e compromete-se a assumir a responsabilidade de uma atitude de abertura em relação a esses dons. Igualmente, aqueles que receberam a ordenação oferecem os seus dons à Igreja e comprometem-se a enfrentar as tarefas e as possibilidades emergentes da nova autoridade e responsabilidade assumidas. E, ao mesmo tempo, entram numa relação colegial com os outros ministros ordenados.

c - As condições para a Ordenação

45. Certos fiéis são chamados ao ministério ordenado segundo caminhos diferentes. Há a consciência pessoal de uma chamada do Senhor a consagrar-se ao ministério ordenado. Esta chamada pode ser discernida na oração pessoal e na reflexão, mas também através de sugestões, de exemplos, de encorajamentos, de influências provenientes da família, dos amigos, da paróquia, dos professores, e de outras autoridades da Igreja. Esta chamada deve ser autenticada pelo reconhecimento eclesial dos dons e das graças de uma pessoa, concedidos pela natureza e pelo Espírito, necessários ao ministério a cumprir. Deus pode servir-se para o ministério ordenado tanto de pessoas que vivem no celibato como de pessoas casadas.

46. As pessoas ordenadas podem ser ministros de tempo total no sentido de receberem o seu salário da Igreja. A Igreja pode também ordenar pessoas que continuem a desempenhar outros empregos ou ocupações.

47. Os candidatos ao ministério ordenado têm necessidade de uma preparação apropriada através do estudo da Escritura e da teologia, da prática da oração e da vida espiritual, familiarizando-se também com as realidades sociais e humanas do mundo contemporâneo. Em certos casos, esta preparação poderá assumir uma outra forma que não a dos estudos acadêmicos prolongados. O período da formação será altura para provar a vocação do candidato, estimulá-la e confirmá-la, ou modificá-la na sua concepção.

48. O compromisso inicial com o ministério ordenado deveria normalmente ser cumprido sem reserva ou limite de tempo. Contudo, uma dispensa em relação ao serviço não é incompatível com a ordenação. A reassunção de um ministério ordenado requer o acordo da Igreja, mas não uma reordenação. Tendo em conta o carisma do ministério dado por Deus, a ordenação a cada um dos ministérios ordenados particularmente nunca se repete.

49. A disciplina relativa às condições para a ordenação numa dada Igreja não deve ser necessariamente aplicável de modo universal, nem utilizada como motivo para não reconhecer os ministérios das outras Igrejas.

50. As Igrejas devem reexaminar as suas práticas - não se dê o caso, por exemplo, de recusarem a admissão de candidatos ao ministério ordenado por motivos de um handicap ou da sua pertença a uma raça ou a um grupo social particular. Um tal reexame é particularmente importante nos nossos dias, por causa das numerosas experiências de formas novas do ministério pelas quais as Igrejas se aproximam do mundo moderno.

VI. Para o reconhecimento mútuo dos Ministérios Ordenados

51. Com o fim de caminhar para o reconhecimento mútuo dos ministérios, é preciso realizar esforços concertados. Todas as Igrejas devem examinar as formas do ministério ordenado e o grau da sua fidelidade às intenções originais. As Igrejas devem estar preparadas para renovar a sua compreensão e a sua prática do ministério ordenado.

52. Entre os pontos que devem ser estudados enquanto as Igrejas avançam para o reconhecimento mútuo dos ministérios, o da sucessão apostólica é de uma importância particular. Algumas Igrejas, co-participantes nas conversações ecumênicas, poderão reconhecer mutuamente os seus ministérios ordenados se estiverem seguras de que a intenção de cada uma delas é transmitir o ministério da Palavra e dos sacramentos em continuidade com os tempos apostólicos. O ato da transmissão deveria ser realizado de acordo com a tradição apostólica, que inclui a invocação do Espírito e a imposição das mãos.

53. A fim de chegarem ao reconhecimento mútuo dos ministérios, as diversas Igrejas têm de percorrer diferentes etapas. Por exemplo:

(a) As Igrejas que conservaram a sucessão episcopal deverão reconhecer o conteúdo apostólico do ministério ordenado existente nas Igrejas que não conservaram essa sucessão, bem como a existência nestas Igrejas de um ministério da *episkopê* sob variadas formas.

(b) As Igrejas sem a sucessão episcopal, que vivem na continuidade fiel com a fé e a missão apostólica, têm um ministério da Palavra e dos sacramentos evidenciado na sua fé, prática e vida. Tais Igrejas devem dar-se conta de que a continuidade com a Igreja dos apóstolos encontra expressão profunda na sucessão da imposição das mãos pelos bispos, e de que, mesmo não estando elas privadas da continuidade na tradição apostólica, este sinal fortalecerá e aprofundará essa continuidade. Elas terão que redescobrir o sinal da sucessão episcopal.

54. Algumas Igrejas ordenam homens e mulheres, outras não ordenam senão homens. Estas diferenças criam obstáculos no que respeita ao reconhecimento mútuo dos ministérios. Mas estes obstáculos não devem ser

considerados como impedimentos decisivos a outros esforços que tenham em vista o mútuo reconhecimento. A abertura recíproca comporta a possibilidade de o Espírito falar a uma Igreja através dos esclarecimentos de uma outra. As considerações ecumênicas deveriam, pois, animar e não refrear o esforço para encarar de frente este problema.

55. O reconhecimento mútuo das Igrejas e dos seus ministérios implica uma decisão da parte das autoridades e um ato litúrgico a partir do qual a unidade será manifestada publicamente. Têm-se proposto diversas formas deste ato público: mútua imposição das mãos, celebração eucarística, culto solene sem rito particular de reconhecimento, leitura de um texto de união no decurso de uma celebração. Nenhuma forma litúrgica é absolutamente requerida, mas seja em que caso for é necessário proclamar publicamente o cumprimento do reconhecimento mútuo. A celebração comum da eucaristia seria, sem dúvida, o lugar apropriado para tal ato.

DOCUMENTO FINAL E MENSAGEM:

«BASILÉIA, 1989»

37. "Acreditamos que desde o início, Deus escolheu e chamou seres humanos para constituírem o seu povo a fim de testemunharem no mundo o Seu amor e a sua misericórdia. Deus estabeleceu uma aliança com o povo de Israel, escolhido de entre as nações para lhe pertencer (cf. Ex. 19: 1-25; 24:8), para ser uma bênção para todas as nações, de acordo com a promessa feita por Deus a Abraão (Gen. 12: 2ss). Apesar da desobediência do Seu povo, Deus permaneceu fiel e prometeu uma nova Aliança (Jer. 31: 31-34). Esta nova Aliança foi estabelecida definitivamente em Jesus Cristo (cf. I Cor. 11: 25; Marc. 14: 24; Heb. 8: 1-13) e aberta a todos (cf. I Tim. 2: 4ss).

38. Pela fé e pelo batismo tornamo-nos filhas e filhos de Deus. Graças a esta nova criação dada em Jesus Cristo (II Cor. 5: 17; Gál. 6: 15), "Não há judeu nem grego; não há servo nem livre, não há homem nem mulher, pois todos vós sois um só em Cristo" (Gál. 3: 28). A Igreja é o Corpo de Cristo, presente no mundo, sob a ação do Espírito Santo: "Foi num só Espírito que todos nós fomos batizados, a fim de formarmos um só corpo, quer judeus, quer gregos, quer escravos, quer livres; e todos temos bebido de um só espírito" (I Cor. 12: 13). A Igreja, enquanto corpo de Cristo é a "visão da paz" (Orígenes, Or. 9, 2; PG 13, 349) que só pode ser real e universal se se compreender que a paz e a justiça são sinônimas (Clemente de Alexandria, Strom. 4, 25).

39. Enquanto membros do Corpo de Cristo, pertencemos a diferentes igrejas e comunidades eclesiais. Em consequência do nosso batismo e da resposta na fé à palavra de Deus, somos um só em Cristo, mesmo se ainda não estamos em plena comunhão uns com os outros. Esforçamo-nos por ultrapassar as diferenças que ainda existem na doutrina e na prática, a fim de

chegarmos a uma plena comunhão. Ao fazê-lo, entrevemos uma comunhão na qual as diferentes tradições já não serão motivo de separação, mas enriquecimentos mútuos. Já todas as igrejas adquiriram a consciência de que o caminho para esta comunhão deve ser percorrido em conjunto. Na nossa busca e na nossa ação comuns a favor da justiça, da paz e da integridade da criação, a separação das Igrejas torna-se particularmente dolorosa à mesa do Senhor, porque é nela que recebemos e celebramos a Nova Aliança que é também aliança para a justiça, a paz e a integridade da criação.

40. Assim, a Eucaristia que nós, aqui em Basiléia, celebramos separadamente, incita-nos a procurar a unidade da Igreja e da humanidade: "A eucaristia abraça todos os aspectos da vida. É uma oferta e uma ação de graças em nome do mundo inteiro. A celebração eucarística exige que haja reconciliação e partilha entre todos os irmãos e irmãs da única família de Deus; ela é um constante desafio na busca de relações justas na vida social, econômica e política (Mat. 5: 23ss; I Cor. 10: 16ss; 11: 20-22; Gl 3: 28).

Todas as formas de injustiça, de racismo, de separação e de falta de liberdade são radicalmente desafiadas quando partilhamos o corpo e o sangue de Cristo (cf. Batismo, Eucaristia e Ministério, cap. "Eucaristia", § 20). Isto aplica-se a todos os tipos de discriminação. A reconciliação com Deus manifestar-se-á mais claramente através de uma comunidade onde os antagonismos entre raças, classes e sexos tiverem sido completamente ultrapassados." (Texto da edição portuguesa do Documento final de Basiléia, editado pela CEP e pelo COPIC, com tradução da secção portuguesa da PAX CHRISTI.)

MENSAGEM DA ASSEMBLEIA DO CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS

«CANBERRA, 1991»

(...)

«Nós próprios, Igrejas membros do Conselho, vivemos ainda a divisão.

A reconciliação entre as Igrejas não está ainda terminada.

No entanto, no seio do movimento ecumênico, foi-nos possível sair do nosso isolamento e entrar numa comunidade solidária, na qual nos sentimos cada vez mais responsáveis uns pelos outros, tanto na alegria como no sofrimento.

Sob a orientação do Espírito Santo, procuramos assumir as nossas responsabilidades de uns para com os outros e para com Cristo, nosso Senhor, que orou para que «todos sejam um» (João 17: 20).

Mas sabemos também que a plenitude da reconciliação é uma dádiva de Deus e que ela só nos será concedida quando formos transformados e santificados pelo Espírito Santo...»

II ASSEMBLEIA ECUMÊNICA EUROPÉIA:

«UMA FESTA DE COMUNHÃO»

GRAZ (ÁUSTRIA), 23 - 29 DE JUNHO DE 1997

Compromissos pela Reconciliação:

I. Experiências:

1. Passaram oito anos desde a Primeira Assembleia Ecumênica Europeia em Basiléia, a primeira do gênero e antegosto feliz das mudanças radicais que deviam produzir-se na Europa, traduzindo-se pelo avanço da liberdade com o fim da "Guerra Fria". No momento em que nos reunimos em Graz, na Áustria, para a Segunda Assembleia Ecumênica Europeia, em Junho de 1997, a euforia tinha desaparecido. A afirmação do documento final de Basiléia sobre "Paz com Justiça para toda a Criação", "A Europa confronta-se com um conjunto de problemas interdependentes que põem em perigo a sobrevivência da humanidade" (§ 8) foi confirmada pelos fatos. Mesmo as crueldades da guerra reapareceram na Europa e as feridas estão longe de cicatrizar.

2. Interpelados e inspirados pelo tema "Reconciliação: dom de Deus e fonte de vida nova", fomos a Graz, homens e mulheres de todas as gerações, representando numerosas Igrejas do Leste e do Ocidente, do Norte e do Sul da Europa. Também havia entre nós representantes de outras religiões e de outras regiões do mundo. Como cristãos pertencendo a Igrejas sempre divididas, experimentamos os mesmos medos, tensões, problemas e barreiras que os nossos concidadãos europeus e todos os seres humanos. No entanto, trazíamos nos corações a esperança tenaz de progredir no caminho da reconciliação. Esta esperança foi amplificada pela presença ativa de numerosos jovens.

3. Movidos pela nossa fé e pela nossa vontade de viver o dom desta reconciliação que vem de Deus, fomos à Segunda Assembleia Ecumênica Europeia na esperança de poder fazer avançar a unidade da Igreja e da humanidade, se formos conduzidos por este dom na nossa vida quotidiana, na vida das nossas Igrejas e na do nosso continente.

4. Deus abençoou-nos generosamente durante estes dias. A celebração quotidiana teve um lugar central na nossa reunião, foi a base da nossa comunhão. Rezando juntos, tomamos consciência uma vez mais da misericórdia e da fidelidade do nosso Pai dos Céus, em quem acreditamos como filhos e filhas. Meditando na Palavra de Deus, experimentamos o poder e a graça de Deus no Evangelho que transforma a nossa maneira de pensar e

nos dá uma vida nova, reunindo-nos todos em volta do mesmo Senhor. O Espírito Santo que "dá a Vida" criou a atmosfera de confiança e de colaboração que nos permitiu abrir os nossos corações e os nossos espíritos uns aos outros.

Também sofremos pelas divisões persistentes que manifestam como é difícil viver a reconciliação que proclamamos. Praticar o amor tornou-se indispensável para organizar uma Assembleia com estas dimensões, incluindo delegados e dirigentes de mais de 150 Igrejas e para acolher mais de 10 000 pessoas de origens tão diversas. Fizemos a experiência, tanto do trabalho difícil que exige um encontro ecumênico destes, como também da alegria de uma unidade crescente. Na realidade, o próprio movimento ecumênico é, por si só, uma via para a reconciliação.

II. Reflexões:

5. Em Graz, tivemos uma visão da realidade da Reconciliação em Cristo e das bênçãos que fazem parte do seu caminho: a bênção de recordarmos as raízes judaicas da nossa fé (Rom 11, 16-18), de redescobrir o nosso próximo, de reconstruir a amizade e a confiança mútua que transformam uns e outros. Pudemos assim crescer juntos e construir um futuro comum. Na nossa visão da Europa, não há Igrejas, nem cidadãos, nem Estados, nem raças superiores ou inferiores. Todos os membros da família europeia têm direito a ter voz nesta Europa consciente das suas responsabilidades e aberta aos outros continentes.

Um compromisso renovado e vigoroso de todas as Igrejas para realizar a oração de Nosso Senhor: "Que todos sejam um, como Tu, Pai, estás em Mim e Eu em Ti, que eles estejam em Nós, para que o mundo acredite" (João 17, 21-22), contribuiria certamente para fazer nascer uma Europa verdadeiramente unida. Acreditamos que esta visão nos deve seduzir e levar-nos a perseverar enquanto cristãos.

6. Viemos a este encontro ecumênico não apenas para trocar ideias e experiências, mas também para ir além das palavras, tomando medidas concretas, conscientes de que as nossas divisões e inimizades continuam a provocar conflitos e nos impedem fortemente de tornar visível o dom da reconciliação. Por isso, pedimos perdão a Deus e expressamos o nosso arrependimento para com aqueles que ferimos. Reconhecemos, com tristeza, a existência destas divisões, não somente entre as nossas Igrejas, mas também entre os próprios membros das Igrejas, e igualmente entre mulheres e homens. Visto que trazemos estas dificuldades em nós e nas nossas Igrejas, a reconciliação deve partir da mudança operada nos nossos corações e nas nossas mentalidades pelo Espírito de Deus em Cristo.

7. Reconhecendo as vantagens da globalização, sabemos que, através dela, homens e mulheres podem ser vítimas de interesses econômicas e de decisões que escapam ao seu controlo. O fosso entre ricos e pobres agrava-se no mundo e também em numerosas regiões da Europa. A exploração sem apelo dos recursos não renováveis, a poluição do ambiente e a ruptura dos

ecossistemas causam hoje estragos imensos e ameaçam o bem-estar das gerações futuras e de toda a Criação.

III. Desafios

8. Nós, cristãos e Igrejas da Europa, enfrentamos estes desafios, conscientes da nossa fraqueza e do escândalo que as nossas divisões representam. Não temos soluções simples a propor. Aquilo que nos motiva é a nossa visão cristã da reconciliação. O dom da reconciliação em Cristo leva-nos a assumir o empenhamento de:

— proclamar, transmitir aos povos da Europa a Boa Nova de que é "Deus por meio de Cristo que reconciliou consigo a humanidade" (2 Cor 5, 9);

— procurar sem descanso a unidade visível; para isso, devemos reexaminar as nossas divisões, perguntando-nos se elas não são agora o produto de diferenças que antes foram consideradas como fonte de divisão, mas que hoje podem aparecer como um enriquecimento;

— iniciar o processo de cura das memórias, no respeito pela história;

— favorecer a colaboração em todos os domínios, entre os quais, a missão, o diálogo e, respeitando sempre a liberdade de consciência de cada um, evitar a rivalidade destrutiva;

— afirmar a igualdade do estatuto e dos direitos das Igrejas e dos povos minoritários;

— encorajar as associações locais, as instituições públicas e os organismos europeus no seu trabalho de reconciliação;

— continuar de forma séria os diálogos inter-religiosos, sem esquecer que, mesmo na Europa, homens e mulheres e também Igrejas continuam a sofrer por causa da sua fé;

— organizar encontros ecumênicos a nível local e regional para continuar a experiência de Graz;

— fazer com que os jovens participem nesses encontros, confiando-lhes a visão ecumênica para o futuro e a continuação do processo conciliar "Justiça, Paz e Salvaguarda da Criação".

As Igrejas, por seu turno, comprometem-se:

— a proclamar e a defender sem equívoco os direitos da pessoa humana e o processo democrático;

— a cooperar para banir toda a forma de violência, nomeadamente contra as mulheres e as crianças;

— a opor-se a toda a forma de discriminação no seio das Igrejas;

— a promover o estatuto e a igualdade das mulheres em todos os domínios, incluindo nas instâncias de tomada de decisões, preservando ao mesmo tempo a identidade distinta do homem e da mulher;

— a expressar de forma clara o seu compromisso com a justiça social e a sua solidariedade com as vítimas de toda a injustiça social;

— a promover medidas autênticas de proteção do ambiente, no campo das suas atividades específicas.

— a opor-se aos sistemas económicos que os efeitos perversos da globalização provocam;

— O nosso compromisso com este processo de reconciliação conduz-nos a pedir com insistência a todos os responsáveis políticos e a todos os cidadãos que:

— promovam a dignidade da pessoa humana e a santidade de toda a vida humana;

— restaurem ou mantenham a primazia da pessoa humana sobre os interesses económicos, o que implica, entre outros aspectos, combater o desemprego, particularmente o dos jovens;

— defendam a dignidade e protejam os direitos dos refugiados, dos migrantes e das pessoas deslocadas, e garantam o direito dos refugiados ao asilo e à liberdade de instalação;

— encorajem o desarmamento e a promoção de métodos não-violentos de resolução dos conflitos, e apoiem com urgência as negociações para a eliminação total das armas nucleares, em conformidade com os Tratados de não-proliferação;

— anulem, até ao ano 2000, no espírito bíblico do Ano Jubilar, as dívidas insolúveis dos países mais pobres, assegurando-se de que os povos serão os principais beneficiários;

— tomem as medidas necessárias para inverter a atual corrente que leva à destruição ecológica e ao esgotamento dos recursos do mundo, e criem as condições que permitem uma vida estável para toda a criação.

9. Afirmamos com determinação o papel indispensável da ética e da justiça nos domínios da política, da economia, da tecnologia e dos meios de comunicação social, para que a reconciliação se torne uma realidade na vida de todo o ser humano.

10. A reconciliação como dom de Deus e fonte de vida nova exige da nossa parte uma solidariedade ativa com os nossos irmãos e irmãs que sofrem perseguições e são marginalizados, por causa de preconceitos de raça, sexo, origem étnica, idade e religião, para que possamos construir uma comunidade humana autêntica. Uma espiritualidade da reconciliação implica que nos

oponhamos ao individualismo egocêntrico; as diferenças são um dom de Deus que nos ajuda a descobrir a maravilhosa diversidade do seu mundo que é uno.

11. Enquanto Igrejas e cristãos europeus, comprometemo-nos a sermos mais solidários daqueles e daquelas que têm necessidades, dos que são marginalizados e rejeitados pelo mundo em que vivemos todos. Cada ser humano é um irmão ou uma irmã pelo qual Cristo morreu e ressuscitou. Somos todos feitos à imagem do Deus Trino e Uno.

II ASSEMBLEIA ECUMÊNICA EUROPÉIA:

«UMA FESTA DE COMUNHÃO»

GRAZ (ÁUSTRIA), 23 - 29 DE JUNHO DE 1997

Mensagem Final:

(A 1) Vindos de todas as Igrejas cristãs da Europa e de todas as regiões do nosso continente nós, os 700 delegados(as) estivemos reunidos em Graz. Tivemos a sorte de ter entre nós convidados de outras religiões e continentes, como também alguns milhares de participantes. "Reconciliação dom de Deus e fonte de vida nova" é o tema que nos reuniu nesta Segunda Assembleia Ecumênica Europeia.

Apesar de entre nós existirem divergências eclesiológicas notórias que provocaram cisões no interior do mundo cristão, sabemos que Jesus Cristo nos une no nosso sofrimento comum face ao escândalo da divisão e na procura partilhada da reconciliação. Neste espírito, propomos algumas observações e sugestões em vista a uma compreensão mais global da necessidade de reconciliação. Todavia, de modo nenhum compreendemos que se negligencie a importância em ultrapassar as diferenças eclesiológicas que continuam a existir e das quais estamos profundamente conscientes. Para chegar a uma melhor cooperação entre as Igrejas da Europa, torna-se indispensável que todas se esforcem em fazer face aos graves problemas espirituais e sociais do nosso tempo.

(A 2) O que pode significar "reconciliação" na Europa, se tivermos em conta as numerosas pessoas que entre nós ainda sofrem as consequências de duas terríveis guerras mundiais, de guerras desumanas que, desde a queda do Muro de Berlim, devastaram o nosso continente? Com que autoridade ousamos, como cristãos, falar de reconciliação neste final de milênio, quando este milênio começou com a ruptura entre as Igrejas do Ocidente e do Oriente?

A resposta a estas questões encontra-se numa confissão de fé comum e renovada, e na esperança em Deus "por Nosso Senhor Jesus Cristo por quem desde agora recebemos a reconciliação" (Rom 5,11).

Mas antes de dar conta, às nossas Igrejas e comunidades, da nossa busca do dom da reconciliação e de formas de vida reconciliada, queremos expressar quanta alegria nos trouxe esta Assembleia de Graz. Quem ousaria esperar, há oito anos, quando da primeira Assembleia Ecumênica Europeia de Basileia, que nos encontraríamos numa Europa tão profundamente transformada? Alegremo-nos pelo dom da liberdade e da livre circulação reencontradas,

saudamos as possibilidades de nos compreendermos mutuamente, de nos ajudarmos uns aos outros e de vivermos juntos.

Estes dias encheram-nos de alegria, tanto mais que, como povo de Deus, empreendemos uma peregrinação no nosso ardente desejo de unidade.

1. A riqueza das nossas culturas e tradições

(A 3) Alegramo-nos com a riqueza que constituem as nossas diferentes culturas e tradições. Pouco a pouco, recuperamos uma consciência mais viva da extensão e da diversidade deste continente, embora nos debatamos sempre com as consequências da confrontação Leste-Oeste que dominou a Europa durante quatro décadas. Tínhamo-nos tornado estrangeiros uns dos outros. Mas nesta simpática e acolhedora cidade de Graz, vivemos uma festa de comunhão e ganhamos novos amigos. Sobretudo, experimentamos a profundidade do vínculo da nossa fé.

2. A comunhão, apesar das maiores contradições

(A 4) Não desejamos negligenciar os contrastes e contradições subjacentes na diversidade que caracteriza o nosso continente. Em Basileia, no ano de 1989, numerosos eram aqueles que não previam as enormes alterações que se preparavam. Na Europa Central e Oriental, as condições sociais e econômicas de uma grande parte da população sofreram mudanças radicais. Embora existam ainda variações consideráveis em várias regiões, parece surgir uma tendência generalizada para uma maior liberdade e perspectivas mais alargados. Em numerosos países, outrora socialistas, surgiram problemas devido à tradição jurídica e às instituições se terem desenvolvido lentamente e não estarem preparadas para a sua renovação. Todavia, as mudanças que começaram muito antes de 1989 representam um desafio para todas as sociedades europeias, maior ou menor conforme cada uma: aceder a uma nova compreensão delas próprias e redefinir as relações entre elas.

(A 5) A alegria que experimentamos aqui, em Graz, na Segunda Assembleia Ecumênica Europeia, reforçou a nossa convicção de que a Europa deve ser um continente aberto. Seja por razões geográficas, históricas, religiosas ou culturais, ficou sempre claro que a Europa é impensável sem os outros continentes. A diversidade da Europa está fundada na sua abertura que é ao mesmo tempo a sua força e a sua vulnerabilidade. É por isso que a paz é cada vez mais urgente.

3. Da alegria ao reconhecimento: a reconciliação - dom do Deus Misericordioso

(A 6) A alegria da comunhão que nos é dada abre os nossos corações à gratidão para com Deus, Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo, Criador do Mundo e Senhor da história. Só podemos falar de reconciliação na medida em que a

recebemos na vida das nossas Igrejas como o dom de Deus a quem a Bíblia testemunha como sendo "misericordioso e bondoso" (cf. Êxodo 34, 6; Salmo 103, 8; 145, 8; 122, 4; Joel 2, 13; Jonas 4, 2; Luc 1, 50; 2 Cor 1, 3). A Sagrada Escritura fala também da cólera e do ciúme de Deus, mas fá-lo sempre baseada na misericórdia e no amor divinos. Neste ponto, judeus, cristãos e muçulmanos estão de acordo. Aí reconhecemos uma profunda semelhança que oferece uma base de ação comum, ao sair da longa e amarga história de perseguições e de guerras de religiões que a ocultou.

4. A Criação subsiste pelo amor de Deus

(A 7) "Fomos amados antes do princípio do mundo", diz a mística inglesa Julienne de Norwich (séc. XIV). Com esta afirmação, testemunha que a origem da criação se encontra no amor de Deus. Este amor sustém e mantém a cada instante a vida do mundo. No Livro das Lamentações, lemos: "Os favores de *lahweh* não terminaram, suas compaixões não se esgotaram; elas se renovam todas as manhãs, grande é a sua fidelidade!" (Lam 3, 22-23). O Sirácide diz: "O Senhor tem piedade de todas as criaturas" (Sir 18, 13). Estas reflexões mostram que o amor de Deus abarca todo o universo. A luz da inabalável bondade de Deus é a beleza do mundo, embora sabendo quanto o sofrimento e a banalidade a impregnam.

5. Jesus Cristo é o amor de Deus em pessoa.

(A 8) Damos graças a Deus porque em Jesus Cristo uma imagem luminosa do seu amor nos foi dada. Num ato de abandono em que Ele próprio, o Filho de Deus, encama e Se torna obediente até à morte e mesmo morte de cruz (cf. Fil 2, 5-11). A sua ressurreição anuncia o cumprimento de todas as coisas. Paulo declara: "Era Deus quem em Cristo reconciliava o mundo consigo, não imputando aos homens as suas faltas e colocando em nós a palavra da reconciliação" (2 Cor 5, 19). Segundo o testemunho do Apóstolo, Deus começa uma nova criação ressuscitando Jesus dentre os mortos. Somos chamados a quebrar o ciclo da violência cuja consequência se traduz por uma culpabilidade e castigo contínuos, uma cólera e vingança constantes. Podemos e devemos sair dos laços da culpabilidade e das relações cortadas para ter acesso à paz de Deus. Nós, cristãos, fomos várias vezes indignos mensageiros da reconciliação.

Muitas vezes, as nossas vidas e os nossos atos não são nem reconciliados nem fundados na misericórdia de Deus que nos foi revelada em Jesus Cristo. É por isso que, em Graz, quisemos escutar o apelo do Apóstolo: "Deixai-vos reconciliar com Deus" (2 Cor 5, 20).

6. O Espírito de Deus age entre nós como força de reconciliação

(A 9) Damos graças a Deus porque a novidade da reconciliação está em ação no mundo. É o dom do Espírito Santo conferido no Pentecostes, no qual

fazemos a experiência da presença permanente, na história, de Cristo Ressuscitado (Mat 18, 20; 28, 20). Chamamos "santo" o Espírito, não só porque vem de Deus, mas porque Ele tem o poder de santificar a nossa vida, isto é, de a transformar de alto a baixo e de criar novas relações. É o que significa a palavra grega para reconciliação, "katallagé" (literalmente, transformação total, nova criação - 2 Cor 5, 17). Ainda que levemos sempre traços da nossa falta de reconciliação, acreditamos que esta energia da reconciliação continua em ação entre nós hoje. Ela manifesta-se já no nosso desejo de reconciliação (cf. Rom 8, 26s.) e prepara-nos a deixar transformar os nossos pensamentos e os nossos atos.

7. A Trindade - o movimento do Amor Universal

(A 10) Ao testemunhar o mistério do amor de Deus, os cristãos professam a sua fé em Deus Pai, Filho e Espírito Santo. Deste modo exprimem a experiência da revelação do amor do Pai na pessoa de Jesus, que aceita dar a sua vida por nós. Pela morte e ressurreição de Jesus, recebemos o dom do Espírito Santo que nos faz participar do amor dinâmico da Santíssima Trindade. Este movimento do amor de Deus, que é único e engloba tudo, envolve toda a criação. É capaz de penetrar e de transformar o coração de cada pessoa, revelando-nos a origem, o modelo e a finalidade da nossa existência, segundo a oração de Jesus ao seu Pai: "Como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, que eles estejam em nós" (João 17,21).

8. A bondade de Deus conduz-nos ao arrependimento

(A 11) À luz da misericórdia de Deus, tomamos simultaneamente consciência dos nossos pecados individuais e coletivos. Compreendemos a pergunta do Apóstolo Paulo: "Desprezas a riqueza da sua bondade, paciência e longanimidade, desconhecendo que a benignidade de Deus te convida à conversão?" (Rom 2, 4). Lemos a parábola de Jesus sobre o servo mau que, por cem denários, põe o seu companheiro na prisão, quando o rei lhe tinha perdoado uma dívida de dez mil talentos, o que representa cerca de 50 milhões de denários (cf. Mat 18, 23-35). Incapazes de medir a imensidade da bondade de Deus, sentimos como somos indignos. A nossa gratidão pela generosidade e paciência de Deus conduz-nos a confessar abertamente a nossa dívida, a nossa culpabilidade e os nossos fracassos.

(A 12) Estamos conscientes do fato de que a culpabilidade e o sofrimento se encontram repartidos entre nós de um modo muito desigual. É por isso que não nos queremos empenhar numa auto humilhação generalizada. Temos todas as razões para estarmos reconhecidos por todas as mulheres e todos os homens, do passado e do presente, que foram embaixadores obedientes e fiéis da reconciliação de Deus, ao ponto, muitas vezes, de sacrificarem as suas vidas por Cristo. Mas quando nos dirigimos a Deus, cheios de gratidão pela sua bondade sem medida, tomamos consciência da nossa condição comum de

pecadores e das nossas vidas despedaçados diante de Deus ("coram Deo"). Do mesmo modo que a Assembleia de Basileia adotou uma confissão detalhada de pecados e insistiu sobre a necessidade de voltar para Deus (metanoia, cf. §§ 4lss.), aqui em Graz somos convidados a confrontar as nossas faltas e os nossos fracassos à luz do apelo à reconciliação que Deus nos dirige. Se aceitamos denunciar as nossas faltas e as nossas omissões e conseguimos confessar a pena provocado pelas injustiças sofridas, só então podemos esperar libertar-nos desses fardos e encontrar novos caminhos para o futuro. A reconciliação que vem de Deus conduz-nos, pela porta estreita do arrependimento, para os grandes espaços da vida reconciliada.

(A 13) Se, aqui em Graz, falamos do pecado no contexto da reconciliação, não é só para visar, certamente em primeiro lugar, o comportamento errado de grupos ou de indivíduos. Desejamos sobretudo abordar as dimensões do mal que estão profundamente enraizados nas nossas memórias de comunidades cristãs na Europa e que nos perseguem até hoje.

9. As divisões entre as Igrejas.

(A 14) Juntos confessamos diante de Deus que obscurecemos a unidade pela qual Cristo orou (cf. João 17, 9s). Oferecemos ao mundo o espetáculo aflitivo de um mundo cristão despedaçado pelas suas divisões. Trata-se de consequências fatídicas do fato de, ao longo da história, termos tirado conclusões diferentes para a vida das nossas Igrejas. Isto levou muitas vezes a acusações recíprocas, a condenações e perseguições. Deste modo, a credibilidade do nosso testemunho cristão comum foi enfraquecido.

10. Cristãos e judeus

(A 15) Temos uma longa história de culpabilidade em relação ao povo judeu. Embora Jesus seja originário do povo judeu segundo a carne, e embora a nossa fé seja inconcebível sem a fé do Povo da Aliança, a nossa cultura está marcada até hoje por traços de antissemitismo. Ao longo dos séculos, os judeus foram perseguidos em numerosas partes da Europa "cristã". Cristãos e cristãs contribuíram para tal, porque eles não compreenderam, ou mesmo negaram, que Deus permanece fiel às suas promessas. Encontramos exemplos desde o começo da era cristã, que se multiplicam nas perseguições da Idade Média. No nosso século, em particular, a Europa foi testemunha da abominável tragédia da Shoah. Lembramos com gratidão aqueles que entre os cristãos, e com o preço da própria vida, salvaram judeus da morte. Apesar disso, o antissemitismo renasce sem cessar das suas cinzas.

11. Homens e mulheres

(A 16) Confessamos diante de Deus que uma atitude indigna face às mulheres subsiste ainda nas nossas Igrejas e nas nossas sociedades. Deus criou

o homem e a mulher à sua imagem. Jesus Cristo, Deus encarnado, considerava o homem e a mulher como iguais, e sublinhava não as suas diferenças, mas a sua unidade, como o exprime a epístola aos Gálatas 3, 28. Entretanto, de maneira implícita, persiste a opinião, por vezes justificado com referências às Escrituras e à Tradição, de que a mulher é em relação ao homem uma imagem menos completa de Deus. Por consequência, todo o seu ser, bem como a sua missão, seria de menor valor e mereceria um respeito menor. Também as mulheres foram subordinadas aos homens na família, na Igreja e na sociedade. Isto reflete-se no fato de, no momento atual, não se encontrar espaço suficiente para que as mulheres possam exprimir a riqueza dos seus carismas e vocações nos diversos ministérios (1 Cor 12, 4-13) e órgãos de decisão das nossas Igrejas. A violência física dos homens contra as mulheres estende-se desde a discriminação sistemática, aos níveis econômico e político, até às formas quotidianas de opressão doméstica. Se devemos levar a sério o sentido do batismo como incorporação de todos os cristãos batizados no corpo de Cristo, qualquer ato de violência contra a mulher, como contra cada ser humano, deve ser considerado como uma ferida infligido no corpo de Cristo.

12. Ruptura entre as gerações

(A 17) Confessamos que, enquanto cristãos e Igrejas, contribuímos para a ruptura entre as gerações. A Igreja, bem como a sociedade, é preocupação comum de todas as gerações: crianças, jovens, adultos e idosos. No entanto, o processo de decisão e as estruturas são limitadas aos membros de algumas gerações, ainda que as decisões digam respeito a todos. Isto contradiz a imagem dinâmica da Igreja como Povo de Deus em marcha, no seio do qual todos os batizados partilham, segundo os seus carismas, a responsabilidade comum. As Igrejas sofrem, por conseguinte, uma perda da sua credibilidade junto das jovens gerações.

13. Complexo de superioridade dos povos europeus

(A 18) Muitas das nossas Igrejas contribuíram para o desenvolvimento do sentimento de superioridade europeia que permitiu justificar a dominação da Europa sobre outros povos da terra. Faltou muitas vezes às nossas Igrejas a lucidez e a força para reprimir a destruição de culturas estrangeiras, evitar genocídios ou o tráfico de escravos. Construimos muitas vezes impérios e estabelecemos estruturas de poder que procuramos legitimar a partir da religião. Até aos nossos dias, esta forma de superioridade europeia encontra a sua expressão quando nos arrogamos o direito de nos apropriar das riquezas e dos mercados dos outros continentes, ignorando totalmente os seus problemas mais agudos e pisando novamente as vítimas que aí estão na miséria. Com esta atitude, traímos o amor de Deus, um amor sem discriminação de raça, de religião e de cultura. Por esta razão, não podemos ser observadores silenciosos. Enquanto estamos reunidos aqui, milhares de cristãos sofrem a perseguição e as provas em várias partes do mundo. Não podemos ficar indiferentes à

realidade de governos europeus continuarem a manter relações económicas e políticas com países nos quais os cristãos sofrem.

14. Abusos sobre a Criação

(A 19) Não pusemos em prática o mandamento divino de tratar com respeito a criação inteira e de trabalhar para garantir a sua integridade. Interpretamos abusivamente a exortação bíblica de "submeter e dominar", como se nos dessem licença para explorar conscientemente e de maneira egoísta as riquezas da criação, quando de fato se trata de um apelo a sermos administradores. Até hoje, e apesar de estarmos conscientes do problema, teimamos em viver segundo os nossos esquemas habituais e o conforto trazido pelo consumismo.

15. O arrependimento não dissimula as diferenças entre nós

(A 20) O arrependimento não dissimula as diferenças entre nós. No espelho da bondade de Deus, reconhecemos não só a nossa dívida comum a Deus e a nossa necessidade de perdão, mas também a dívida que não cessamos de ter aos outros e ao mundo. Esta tomada de consciência mais nos leva a distinguir imediatamente entre nós a parte da falta e do sofrimento que se manifesta de novo em cada um. As mulheres sofreram, e ainda sofrem, mais do que os homens. As crianças sofrem mais do que os adultos. Os povos pequenos foram e são ainda submetidos sem defesa à agressividade de povos mais poderosos, muitas vezes sem nenhuma proteção. O direito das minorias foi e continua a ser calcado aos pés. Isto diz respeito, por exemplo, aos ciganos, cuja história amarga, em toda a Europa, é realidade vergonhosa feita de desprezos e perseguições. Isto diz também respeito àqueles que, originários de África, da Ásia e das Caraíbas, são sempre novas vítimas do racismo e da xenofobia. Não negamos as profundas diferenças entre autores e vítimas. Não dizemos que somos todos igualmente culpados ou que o nosso sofrimento é idêntico. Também é nossa preocupação, daqueles de nós que vimos de países da Europa Ocidental, afirmar sem rodeios que, durante anos, muitos de nós ignoraram os sofrimentos dos cristãos, obrigados a viver em países sob dominação comunista. Não se trata de esquecer. Está em jogo mais do que o respeito pela nossa memória. Compreendemos a reconciliação entre nós como a tentativa sempre renovada de extrair das nossas memórias o veneno da amargura para permitir que sejam curadas.

16. A reconciliação não substitui a justiça e a verdade

(A 21) Confirmamos expressamente que a mensagem da reconciliação não substitui a busca da justiça e da verdade. Infelizmente, o termo "reconciliação" tomou-se para muitos uma noção barata porque foi frequentemente utilizado para minimizar a culpa e para cobrir com o manto da tolerância acontecimentos que exigiam uma denúncia crítica. Aquela ou

aquele que é vítima de uma injustiça deve poder ter confiança num Estado de direito, representado por juízes íntegros que garantam uma justiça equitativa, para que a sua dignidade seja restaurada e o mal sofrido seja compensado. Quem transgredir o direito deve esperar ser castigado. O autor de uma injustiça não tem direito a exigir reconciliação, do mesmo modo que não deveremos esperar que a vítima da injustiça esteja inclinada a perdoar automaticamente.

17. A Graça transcende a justiça

(A 22) Afirmamos firmemente, no entanto, que as leis estabelecidas e observadas pelos seres humanos devem apoiar-se na compaixão de Deus. Esta é a única forma de contrariar o perigo de ver o direito transformar-se em instrumento de luta pelo poder ou defesa de interesses egoístas. A reconciliação de Deus ultrapassa toda a forma de expiação, de reparação ou de reajuste que os nossos sistemas legais possam oferecer, pois ela pode em simultâneo curar as nossas vidas feridas e restabelecer a nossa dignidade violada. Uma vez tocados pela força desta reconciliação, podemos renunciar a contabilizar e comparar os nossos prejuízos, do mesmo modo que podemos deixar de negar ou ocultar os nossos erros. Agraciados sem medida nem limite por Deus, compreendemos quanto a graça excede o direito.

18. A escola da misericórdia

(A 23) "Sede misericordiosos como o vosso Pai é misericordioso", está escrito em Lucas (6, 36). Um dos numerosos testemunhos, frequentemente desconhecidos, desta mensagem foi Isaac, o Sírio (séc. VII). Ele comparava a nossa vida de cristãos a uma "escola da misericórdia". Tinha a convicção de que o Espírito Santo do Deus misericordioso queria criar em nós um "coração compassivo". "O que é um coração compassivo? É um coração que se consome pelo mundo inteiro, pela humanidade, os pássaros, os animais, os demónios e todas as criaturas. Pela sua grande compaixão, o seu coração torna-se completamente humilde e não suporta ver ou ouvir o mínimo atentado ou o mínimo dano feito contra a criação" (Homilia 71).

Descobrimos nestas palavras uma espiritualidade da "compaixão" pela criação de Deus que não deixa de evocar numerosos movimentos cristãos de reforma, nomeadamente, o de S. Francisco de Assis. Esta compaixão significa muito mais que simpatia ou piedade. Fundamenta-se num conhecimento profundo do sofrimento das vítimas. Consequentemente, procura as vias e meios para restabelecer na sua integridade aqueles que foram humilhados e convida os culpados a renunciar à sua pretensão de poder. Reerguer, retificar, libertar, renunciar fazem parte integrante da prática da reconciliação. Ela encontra-se plenamente expressa no mandamento de Jesus: "Como Eu vos amei, amai-vos também uns aos outros. Nisto reconhecerão todos que sois meus discípulos, se tiverdes amor uns pelos outros" (João 13, 34-35). Viver este

amor na compaixão e na reciprocidade é, ao mesmo tempo, necessário e possível.

19. A corrente de amor entre gerações

(A 24) A "escola da misericórdia" existe também nos nossos dias e em muitos lugares. Ela tem a sua primeira expressão na família. Numerosas mulheres e homens, avós, pais e filhos, vizinhos e amigos dão prova disso cada dia através da prática de uma compaixão silenciosa. Uma corrente de amor passa de uma geração a outra. Manifesta-se sem grandes discursos, quando as diferenças são aplanadas, quando se responde ao mal com o bem, quando os adversários procuram ganhar aos seus opositores com doçura e amor (cf. Mt 5, 44). Dada a amplitude dos conflitos entre gerações e a extensão da violência que conhecem, insistimos na importância da reconciliação entre os sexos e entre as gerações. A dignidade das pessoas idosas e a dos jovens, a proteção dos fracos e a salvaguarda do direito das crianças à vida, incluindo daquelas que ainda não nasceram, são a medida com que será julgada a humanidade das nossas sociedades. A afirmação da dignidade e da santidade da vida é um grande desafio para as Igrejas.

20. Reconciliados para ser companheiros na alegria

(A 25) Na "escola da misericórdia", o trabalho pela comunhão visível (koinonia) das Igrejas é, por assim dizer, uma disciplina principal. O apóstolo exorta os cristãos de Éfeso nestes termos: "... suportem-se uns aos outros com amor, procurando conservar a unidade do Espírito pelo vínculo da paz" (Ef 4, 2). Temos todas as razões para dar graças pelas vias que nos aproximaram uns dos outros. Referimo-nos, por exemplo, à declaração do 5º Encontro Ecumênico entre a KEK e a CCEE (Santiago de Compostela, 1991), aos acordos de Leuenberg, de Meissen e de Porvoo. Ao mesmo tempo, devemos constatar que existem novas dificuldades e situações complexas que nos levam a imaginar novas iniciativas. Tal como as gerações que nos precederam, somos chamados a procurar a unidade visível querida por Cristo. Devemos ao mundo a preservação da palavra da reconciliação em nós e no seio das nossas Igrejas. Temos, em primeiro lugar, que reconhecer honestamente aquilo que ainda nos separa, para ultrapassar os preconceitos e a desconfiança. Temos, igualmente, que fazer juntos tudo o que em consciência podemos fazer juntos.

O que é muito mais do que comumente supomos. As mulheres provaram ter um dom especial para desenvolver uma espiritualidade de partilha, de mediação e de celebração. O apóstolo Paulo escreveu: "Não tencionamos dominar a vossa fé, mas colaboramos para que tenhais alegria; é pela fé que estais firmes" (2 Cor 1, 24). Isto inclui a oração e a intercessão, a partilha de ministérios nos nossos bairros e cidades, projetos comuns de formação e de diaconia e programas comuns de missão. Consideramos também que é

importante que as Igrejas majoritárias respeitem e apoiem, nos seus respectivos países, as preocupações das Igrejas minoritárias.

21. Uma parceria reconciliada e o diálogo com as outras religiões e culturas

(A 26) Esforçamo-nos por tomar a peito que Deus "... não está longe de cada um de nós", como assegura o apóstolo Paulo aos Atenienses (At 17, 27).

A fidelidade à nossa fé deveria andar de mãos dadas com o respeito das convicções de outros crentes. É urgente que as Igrejas reflitam sobre a relação entre o Evangelho e a Cultura. É também importante repensar as nossas práticas missionárias. A gravidade desta atitude torna-se evidente face à recordação das guerras de religião, que traçaram um caminho de sangue ao longo da história do nosso continente. Até aos dias de hoje, as oposições religiosas podem ser recuperadas para apoiar os conflitos políticos. Cabe também às nossas Igrejas a responsabilidade de se empenharem ativamente e com determinação a favor da erradicação de estereótipos hostis e da criação de redes de alianças viáveis. Não podemos admitir o abuso das convicções religiosas para justificar conflitos armados. O que implica o nosso empenhamento para eliminar os mal-entendidos e as rivalidades relacionadas com as outras religiões. Contra todos os defensores de um "confronto das civilizações", queremos promover a tolerância e a cooperação. Temos uma tarefa particularmente urgente no que respeita ao Islã, não só porque cerca de trinta milhões de muçulmanos vivem hoje na Europa, mas também porque o Cristianismo e o Islã têm uma longa e amarga história de recriminações e de hostilidade, que deve ser ultrapassada num espírito de reconciliação entre vizinhos. Os jovens têm também de desempenhar um papel significativo no diálogo inter-religioso e intercultural dos dias de hoje. O processo de globalização, a mobilidade acrescida e meios de comunicação mais eficazes contribuíram para criar novas possibilidades para este diálogo e, ao mesmo tempo, uma nova abertura e uma maior tolerância para com a diversidade.

22. A proteção dos fracos: economia sob o signo da misericórdia

(A 27) A Europa é sem contestação possível um continente rico, não só em recursos naturais, mas também pela sua tradição de iniciativa e de criatividade humanas. No entanto, os batalhões de desempregados, de beneficiários do rendimento mínimo, o número de desalojados e de infelizes não param de aumentar. A liberdade política e o reforço das condições democráticas dos nossos países, que desde 1989 fizeram progressos tão consideráveis, aumentaram ainda mais a disparidade das condições económicas e sociais. As pessoas que mais sofrem com isso são os idosos, as famílias numerosas, as mães solteiras e os jovens. As pessoas com deficiências estão mais marginalizadas que nunca, ainda que alguns países tenham feito um esforço para melhorar as suas possibilidades de desenvolvimento. Os que

procuram asilo são cada vez mais rejeitados e os incidentes racistas multiplicam-se em toda a parte.

(A 28) No espelho da misericórdia de Deus, a sociedade de concorrência fundada nos interesses puramente monetários e a procura desenfreada de lucros aparece profundamente brutal e impiedosa. Defendemos nas nossas Igrejas o desenvolvimento de sistemas econômicas que visem proteger os fracos em toda a terra e tenham como critério a dignidade inerente a todos os seres humanos. Procuramos fórmulas que encorajem os seres humanos a desenvolver a sua criatividade, não só para obter lucro, mas também a favor da solidariedade e da solução dos problemas sociais, através de uma parceria entre o Estado e as iniciativas individuais e coletivas. É malévolo e insensato fazer da Europa uma fortaleza que procura aferrolhar-se contra as desgraças dos outros continentes. O direito à vida das futuras gerações exige de nós, igualmente, que cessemos desde já de adiar para o futuro o custo a pagar pelas nossas gestões inconsideradas. A reconciliação implica a renúncia aos ganhos excessivos e ao consumo intempestivo. Cabe-nos desenvolver critérios para as soluções sociais, econômicas e políticas que nos permitam avaliar em que medida estas se relacionam com a dignidade humana, a justiça, a liberdade e a solidariedade.

23. A reconciliação e a política de paz

(A 29) A dimensão política é um domínio importante para a reconciliação. Reclamamos o desenvolvimento de sistemas de segurança que abarquem toda a Europa e que impeçam a Europa de constituir uma ameaça para outras partes do mundo. O desenvolvimento de instituições democráticas comuns e de uma cooperação política e econômica em toda a região da Europa reforçará a sua estabilidade e reduzirá o risco de conflitos. Por outro lado, quando partes da Europa estão desprovidas de garantias de segurança, torna-se mais fácil manipular as velhas tensões políticas. As instituições europeias devem servir de instrumentos de reconciliação com vista à criação de uma Europa sem fronteiras, na qual se procura a segurança pela cooperação, e não pela dissuasão militar. Retomamos para nós a declaração de Basiléia, segundo a qual, "nos nossos países e no nosso continente, não existe nenhuma situação que exija ou justifique o recurso à violência" (§ 61). Não deixamos abalar a nossa convicção de que a reconciliação entre os povos é possível, mesmo que muitas vezes se tenha abusado desta fórmula. É por isso que apoiamos a promoção do desenvolvimento e a extensão do serviço voluntário pela justiça, a paz e a integridade da criação.

24. A reconciliação na gestão da vida

(A 30) Acontece que somos a primeira geração da longa história da humanidade a poder contemplar a terra a partir do exterior. Vemo-la como "o planeta azul", rodeada de um fino véu de ar e de gás, perdida na imensidão

incomensurável do universo. O nosso espanto é ainda maior ao ver que esta Terra abriga uma diversidade tão inumerável de criaturas vivas. Começamos a aprender que este planeta é limitado, vulnerável e pequeno, enquanto nós estávamos habituados a considerá-lo como "um mundo sem fim". Razão por que nos atribuímos a liberdade de explorar as riquezas da Terra sem preocupação com a sua própria dignidade, sem considerar o seu valor intrínseco e sem respeitar limites. Agora damos-nos conta de que estamos a ultrapassar os limites da sua viabilidade e a destruir a habitação dos seres vivos, que é também a nossa própria casa. A reconciliação com a natureza implica, entre outros, um compromisso da nossa parte para preservar a integridade das condições climáticas e dos sistemas ecológicos, e o reconhecimento da necessidade de prudência no que respeita às manipulações na composição genética de todas as espécies.

25. A reconciliação e a distribuição mundial das riquezas

(A 31) A história da Europa, tal com a das nossas Igrejas, está de muitas maneiras inextricavelmente ligada à dos outros continentes. A época do colonialismo deu lugar a uma nova era onde as grandes potências reivindicam com insistência o seu direito de governar. A Europa, no entanto, continua a ser uma grande potência mundial e os projetos atuais de reforçar e alargar a União Europeia devem reger-se por uma consciência de responsabilidade mundial. Naquilo a que chamamos a "Aldeia Global", os Estados têm cada vez mais dificuldade em assegurar sozinhos o necessário para o que chamamos uma vida melhor. Com a crescente mundialização, vemo-nos confrontados com um perigo real: que os seres humanos sejam submetidos às leis do mercado e do comércio. Como crentes, não podemos aceitar que a riqueza esteja concentrada nas mãos de uma minoria privilegiada. Os novos horizontes à escala mundial pedem uma regulamentação planetária, e o comércio mundial exige uma rede mundial de solidariedade. A Terra é a nossa morada, preciosa, mas também vulnerável. É preciso verificar com muito cuidado qual o nosso contributo para a dívida ecológica e reavaliar a parte da dívida financeira que todos os povos da Terra deverão assumir, porque o pagamento da dívida é uma condição prévia. A verdadeira reconciliação exige que nos perguntemos em que medida as nossas práticas de gestão, de produção e de consumo são realmente duráveis. Não haverá uma justa distribuição e salvaguarda dos recursos da Terra senão na medida em que nos mostrarmos prontos a abandonar as nossas vantagens injustas.

26. A reconciliação - assumir a nossa finitude

(A 32) A reconciliação não se limita aos imperativos éticos. A ideia de deixar o que temos e da renúncia relaciona-se com a essência da existência humana. Subjacente às tentativas de tudo adquirir, possuir, controlar e defender, revela-se o desejo insensato de negar a proximidade da morte ou, pelo menos, de evitar os riscos da existência e de os dominar tanto quanto

possível. Inversamente, logo que assumimos a nossa finitude, abrimo-nos às possibilidades que nos são dadas na partilha com os outros seres humanos e com as outras criaturas num mundo finito. Aprendendo a "contar os nossos dias" (Salmo 90, 12), aproximamo-nos da medida do humano e assim também da medida do que é viável para todas as criaturas. A "escola da misericórdia" de que falamos não significa um lugar de contemplação, mas sim um movimento de resistência contra a tendência corrente de dividir as pessoas em "ganhadores" e "perdedores", e de medir o seu valor por este critério. Sabemo-nos submetidos à finitude, mas ousamos esperar novos céus e uma nova terra.

A espera do Reino de Deus está para além do nosso horizonte; ela ajuda-nos a encontrar a medida da nossa humanidade mortal e a combater as múltiplas tentações do poder e do orgulho. O Magnificat da Mãe de Jesus lembra-nos que Deus depõe os poderosos do seu trono e exalta os humildes (cf. Lc 1, 59).

27. Celebrar a reconciliação

(A 33) A reconciliação reclama toda uma vida. É, no entanto, mais do que uma obra e não poderia ser coerciva. Continua a ser uma fonte de energia em Deus, que nos atinge e nos sustenta. Deste modo, um certo número das nossas Igrejas entende o arrependimento e a reconciliação como um sacramento, como uma dimensão profunda da nossa existência, que facilmente perdemos de vista na agitação do quotidiano.

Esta dimensão sacramental foi expressa de formas diferentes nas nossas Igrejas, mas o que é importante é medir tudo o que temos em comum.

Mantemos que o Domingo é mais que um dia feriado e esforçamo-nos por santificá-lo através da celebração do culto. Testemunhamos, assim, que nós, os humanos, não somos donos do tempo, mas que temos de reconhecer o nosso lugar no tempo. Cada batismo manifesta a dignidade única de todo o ser humano. Na água do batismo reconhecemos a presença do Espírito que é fonte de toda a vida e nos incorpora no corpo de Cristo. Na Eucaristia, celebramos fundamentalmente a nossa participação na obra do Reconciliador, que deu a sua vida para que fôssemos restabelecidos na nossa integridade e curados nas nossas feridas (cf. Is 53, 5). Ele nos reúne e ajuda-nos a procurar as próximas etapas que temos de percorrer no nosso caminho comum.

28. Um Jubileu no espírito da reconciliação

(A 34) Os desafios e as exigências que a família dos cristãos da Europa enfrenta adquirem toda a sua importância à luz da celebração do milênio do nascimento de Cristo, nosso Senhor e Salvador. Este "ano da graça do Senhor" representa um momento crucial da nossa história, no qual nós somos renovados pela unção do Espírito que nos torna discípulos de Cristo. É o Espírito que nos envia a proclamar a Boa Nova. A nossa fé cristã obriga-nos a

lutar pela liberdade e a dignidade de todos os povos. Na nossa fome de justiça, elevamos a voz em nome dos pobres, nomeadamente pelos países cujo próprio porvir se encontra ameaçado pela dívida internacional que os paralisa e pela cupidez da nossa exploração dos seus recursos não renováveis. É o Espírito que nos chama à conversão e à renovação, como pessoas reconciliadas com Deus e umas com as outras. O Espírito pressiona-nos para trabalhar e rezar sem cessar para eliminar as trágicas divisões que tanto martirizaram o corpo de Cristo. É o Espírito que nos leva ao terceiro milênio e que nos recorda a promessa de Jesus de estar sempre conosco. O Espírito enche-nos de confiança, de coragem e da consciência da mensagem e do ministério da reconciliação que nos foram confiados.

(A 35) Vivemos uma celebração da reconciliação ao longo destas jornadas, na oração e na escuta da palavra de Deus. Experimentamos deste modo o dom de Deus que nos aproxima uns dos outros e nos permite discernir as próximas etapas a percorrer no nosso caminho. Recordamos as maravilhas do amor de Deus e o nosso compromisso de seguir Jesus amando o próximo como a nós mesmos. Fomos exortados a perseverar com firmeza na espera do Reino de Deus. "Bendito seja Deus, Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, o Pai das misericórdias e Deus de toda a consolação" (2 Cor 1, 3).

II ASSEMBLEIA ECUMÊNICA EUROPEIA:

«UMA FESTA DE COMUNHÃO»

GRAZ (ÁUSTRIA), 23 - 29 DE JUNHO
DE 1997

Recomendações:

1. A procura da unidade visível das Igrejas

1.1. Recomendamos às Igrejas que, por ocasião do ano 2000, expressem a sua comunhão fraterna preparando iniciativas e ações simbólicas, litúrgicas e pastorais. Ao entrar no terceiro milênio, deviam sobretudo esforçar-se por celebrar na mesma data a Festa da Páscoa; deviam tender para o reconhecimento mútuo, solene e oficial do Batismo por todas as Igrejas cristãs.

Argumento: A preparação da celebração do milênio já começou num certo número de Igrejas. Achamos que é desejável coordenar estes esforços. Seria bom que as Igrejas agarrassem a ocasião oferecida pela atenção geral suscitada pelo ano 2000 para reforçar a credibilidade ecumênica, dando testemunho em comum. Há vários modelos à disposição, como o Dia Mundial

de Oração das Mulheres; mas o certo é que, num espírito de criatividade, podem ser elaboradas novas iniciativas.

1.2. Recomendamos que as Igrejas redijam uma Carta Comum dos direitos e deveres ecumênicos fundamentais; e que se ponham de acordo sobre uma série de diretivas, regras e critérios, a fim de ajudar as Igrejas - os responsáveis e todos os membros - a distinguir entre o proselitismo e o testemunho cristão, entre o fundamentalismo e a verdadeira fidelidade à fé, dando enfim uma forma às relações entre Igrejas majoritárias e minoritárias que esteja de acordo com o espírito ecumênico.

Argumento: A situação atualmente difícil do ecumenismo é devida a múltiplos problemas. Têm que se tomar medidas apropriadas. É preciso promover uma cultura ecumênica, fundada em disposições firmes, que permita aos membros das diferentes Igrejas viverem e trabalharem juntos.

1.3. Recomendamos fortemente às Igrejas que promovam a formação e educação ecumênicas. Devem organizar estudos bíblicos comuns; devem esforçar-se por atingir uma interpretação comum da sua história; devem aproveitar todas as ocasiões para se conhecerem melhor mutuamente e multiplicar as experiências em comum.

Argumento: A tarefa ecumênica das Igrejas não pode ficar à margem da vida eclesial. Pelo contrário, deve ter na prática e na piedade das Igrejas e dos cristãos o mesmo impacto que as suas preocupações sociais e políticas. O que só será possível na medida em que o ecumenismo se tome um princípio diretor em todos os domínios da vida eclesial que dizem respeito à formação e ao desenvolvimento das pessoas.

2. Diálogo entre religiões e culturas

2.1. Recomendamos às Igrejas que contribuam, por todos os meios apropriados, para a salvaguarda da liberdade religiosa e dos direitos das pessoas, a fim de preservar a dignidade e a identidade de todos os seres humanos.

Argumento: O respeito dos direitos fundamentais é a base indispensável da coexistência das religiões no mundo moderno e a salvaguarda da diversidade das convicções e dos estilos de vida.

2.2. Recomendamos às Igrejas que apoiem os grupos que se consagram ao diálogo inter-religioso. As experiências e conhecimentos adquiridos com este diálogo servir-lhes-ão sobretudo no campo da formação e da educação, para transmitir informações objetivas e eliminar preconceitos.

Argumento: Se as pessoas e os grupos de convicções religiosas e filosóficas diferentes quiserem viver em conjunto com harmonia, é absolutamente essencial que aprendam a conhecer-se e a apreciar-se mutuamente. Isto supõe, a longo prazo, experiência e trabalho pacientes.

2.3. Recomendamos às Igrejas que consagrem, como já fizeram na Itália e na Alemanha, um dia para o diálogo com o judaísmo e para o encontro com a fé viva dos judeus. Do mesmo modo, outros dias e ocasiões podem ser consagrados às relações com as outras religiões.

Argumento: O encontro entre as pessoas humanas não se desenrola apenas no plano intelectual. As dimensões simbólica e espiritual são indispensáveis para tornar esse encontro profundo e sólido.

3. Empenhamento pela justiça social, sobretudo para vencer a pobreza, a exclusão e outras formas de discriminação.

3.1. Recomendamos que as Igrejas lancem um processo de consulta a propósito das questões econômicas e sociais. Deste modo, contribuirão para dar valor ao direito que cada pessoa tem de participar na vida econômica.

Argumento: A integração dos mercados ao nível internacional e mundial tende a enfraquecer as tradições europeias de justiça social. O desemprego maciço em quase todos os países é um desafio lançado às Igrejas. Devem dar particular atenção às categorias mais atingidas - os jovens e as mulheres - e trabalhar por um sistema equitativo de segurança social.

3.2. Recomendamos às Igrejas que se empenhem numa política justa e humana de imigração, particularmente no que diz respeito aos refugiados de guerra e aos que pedem asilo. A legislação dos diferentes países e os acordos internacionais devem ter em conta os critérios humanitários estabelecidos nas declarações relativas aos direitos humanos, e tentar desenvolvê-los mais.

Argumento: Os países da Europa Ocidental tornam-se cada vez mais inacessíveis às pessoas que procuram uma nova pátria. Todas as formas de racismo e xenofobia são contrárias à ética cristã, porque os cristãos creem em Jesus que fez do estrangeiro um irmão e que ultrapassou todas as fronteiras étnicas.

3.3. Recomendamos às Igrejas que lutem, a todos os níveis e por todos os meios, contra a discriminação das mulheres, e que procurem caminhos para que as mulheres sejam tratadas com mais justiça, de modo especial ultrapassando as práticas sexistas na vida econômica e pública.

Argumento: Em numerosos países, as mulheres são vítimas das mudanças sociais. São ameaçadas pela violência e a exploração de muitas maneiras, sobretudo no domínio sexual. As nossas Igrejas são chamadas a reconhecer e a denunciar tais ameaças e a contribuir para a sua supressão. Podem ser pensadas neste sentido: o trabalho caritativo, a formação, a informação da opinião pública e os programas específicos de ajuda.

3.4. Recomendamos às Igrejas que intensifiquem as medidas de proteção e de amparo à família, tomando especialmente em conta a situação dos jovens e dos idosos.

Argumento: A família é o lugar de um amor fiel e capaz de perdoar; está ao serviço do futuro da sociedade. A expansão demográfica implica particular vigilância em relação aos idosos. As Igrejas podem ajudar eficazmente estes grupos da população: programas educativos e de apoio para as famílias; escolas, desde o jardim de infância às universidades; hospitais e lares de terceira idade. Assim se manifestará com clareza o amor do cristão pelo seu próximo.

4. Compromisso pela reconciliação entre os povos e pela promoção de métodos não violentos para a resolução de conflitos.

4.1. Recomendamos às Igrejas que se empenhem ativamente no debate sobre os processos do desenvolvimento político europeu, criando instrumentos de ação comum e reforçando as instituições que já existem.

Argumento: As instituições europeias (OSCE, Parlamento Europeu, União Europeia) são os motores da reestruturação política do conjunto da Europa. Se as Igrejas não se querem ver excluídas deste processo, precisam de tomar iniciativas comuns, prosseguir uma troca de experiências constante e proceder à permanente análise do desenvolvimento europeu. Na primeira linha, estão os esforços de limitação de armamento (por exemplo, pela promoção de códigos de conduta europeus) e o protesto contra a produção, exportação e utilização das minas antipessoais.

4.2. Queremos pedir às Igrejas que tenham um papel ativo e permanente na transformação pacífica dos conflitos (por exemplo, na Irlanda do Norte e em Chipre) e nos processos de pacificação e de reconciliação que deveriam seguir-se aos conflitos armados (entre outros, na Bósnia, Croácia, Sérvia, Tchetchênia).

Argumento: As Igrejas têm deveres quando se trata de reconciliação e não podem deixar de apoiar todos os passos que forem dados para estancar a violência e curar as feridas que dela resultaram. Podemos assinalar, como exemplos, as diferentes formas de mediação dos conflitos, os esforços para a reconstrução e o cuidado de garantir aos refugiados que regressem às suas terras as condições para refazer a vida dignamente.

4.3. Recomendamos à K.E.K. [Conferência das Igrejas Europeias] e ao C.C.E.E. [Conselho das Conferências Episcopais Europeias] e às suas Igrejas - membros que promovam a troca de experiências sobre os processos de paz e reconciliação, a partir de iniciativas particulares, de instituições, de paróquias, de centros de animação e de formação.

Argumento: O desenvolvimento de uma cultura da não-violência exige um processo de formação, no qual as experiências locais se ligam às experiências internacionais. Estes programas de formação deviam incluir sobretudo os jovens, os militares e os profissionais da política.

4.4. Recomendamos à K.E.K. e ao C.C.E.E. que estabeleçam uma comissão permanente para a análise e o estudo dos conflitos. Esta comissão deveria suscitar processos de reconciliação e explorar as possibilidades de

instituir a formação, a nível europeu, de especialistas na resolução não-militar dos conflitos.

Argumento: Há projetos para institucionalizar a investigação quanto ao tratamento e resolução não-militar dos conflitos, os quais são discutidos tanto a nível internacional como nacional. É muito urgente que as Igrejas da Europa tomem parte ativa nestas discussões. Reforçariam a sua própria credibilidade se se empenhassem de maneira clara. Contribuiriam para honrar o compromisso tomado em Basileia com vista a criar "serviços *Shalom*", estruturas comuns para os serviços profissionais de paz.

5. Nova prática da responsabilidade ecológica, para os dias de hoje e para as gerações futuras.

5.1. Recomendamos às Igrejas que considerem e promovam a salvaguarda da criação como uma parte integrante da vida eclesial. Poder-se-ia planejar, a exemplo do que é feito pelo Patriarcado Ecumênico, a celebração de uma festa comum da criação.

Argumento: O problema ecológico é de uma tal importância para o futuro da humanidade que merece conscientização e animação perseverantes no seio das Igrejas, de tal modo que a salvaguarda da criação seja reconhecida como uma dimensão inerente à vida eclesial e não um sector particular que as Igrejas poderiam deixar de parte.

5.2. Recomendamos às Igrejas que promovam um estilo de vida conforme aos critérios de desenvolvimento sustentável e de justiça social, apoiando todas as iniciativas tendentes a uma economia que satisfaça esses critérios.

Argumento: A responsabilidade ecológica deve determinar a ação não só ao nível pessoal, mas também aos níveis político e económico. Segundo os critérios de desenvolvimento sustentável, é sempre importante poupar energia e criar e utilizar formas de energia renováveis. Cristãos e cristãs podem, com o apoio da sua paróquia e da sua Igreja, adotar um estilo de vida exemplar, que demonstre que podemos libertar-nos do consumismo, e sublinhar o valor da verdadeira qualidade de vida.

5.3. Recomendamos às Igrejas que adiram à Agenda 21, associando-a ao processo ecumênico ou conciliar de Justiça, Paz e Salvaguarda da Criação.

Argumento: A Agenda 21 apresenta uma base de ação, obtida em convênios de nível internacional, com importantes características comuns ao processo "Justiça, Paz e Salvaguarda da Criação". Esta facilita a colaboração com as instâncias sociais e políticas de nível local e comunitário.

5.4. Recomendamos à K.E.K. e ao C.C.E.E. que estabeleçam uma rede de responsáveis do ambiente, com os quais trabalhariam em parceria.

Argumento: Para enraizar a solicitude em relação à salvaguarda da criação na vida da Igreja e assegurar-lhe eficácia política, é indispensável dar

provas de competência profissional. As Igrejas membros e as conferências episcopais deviam nomear responsáveis pelas questões do ambiente. A K.E.K. e o C.C.E.E. deviam, em seguida, na sua qualidade de organizações parceiras, erigir as estruturas de uma rede constituída por tais responsáveis.

6. Partilha equitativa com as outras regiões do mundo

6.1. Recomendamos às Igrejas europeias, no espírito do Ano Jubilar, que promovam um movimento em favor da anulação da dívida dos países mais pobres. O princípio do milênio seria uma boa data simbólica para este efeito.

Argumento: A questão do perdão da dívida deve ocupar um lugar especial na ordem do dia das reuniões do G-7 em Birmingham (Junho 1998) e em Berlim (1999). As Igrejas deveriam fazer uma campanha pública nessa ocasião, em defesa dos interesses dos países mais pobres. Deveriam igualmente persuadir os governos europeus para trabalharem, no quadro do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, para procurar uma solução realista e durável para os problemas da dívida.

6.2. Recomendamos às Igrejas que recordem, nos seus países respectivos, que já há 25 anos as Nações Unidas propuseram, a título indicativo, que 0,70% do produto nacional bruto seja consagrado à ajuda ao desenvolvimento. Recomendamos igualmente que as Igrejas se comprometam a afetar 2% das suas receitas para a ajuda ao desenvolvimento.

Argumento: Embora o abismo entre ricos e pobres continue a crescer a nível mundial, a percentagem de ajudas ao desenvolvimento diminuiu de maneira contínua, tendo atingido em 1995 o nível mais baixo: 0,27 % do produto nacional bruto dos principais países doadores. As Igrejas devem tomar posição contra esta tendência, dando elas mesmas um exemplo que interpele constantemente a consciência do público e do mundo político.

6.3. Recomendamos às Igrejas que apoiem iniciativas cristãs exemplares no domínio da atividade econômica, que organizem campanhas contra o trabalho das crianças, o turismo sexual, a venda de mulheres e outras formas de exploração.

Argumento: Já existem nas Igrejas uma série de iniciativas notáveis como, por exemplo, "Fair Trade" ou a Sociedade Cooperativa Ecumênica para o Desenvolvimento (SCOD), cuja finalidade é demonstrar que as relações econômicas equitativas são realizáveis. As Igrejas deveriam dar prioridade a estes modelos. Deviam prestar, nas suas relações públicas, uma atenção muito particular à luta contra as formas mais odiosas da exploração humana.

6.4. Recomendamos às Igrejas que deem prioridade à formação ecumênica nos seus programas pedagógicos, sublinhando as questões de alcance planetário e a importância da partilha das riquezas materiais, culturais e espirituais.

Argumento: A comunidade ecumênica mundial deve conceber-se como uma comunidade de aprendizagem mútua. Para corresponder ao seu dever de reconciliação, as Igrejas devem facilitar e enriquecer a vida de todos no nosso planeta, trocando informações sobre a marginalização, a exploração e a repressão, e partilhando entre si bens de toda a espécie.

«PROJETO DE CARTA ECUMÊNICA PARA A COOPERAÇÃO DAS IGREJAS NA EUROPA»

Tradução portuguesa: José Manuel Leite e Andreas Ding

Introdução

«Glória ao Pai, e ao Filho e ao Espírito Santo».

Damos graças ao nosso Deus, Trino e Uno, que guia os nossos passos, pelo Seu Espírito Santo, para uma comunhão cada vez mais profunda. Escutando juntos a Palavra de Deus nas Santas Escrituras, confessando a nossa fé comum na adoração e buscando em conjunto a verdade de Deus, queremos testemunhar o amor e a esperança que a todos são dados. Tendo isto em atenção, esforçamo-nos por alcançar uma mais completa e clara unidade da Igreja de Jesus Cristo neste mundo. Estamos conscientes que só através da nossa própria profunda conversão podemos alcançar a unidade que a ação de Deus nos quer oferecer no meio das diferenças no desenvolvimento e expressão da nossa fé.

Sabemos que o escândalo da divisão entre nós impede a credibilidade do nosso testemunho. Isto também significa que reconhecemos a nossa responsabilidade pelas divisões dos cristãos, e procuramos apagar as sombras que têm enegrecido a face da Igreja de Jesus Cristo e causado incompreensões e ofensas no mundo. Não existe alternativa à reconciliação e ao ecumenismo.

Por isso, comprometemo-nos, como igrejas membros da Conferência das Igrejas Europeias e das Conferências Episcopais Católicas da Europa, no espírito das Mensagens das duas Assembleias Ecumênicas Europeias de Basiléia, em 1989, e Graz, em 1997, a guardar e continuar a desenvolver a comunhão ecuménica que tem crescido entre nós.

I. É o próprio Deus que nos chama à unidade

«... para que todos sejam um só, como Tu, Pai, estás em mim e Eu em Ti; para que assim eles estejam em Nós, e o mundo creia que Tu me enviaste.»
(João 17:21)

1. Somos chamados a seguir Cristo na unidade da fé, amar a Deus e ao próximo e à esperança da perfeição em Deus. Para nós, cristãos, o Evangelho de Jesus Cristo é o coração e a alma de todos os nossos esforços ecumênicos. Juntamente, confessamos e afirmamos o Credo Ecumênico Niceno-Constantinopolitano (de 381).

Comprometemo-nos a:

Anunciar e testemunhar a ação salvadora de Cristo, particularmente o mistério da Sua morte e ressurreição, como esperança para todas as pessoas e para o mundo todo.

Ouvir juntos a Palavra de Deus, no serviço do Evangelho e na oração por e com os outros, pelo poder do Espírito Santo, a tornar visível a unidade da única fé e do único batismo, expressado na adoração e na vida partilhada em Cristo.

II. No caminho para a comunhão visível entre as igrejas na Europa

«Por isto é que todos conhecerão que sois meus discípulos: se vos amardes uns aos outros.» (João 13: 35)

Ao encontro uns dos outros

1. O ecumenismo na Europa começa, para os cristãos, com a renovação dos nossos corações e a disponibilidade para o arrependimento e a conversão. A história das igrejas cristãs está cheia de divisões, inimizades e mesmo conflitos armados. Por causa das diferenças sobre questões de fé, mas também devido às fraquezas e pecados humanos, a comunhão da única Igreja de Jesus Cristo tem sido quebrada. Para além disto, estas divisões, espalharam-se por todo o mundo. Contudo, a falta de credibilidade que isto tem causado no testemunho cristão tem sido diminuída neste século pelo movimento ecumênico e dado lugar ao caminho da reconciliação entre os cristãos.

Comprometemo-nos a:

Humildemente, no espírito do Evangelho e do amor de Deus, reavaliar a história das culpas das nossas igrejas e a pedirmos perdão uns aos outros;

Eliminar a autossuficiência e suprimir os preconceitos;

Reconhecer as riquezas espirituais das diferentes tradições cristãs, aprendendo uns dos outros e assim receber essas riquezas;

Procurar encontros com o outro, estar disponível para os outros e trabalhar em conjunto sempre que possível;

Promover a aprendizagem ecumênica na educação cristã e na instrução teológica inicial e contínua.

A oração conjunta é o coração do ecumenismo

1. O movimento ecumênico vive porque ouvimos a Palavra de Deus e deixamos o Espírito Santo atuar em nós e através de nós. Pelo poder da graça

que assim recebemos, e pela oração e adoração, existem hoje muitos e variados esforços para alcançar a unidade que Jesus Cristo deseja para a Sua Igreja. A oração conjunta dos cristãos é, portanto, o coração do ecumenismo. A nossa espiritualidade ecumênica está marcada por muitas orações e hinos litúrgicos e por muitas e diversas experiências de comunhão espiritual.

Comprometemo-nos a:

Orar por e com os outros, uma vez que a unidade da Igreja de Jesus Cristo é, em última análise, um dom de Deus;

Realizar regularmente celebrações ecumênicas e a promover orações e cultos pela unidade dos cristãos;

Na busca de uma espiritualidade ecumênica comum, aprender a conhecer e apreciar a adoração e outras formas de espiritualidade das outras igrejas.

Testemunhando em conjunto a nossa fé:

1. Perante o avanço da secularização e o recuo do cristianismo na Europa, queremos fortalecer-nos mutuamente num testemunho comum da nossa fé, para a nova evangelização e missão conjuntas na Europa. Para tal, é indispensável restabelecer a confiança e o entendimento entre as igrejas de modo a evitar a competição negativa e o perigo de novas divisões. Aqui é importante fazer a distinção entre comunidades cristãs e seitas.

Comprometemo-nos a:

Discutir com as outras igrejas o nosso trabalho de missão e evangelização;

Não induzir pessoas a mudar a sua filiação eclesial e nunca usar a força física, a coação moral, a pressão psicológica ou os incentivos materiais no sentido de levar as pessoas à conversão;

Apoiar a conversão das igrejas e fazer o possível para que tenham contatos abertos umas com as outras.

Não há alternativa ao diálogo

1. O estarmos realmente juntos em Cristo é de importância fundamental no que respeita às nossas diferentes posições éticas e teológicas. Diferenças de doutrina, de ensino e prática dos assuntos morais estão na base das divisões entre as igrejas. Para aumentar a nossa comunhão ecumênica, devemos continuar os esforços de modo a alcançar o consenso no campo doutrinário dado que a comunhão entre igrejas só pode alcançar a sua base teológica num acordo sobre as verdades fundamentais da fé. Daí que os diálogos devam continuar, intensamente e conscienciosamente, nos vários níveis da vida da Igreja.

Comprometemo-nos a:

Desenvolver e aprofundar uma cultura de diálogo dentro e entre as igrejas;

Assegurar que os resultados das conversações teológicas entre as nossas igrejas sejam recebidos em todos os níveis da vida eclesial e a assumir as consequências desses mesmos resultados;

Nos casos de controvérsia, especialmente no domínio das questões éticas que ameacem dividir a comunhão ecumênica, continuar o diálogo em conjunto.

III. A comunidade ecumênica ao serviço da Europa

«Felizes os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus.» (Mateus 5: 9)

1. Até alcançarmos o alvo da plena comunhão eclesial, tencionamos agir em conjunto em todas as matérias nas quais as diferenças profundas de convicção não nos obrigam a agir separadamente. Este princípio deverá ser aplicado a todos os níveis da vida das igrejas na Europa.

Comprometemo-nos a:

Fortalecer a cooperação entre a Conferência das Igrejas Europeias (KEK) e o Conselho das Conferências Episcopais na Europa (CCEE);

Realizar Assembleias Ecumênicas Europeias;

Clarificar, local, regional, nacional e internacionalmente, nas conversações bilaterais e multilaterais, quais as declarações fundamentais de fé que exigem um consenso e quais as questões que não significam divisão e podem ser mutuamente toleradas;

Ajudar a resolver os conflitos entre as igrejas e promover a paz;

Defender os direitos das minorias e contribuir para diminuir os mal-entendidos e os preconceitos;

Assegurar que todas as igrejas em cada um dos nossos países tenham o direito às atividades públicas.

Uma alma para a Europa

1. As igrejas são favoráveis à unidade europeia. O ecumenismo significa, para a Europa, que o processo da integração europeia não está limitado às esferas do político e do económico. Assim, alicerçados na nossa fé comum, procuramos preservar "a alma da Europa" apoiando valores como a justiça, liberdade, tolerância, participação e solidariedade e ajudando estes valores a frutificarem na vida comum das pessoas deste continente.

Comprometemo-nos a:

Promover a unidade da Europa no seio da sua diversidade cultural, étnica e religiosa;

Representar, do modo mais unido que seja possível, as preocupações das igrejas junto das instituições seculares europeias;

Proteger os valores básicos das violações estatais;

Reconhecer e reforçar a nossa responsabilidade na Europa para com toda a humanidade, especialmente pelos pobres nos países do chamado "Terceiro Mundo";

Promover um clima de paz que opte pelos meios não-violentos na resolução dos conflitos.

Reconciliar povos e culturas e cuidar da Criação

1. Nós, na Europa, reconhecemos particularmente ser nossa responsabilidade reconciliar povos e culturas uns com os outros. Afirmamos que a diversidade das nossas tradições regionais, nacionais, culturais e religiosas, constituem um grande enriquecimento para a Europa. No espírito do Evangelho, orientamos os nossos esforços comuns na avaliação e resolução dos assuntos políticos e sociais.

Comprometemo-nos a:

Proteger a pessoa e a dignidade de cada o ser humano criado à imagem de Deus, a respeitar a igualdade de todas as pessoas, a preservar e defender os direitos humanos e lutar contra a injustiça;

Promover processos democráticos na Europa e justiça social entre os povos;

Repudiar qualquer forma de marginalização por exclusivismo ou nacionalismo quando o amor de alguém pelo seu próprio país leve à opressão de outros povos ou minorias nacionais;

Fomentar o espírito de abertura para o número crescente de pessoas estrangeiras, refugiados e exilados, e dar aos sem abrigo um refúgio e um lar na Europa;

Defender os direitos inerentes a cada pessoa, sem distinção ou discriminação, fortalecendo em especial a posição e a igualdade de direitos das mulheres em todas as áreas da vida e trabalhar pelo bem estar das crianças e das famílias;

Combater toda a forma de violência contra as pessoas, particularmente as mulheres e as crianças;

Cuidar do ambiente para todas as criaturas, especialmente para as gerações futuras.

Promover relações com outras religiões

1. Existe um especial sentido de comunidade entre nós e o povo de Israel, o povo escolhido por Deus para todas as épocas, o povo da Aliança e das promessas, do qual Jesus Cristo saiu. Juntamente com as nossas irmãs e irmãos judeus oramos ao Deus de Abraão, Isaac e Jacob. Lamentamos todas as explosões de ódio, perseguições e manifestações de antissemitismo, e pedimos a Deus que nos conceda o perdão e a reconciliação. Apoiamos as muitas e diversas formas da cooperação judaico-cristã. Encontramo-nos com os islâmicos e aderentes de outras religiões num espírito de respeito e apreço e fazemos o nosso melhor para um mútuo entendimento.

Comprometemo-nos a:

Reconhecer e defender a liberdade de consciência e de religião para todos;

Reconhecer o direito de qualquer pessoa na procura da verdade e no testemunho dessa verdade de acordo com a sua própria consciência;

Iniciar, manter e apoiar encontros, conversações e partilha com outras religiões e comunidades que tenham outras concepções do mundo.

«Que o Deus da esperança vos encha de toda a alegria e paz na fé, e para que transbordeis de esperança, pela força do Espírito Santo.» (Rm 15: 13)

Genebra / St. Gallen, Julho de 1999

FONTE Presbyterian Church of Portugal